



NOTÍCIAS DE

VICENTE SÓ

ANO XVI - Nº 65 - 2017 - ISSN: 2238-7064 - R\$ 20,00

BRUSQUE E REGIAO



Seminário de Azambuja: 90 anos de história



UNIFEBE

Brusque
2017

Sociedade Amigos de Brusque e de Apoio ao Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim SAB/Casa de Brusque

Fundada a 4 de agosto de 1953

Reconhecida de Utilidade Pública: Lei Municipal nº 73 de 9 de março de 1954 - Lei Estadual nº 1162
de 12 de novembro de 1954 - Cadastrada no Ministério da Cultura sob nº 52.001.659/87-17
CNPJ: 83.721.639/001-93

Sede própria: Av. Otto Renaux, 285 - 88351-301 – Brusque – Santa Catarina
Fone: (47) 3351 2132 - E-mail: casadebrusque@gmail.com - Home Page: www.casadebrusque.com

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: Ricardo Vianna Hoffmann
Vice-presidente: Roland Imhof
Primeiro Secretário: Rosemari Glatz
Segundo Secretário: Ricardo J. Scharf
Primeiro tesoureiro: Gilmar Heil
Segundo tesoureiro: Gaspar Eli Severino
Diretora de Patrimônio: Maria Léa Gevaerd Backes

CONSELHO EDITORIAL:

Ricardo José Engel – Presidente
Celso Deucher
Luciana Paza Tomasi
Francisco Daniel Imhof
Roque Luiz Dirschnabel
Ricardo Vianna Hoffmann
Edinéia Pereira da Silva Beta
Francisco Daniel Imhof
Pe. Eder Claudio Celva

Conselho Fiscal:

Titulares: Gilson Ávila Hulbert, Marcus
Schlösser, Roque Luis Dirschnabel
Suplentes: Sérgio Sebold, Antonio Cervi,
Francisco Daniel Imhof

Fundador: AYRES GEVAERD

Elaboração: CONSELHO EDITORIAL

Layout e Arte Final: Celso Deucher

Revisão: Francisco Daniel Imhof

Impressão: Gráfica Mercúrio - Brusque/SC

Edição anual: 2017, Nº 65, Ano XVI - Tiragem: 500 exemplares

Capa: Foto panorâmica Vale de Azambuja. Acervo: Museu Arquidiocesano Dom Joaquim

**FUNDO
MUNICIPAL DE
APOIO À CULTURA**

**CONSELHO
MUNICIPAL DE
CULTURA**



**PREFEITURA DE
BRUSQUE**

Esta publicação recebeu o patrocínio da Prefeitura Municipal de Brusque através da Fundação Cultural de Brusque com recursos do Fundo Municipal de Apoio à Cultura

Notícias de Vicente Só. Sociedade Amigos de Brusque. Ano 1
(1977). Ano 16, nº 65 (2017). Brusque: Editora da Unifebe
Anuário 2017, 16 X 23cm.
182p.

Anual
ISSN: 2238-7064

1. Brusque - História. 2. Brusque - Santa Catarina. 3. Vicente Só - História - Brusque.

CDD 981.64

Sumário

Apresentação	5
Seminário de Azambuja – 90 anos Pe. Eder Claudio Celva	7
História do cinema em Brusque Aluizio Haendchen Filho	31
Clube Filatélico Brusquense: legado cultural de nossos antepassados Jorge Paulo Krieger Filho	49
Imigração alemã no estado de Santa Catarina: uma síntese histórica Rosemari Glatz	55
Recortes da expansão do luteranismo em Santa Catarina na pri- meira metade do século XX Joel Haroldo Baade	72
Nasce um sindicato – Sindiloja Carina Machado, Guédria Motta e Taiana Eberle	83
Moritz Germano Hoffmann: Padeiro e Confeiteiro Germano Hoffmann, Iasmine Vianna Hoffmann e Ricardo Vianna Hoffmann	105

Pastor Lindolfo Weingärtner: De alma para alma Rosemari Glatz	116
Gazeta Brusquense: Primeiro Jornal em Língua Portuguesa de Brusque e a Defesa do Pangermanismo João José Leal	130
Digitalização de Documentos e a Preservação da Nossa História na Casa de Brusque Luciana Paza Tomasi	144
Documentos Oficiais de 1871 Transcrição: Luciana Paza Tomasi	152
Maria Luiza (Bia) Renaux e seu legado Rosemari Glatz	164
Giranda Seyfert – a pesquisadora Rosemari Glatz	168
Museus da cidade: Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim – SAB/Casa de Brusque	171
Instituto Aldo Krieger	173
Museu Arquidiocesano Dom Joaquim	175
Relatório das atividades do ano de 2016	177

Apresentação

A Casa de Brusque, com décadas de meritórios trabalhos em favor de nossa história, e o seu Conselho Editorial têm a honra e o orgulho em apresentar à comunidade brusquense e regional mais uma edição do “Notícias de Vicente Só – Brusque e região”.

Com essa publicação, mantém-se a tradição de preservação da memória histórica encampada pela SAB e honra-se a trajetória de Ayres Gevaerd, principal fundador da Casa de Brusque e da revista, cujos relevantes feitos na área da história e da cultura, além de meritórias participações no campo social, foram marcados pelo idealismo e amor às coisas de Brusque e região.

Na presente edição, o Anuário destaca os 90 anos do Seminário de Azambuja, fundado através de um decreto do então Arcebispo Dom Joaquim, que criou o Seminário Metropolitano, obra essencial na vida da Igreja local e da arquidiocese. Com uma narrativa assinada pelo jovem escritor Pe. Eder Celva, Vice-Reitor e Formador do Seminário Nossa Senhora de Lourdes (Azambuja), o texto traz importantes registros da participação e papel do Seminário no processo de formação de novos sacerdotes.

Na sequência, outros temas são abordados: a história do cinema em Brusque; o legado cultural do Clube Filatélico Brusquense; uma síntese histórica da imigração alemã no estado de Santa Catarina; recortes da expansão do luteranismo em Santa Catarina na primeira metade do século XX; a história do Sindilojas; a trajetória do padeiro e confeitoiro Moritz Germano Hoffmann; a história e as contribuições do Pastor Lindolfo Weingärtner; reflexão sobre a Gazeta Brusquense, o primeiro jornal em língua portuguesa de Brusque; o processo de digitalização de documentos e a preservação da história na Casa de

Brusque; homenagens póstumas às professoras e pesquisadoras Maria Luiza Renaux e Giralda Seyferth; além da transcrição de documentos oficiais de 1871. Consignamos nossa gratidão especial a cada um dos colaboradores que enviaram seus textos e artigos, abordando variados temas ligados ao que se propõe o Anuário e, assim, enriquecem o conhecimento de todos os nossos amigos leitores.

Por fim, expressamos agradecimentos maiores à Fundação Cultural de Brusque que, através da aprovação de nosso projeto no Edital do Fundo Municipal de Apoio à Cultura 001/2017, possibilitou a edição e impressão deste Anuário.

Desejamos boa leitura a todos.

Ricardo José Engel

Presidente do Conselho Editorial

Ricardo Vianna Hoffmann

Presidente da Sociedade Amigos de Brusque



Prédio do Seminário com o acréscimo, depois demolido para a construção do prédio atual. Acervo: Museu Arquidiocesano Dom Joaquim

Seminário de Azambuja - 90 anos

Pe. Eder Claudio Celva¹

A data de 11 de fevereiro de 2017 assinala marco singular para Brusque, para a arquidiocese de Florianópolis, nosso Regional Sul IV, para a Igreja do Brasil, e porque não dizer – com humildade, para a Igreja Universal: a fundação do Seminário Menor Metropolitano da Arquidiocese de Florianópolis. Iniciado na capital de Santa Catarina, foi transferido para o prédio do hospital de Azambuja, em Brusque, em abril do mesmo ano. Voltar à memória desta longeva instituição, nos faz refletir sobre sua benfazeja atuação nesses 90 anos. Queremos enaltecer as maravilhas que Deus fez em centenas de pessoas – especialmente seminaristas – nessas décadas. Outro aspecto é a gratidão, ainda mais porque nos encontramos na função de formar os seminaristas no momento de ímpar ensejo comemorativo.

¹ Formador e Vice-reitor do Seminário e Vigário Paroquial do Santuário de Azambuja.

Nosso artigo visa primeiramente voltar à reflexão sobre o Vale de Azambuja, local humilde escolhido pela providência Divina, e labutado pelas pessoas para com suor e sangue, iniciar - e continuar – uma englobante obra: caritativa, hospitalar, cultural, educacional, catequética, espiritual, e de formação presbiteral. Não foi fruto do acaso a escolha de Azambuja – local meio inóspito; até o nome não soava bem – e instituir aqui a obra mais cara de um povo, de uma diocese. Uma obra humana que deu certo, porque assistida pelo amor de Deus, pulsante em cada vida humana que de alguma forma deu seu contributo à Azambuja.

Os noventa anos do nosso amado seminário também faz-nos voltar para casa, a casa paterna da formação presbiteral em Santa Catarina, pois o Azambuja foi o Seminário que inspirou com os progenitores a criação de novos – filhos - casas de formação pautadas em boa formação humanística e espiritual.

Azambuja: a gênese

O ser humano transforma o meio em que vive. Há pouco mais de cem anos o vale de Azambuja era um lugar fechado, pantanoso e até insalubre para qualquer tipo de povoação que aí viesse a se desenvolver. Brusque teve colonização esparsa, porém contínua desde 1860 quando da chegada da primeira leva. Os imigrantes alemães e também de outras nacionalidades minoritárias que aqui se estabeleceram foram buscando terras onde havia mais planícies constituindo um núcleo citadino.

A partir de 1875, começam a chegar famílias de diversas regiões da Itália, e na iminência de estabelecimento, se assentaram nas localidades adjacentes da já constituída vila de Brusque. Terras incultas pouco férteis e montanhosas, na maioria dos casos. Mesmo assim, sem outras alternativas inicialmente vislumbradas, os imigrantes se adaptaram e enfrentaram os obstáculos de toda sorte que se sobrepunham.

As ocupações, além do desenvolvimento comunitário, tinham a preocupação da defesa contra os ataques dos indígenas.

As linhas foram recebendo seus nomes oficiais e extraoficiais. Lotes foram demarcados, florestas devastadas. Dá-se início à agricultura, e, logo, à pecuária.

A três quilômetros da sede, num estreito vale, surgem alguns as-



Seminaristas com Pe. Walter Mariaux e professores, em 13 de outubro de 1941. Acervo Museu Arquidiocesano Dom Joaquim

sentamentos. O local denominado inicialmente de Caminho do Meio, mas sem demora, de boca em boca, ressoa Azambuja - presume-se pela influência do diretor do Departamento de Terra Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja. Primeiramente são citados os nomes de: Jacob Knih e José Cipriani. Das benfeitorias edificadas por eles surgiu um pequeno núcleo. Logo, mais um grupo de nove agricultores vem ampliar a comunidade. Eram as famílias de Pietro Colzani, Girolamo Tomasini, Angelo Colzani, Paolo Benaglio, Angelo Bosco, Francesco Leoni, Carlo Franciosi, Dalmazio Paoli e Antônio Vanolli. Eram famílias vindas de Treviglio, perto de Milão, em 22 de outubro de 1875, embarcadas rumo à América no porto de Havre na França.² Outros, do mesmo grupo, seguiram para outras localidades. O acesso à Azambuja, até o início do séc. XX, era uma picada margeando o riacho que corria vale afora até o rio Itajaí-Mirim. Posteriormente foi construída uma estrada para atender o transporte de material para o novo hospital, hoje museu arquidiocesano.

Em 1876 já se pensava em construir uma igreja. No centro natural da linha, uma bela fonte parece indicar o local da igreja, mas, ainda não. A fonte de água é coberta e vira um oratório. Três motivos impediram a construção da igreja: as poucas famílias, a proximidade com a igreja de Brusque, e a igreja doméstica que aconteceu solidamente nas casas. Para tudo há um tempo segundo o livro bíblico do Eclesiastes...

Os tempos mudam, as coisas amadurecem trazendo seus frutos. No

² Segundo o documento de fundação da capelinha de Nossa Senhora do Caravaggio, Azambuja. Arquivo de Azambuja.



Seminaristas e padres formadores com o Arcebispo Dom Joaquim. Início da década de 1930. Acervo Museu Arquidiocesano Dom Joaquim

final de 1884, o plano se concretiza. Os residentes se unem em torno deste anseio. Com muita simplicidade e poucos recursos, a ermida é construída. Fé, suor e amor fraterno, tripé da vida eclesial. Na capela construída é entronizado o quadro da padroeira, Nossa Senhora do Caravaggio. Em 26 de maio de 1885, podem celebrar sua Madonna na capela, mesmo com a igreja ainda inacabada. O nome da padroeira não era tão fácil de ser pronunciado, principalmente pelos descendentes de alemães. A virgem de devoção da comunidade logo assume também a denominação do local. Passa a ser venerada como Nossa Senhora de Azambuja. Então nossa padroeira foi “naturalizada e rebatizada” com o nome da localidade, recordando que a Mãe de Deus tem muitos nomes, sendo invocada pelo objetivo da prece. Este Deus vindo a nós de modo humano, teve uma mãe, Maria, a Mãe de todos nós.

A devoção foi crescendo... A gente de Brusque visitava a simpática igreja. Em 1892, nova igreja foi erguida, um pouco mais acima, exatamente na parte interna do atual santuário. Era pároco o zeloso padre Antônio Eising³, um sacerdote que por inspiração divina e cari-

³ Nascido em Bocholt, Alemanha, em 16/01/1847. Foi ordenado sacerdote em

dade definiria novos rumos que mudariam a localidade para sempre. A ermida primitiva continuou por dois anos servindo de igreja, e, depois que a nova igreja foi concluída em 1894, ficou servindo de oratório inclusive para acolher os muitos ex-votos deixados pelos devotos.⁴ Com a nova igreja os participantes puderam ser melhor acolhidos e muito cresceu a afluência ao local.

A comemoração de 26 de maio, dia das aparições de Nossa Senhora a Gianetta passou a ser a data culminante das peregrinações e se torna sempre mais uma referência em toda Brusque, nasce um centro de peregrinação e de referência para expressão da fé. A localidade torna-se atração turística e local de lazer, determinando o fluxo de pessoas para Azambuja.

As esmolas da igreja revelam-se cada vez mais pródigas. Padre Eising, logo direciona essas rendas para a concretização de um plano acalentado, uma Santa Casa de Misericórdia! O pároco sentia diariamente as necessidades de seus paroquianos carentes de recursos médicos. Foi providencial sua iniciativa. Empenhar os recursos próprios da capela de Azambuja, e disponibilizar uma obra assistencial a todos os paroquianos. Inclusive os proventos do pároco e de seu coadjutor, padre José Sundrup, para que a obra avance sob o olhar maternal da padroeira da capela e guiada pela Providência Divina, atuante pela história humana.

A solenidade da Assunção de Nossa Senhora é de toda Igreja. Todas as comunidades da Igreja Católica celebravam liturgicamente essa festa. Mas, em Azambuja a comunidade começou a celebrá-la com festejos externos. Assim, vai se caracterizando como sendo a festa da padroeira. No início, a festa de 15 de agosto era pequena se comparada à da padroeira, 26 de maio. Nesse tempo já estava estabelecido o hospital do padre Eising. Casas de saúde são naturalmente locais de sensibilidade humana. Se a igreja possibilitou a Santa Casa, a Santa Casa depois promoveu o Santuário. Romarias se constituem para ambas as festas, e com o passar das décadas, tendo em vista 15 de agosto ser festa de

30/11/1871, com apenas 24 anos. Era coadjutor da Paróquia São Maurício, de Münster. Devido a insistentes convites do Padre Francisco Topp, decidiu com um padre amigo, Francisco Auling, auxiliar os colonos brasileiros carentes de assistência espiritual.

⁴ Ali a partir da fundação da Santa Casa de Misericórdia também se davam os velórios dos indigentes que morriam no hospital máxime do hospício.



Benção da pedra fundamental do novo Seminário de Azambuja, em 1957.



Reitor Monsenhor Valentin Loch discursa na ocasião da inauguração do novo Seminário, em 7 de setembro de 1964. Acervo Museu Arquidiocesano Dom Joaquim

guarda, (feriado) e porque em maio eram constantes as chuvas⁵, é a de agosto que vai tomando grandes proporções, tornando-se a festa principal do Vale. Podemos de certa forma afirmar: em maio se celebra Nossa Senhora do Caravaggio e, em agosto, Nossa Senhora de Azambuja.

Azambuja começou a ser um local religioso atraente. Não por coisas mirabolantes, extraordinárias, maravilhosas aos olhos, mas por uma força irradiadora inexplicável, sem aparências externas. Singela como a gruta de Belém. A Igreja garantiu lotes de terra nas adjacências para expandir, sem maiores dificuldades, a obra.⁶

O primeiro prédio da obra assistencial era uma casa de madeira

⁵ Segundo a entrevista de Mons. Valentin arquivada no seminário.

⁶ O lote 16 foi comprado pelo padre Eising em 3 de abril de 1900. Em 3 de julho de 1902 foi comprado o lote 4.

polivalente. Era início de 1901. Em 26 de novembro de 1901, chega um auxílio providencial na pessoa do padre José Sundrup, coadjutor do padre Eising. Esses dois grandes operários da vinha brusquense foram canal de Deus para a realização de obras caritativas que frutificam até hoje. Padre Eising gostava de cognominar sua obra de Santa Casa de Misericórdia da Providência Divina. Providência que é de Deus e se realiza pela misericórdia das mãos e corações humanos.

Somente a paróquia de Brusque, sem contar as três outras paróquias de que também devemos cuidar, conta cerca de 10 mil habitantes. Naturalmente existem muitos doentes, principalmente bem pobres e abandonados, também cegos, aleijados, desamparados etc. [...] Para estes pretendemos abrir em Azambuja um hospital e um asilo, pois até hoje não existe hospital por aqui...⁷

A obra de Azambuja, que Padre Eising havia plantado, pôde florescer com o dinamismo do Padre Sundrup, homem dotado de tino administrativo, vontade de empreender e magnânimo pastor. Incluía igreja, hospital, asilo, hospício e escola catequética. Casas e benfeitorias anteriormente edificadas ou mesmo deixadas pelos antigos moradores dos lotes adquiridos pela Igreja, são partes importantes para abrigar a obra. Mas não havia em Brusque pessoas preparadas e poucas predispostas para trabalhar nesse segmento, muito menos especializadas em enfermagem. Os padres recorreram a sua terra natal, a Alemanha, para conseguir o arrimo necessário. Então, na festa dos apóstolos Pedro e Paulo – 29 de junho de 1902, chegam precedidas do diretor da Congregação, Pe. Vicente Wienken, as três pioneiras Irmãs da Divina Providência, da Alemanha. Godeharda Kreyemborg – (no Brasil desde 7/11/1897), Bárnaba Schäpermeier, (no Brasil desde 30/6/1898) e Friedburga Nothen, (no Brasil desde 8/6/1902). A primeira casa-convento foi uma velha residência enxaimel adquirida junto com o terreno.

A obra, mesmo carente de recursos, deslancha. Não há entraves que a fazem parar. Os obstáculos são removidos com a boa vontade. No mês de setembro do mesmo ano da inauguração, a casa estava lotada, logo a necessidade de aumentar ou construir outra edificação. A ideia

⁷ Carta do Padre Sundrup à Alemanha, em 7 de outubro de 1902, três meses antes da fundação do Hospital. Arquivo do Museu de Azambuja, Brusque.

vai tomando força. Para este fim o padre Sundrup passou a residir em Azambuja. Com a transferência do Padre Eising de Brusque, o bispo diocesano de Curitiba entrega a administração da paróquia aos padres da Congregação do Sagrado Coração de Jesus. Os assim conhecidos dehonianos recebem todas as recomendações do Cura fundador, que partiu, mas, deixa seu coadjutor para inserir os novos padres em todas as frentes de trabalho. Em 4 de outubro de 1904, o padre Jacó Gabriel Lux – SCJ foi nomeado Vigário da paróquia de São Luiz Gonzaga em Brusque. Com a elevação da capela de Azambuja a Santuário Episcopal, em 1º de setembro de 1905, o padre Sundrup pôde partir com dor no coração, mas, com a convicção do dever cumprido, e o padre Lux é transferido para Azambuja, assumindo a importante missão de Fabriqueiro-administrador do recém-criado Santuário Nossa Senhora de Azambuja. Padre Lux inicia um novo prédio, obra arrojada, a tijolinhos à vista de muito bom gosto e funcional. Padre Lux é recordado como arquiteto e construtor. O prédio do padre Lux, iniciado em 1905, foi finalizado pelos diocesanos em 1930, sob a direção do Padre Antônio Kondlick⁸. Em 1909 é chegada a hora de dar independência ao hospício, em uma construção grande e adaptada, para que em 1911 pudessem ser acolhidos mais doentes mentais em espaço adaptado e próprio. Em 1911, foi a vez de o asilo ganhar prédio, separado do hospital. Localizava-se a 20 metros atrás do museu, onde havia sido edificada a primeira construção da Santa Casa. O hospício estava construído onde hoje está uma parte do seminário. Fim de uma importante fase: Padre Lux foi transferido de Azambuja para a Paróquia de Vargem do Cedro, em 22 de setembro de 1919. Com a despedida do padre Lux, Azambuja é administrada por membros da mesma congregação, a dos padres do Sagrado Coração de Jesus, mas com residência na paróquia, o que arrefeceu o dinamismo das obras. A têmpera do padre Lux fez falta. No ano de 1927, novamente um padre residente, desta vez diocesano, os trabalhos seguem com novo ritmo.

⁸ O primeiro trabalho do Padre Kondlick foi o Seminário de Azambuja. Nos diários de Dom Jaime, mons. Ivo Calliari à página 392, faz menção que o sobrenome era Kutlick, mas o arcebispo quis modificá-lo para Condlick. Em 1933 foi nomeado Pároco de Orleans, permanecendo até 1941. Possuía profundos conhecimentos de engenharia civil. Se dedica com afinco às obras da nova Matriz Santa Otília, mudando o projeto e levando-a até a cobertura. De 1941 a 1943, trabalhou novamente em Azambuja.

Com a construção da nova e atual gruta dos peregrinos em 1928, ela recebeu a imagem de Nossa Senhora de Lourdes, por ser a padroeira do seminário recém-fundado. O título Azambuja também lhe foi incorporado. O povo não se preocupava muito com os títulos, de Caravaggio – a imagem do santuário; de Lourdes da gruta. Aqui todas rebatizadas de Nossa Senhora de Azambuja. A gruta e sua fonte são muito significativas para o povo. Além de beberem e levarem a água para casa, acendem piedosamente suas velas e cultivam o belo gesto de trazer flores a Nossa Senhora.

Quem move as coisas em Azambuja é o próprio Deus! Essa certeza é de capital importância para compreendermos Azambuja, iniciada por pessoas de fé, e por elas levada adiante com abnegação e devoção.

Seminário: sua Missão

O Seminário Menor Metropolitano Nossa Senhora de Lourdes ou Seminário Metropolitano da Arquidiocese de Florianópolis foi criado quando do anúncio de Dom Joaquim Domingues de Oliveira, a 11 de fevereiro de 1927.

Sua missão é o aprofundamento da vocação cristã, o discernimento



Antigo salão do teatro e pátio do Seminário (museu), em 1972. Acervo Museu Arquidiocesano Dom Joaquim

da vocação presbiteral levando em conta o ser humano, fornecendo-lhe educação abrangente em todos os sentidos. Para alcançar o sacerdócio é necessário um longo caminho de formação permanente, mesmo depois da ordenação.

Noventa anos se passaram desde que um decreto do arcebispo Dom Joaquim criou o seminário metropolitano, obra fundamental para a vida da Igreja, nas realidades arquidiocesana e brusquense. Para Brusque, a presença desta instituição é de importância ímpar. Para a sociedade é fundamental a atuação dos Seminários na formação de muitos jovens, que, de tantas formas, foram sal e fermento no mundo.

Seminário é uma sementeira, onde cada seminarista é formado para, como uma planta, crescer no amor. Seminarista quer dizer semeador, aquele que vai semeando a boa semente do Evangelho nos canteiros de sua história, de sua vida, de seu ser, de sua – de uma - comunidade, para depois estar à frente dela. O seminário é o espaço necessário para o discernimento vocacional dos candidatos ao sacerdócio. Os primeiros passos acontecem no íntimo da pessoa, onde Deus trabalha amorosamente. Família e vida de comunidade ajudam muito no processo da decisão, discernimento e amadurecimento. Nesse início de caminhada não se pode deixar de mencionar a pastoral vocacional, o Grupo de Orientação Vocacional, que orienta para o Seminário Menor (para os que estão ainda cursando o ensino Médio) ou para o Propedêutico (para os que já terminaram o ensino Médio).

A Igreja oferece aos candidatos uma formação que envolva as dimensões humano-afetiva, comunitária, espiritual, intelectual e pastoral-missionária. Nesta linha podemos identificar três dispositivos pedagógicos: cotidianidade da Casa de Formação, sucessão do cotidiano e presença dos Formadores.

No Seminário Maior de Filosofia ingressam aqueles que já concluíram o Seminário Menor ou o Propedêutico. Os estudos filosóficos têm duração de três anos, prossegue com o curso de teologia, de quatro anos, e desde 1973 é realizado em Florianópolis, no Itesc – Instituto de teologia do Estado de Santa Catarina, mantido pelas dioceses catarinenses. Com o reconhecimento pelo Ministério da Educação, a instituição passou a denominar-se FACASC – Faculdade Católica de Santa Catarina. A partir de 2014, além dos candidatos da arquidiocese de

Florianópolis, o seminário de Azambuja também acolhe os candidatos à vida presbiteral da Diocese de Tubarão nas etapas filosófica e teológica.

Os Fatos

O Concílio de Trento (1545-1563) se preocupou com a formação do clero. Surgem os seminários com a missão de preparar os candidatos à vida presbiteral com uma formação adequada para estarem à frente das comunidades. Sua implantação foi lenta. Mesmo séculos depois, ter casas adaptadas para formar padres sempre se mostrou desafiante. Nossa diocese foi criada em 1908. O clero que a compunha era quase todo estrangeiro, especialmente europeu. Quando apareceram os primeiros candidatos brasileiros a seguir o caminho sacerdotal, aflorou uma questão: não havia seminários em Santa Catarina. Mesmo assim, sacerdotes intuíram que deveriam receber os meninos desejosos de seguir a vocação sacerdotal. São Ludgero - SC representou boa e curta experiência nesse sentido, graças ao padre João Batista Kloecker.

Chegou o tempo propício, os frutos verdolengos passaram a amadurecer. O anúncio da fundação do Seminário Metropolitano Nossa Senhora de Lourdes deu-se em 11 de fevereiro de 1927. Concretamente somente o reitor, padre Jaime de Barros Câmara, Cura da Catedral, que se interessou pelo seminário. Motivou os leigos, principalmente mulheres; Hilda Dominoni, primeira professora e outras tantas benfeitoras. Padre Jaime era de cepa bem brasileira, ao contrário de boa parte dos padres da diocese de Florianópolis. Ele percebia a importância do clero autóctone para uma Igreja diocesana, mesmo que antevia todas as suas dificuldades.

Sua Emcia (cardeal Câmara) narrou fatos desconhecidos sobre a fundação do seminário de Florianópolis. Como não havia quem se dispusesse a ser o fundador do seminário ele se oferecera ao arcebispo, deixando o curato da catedral para esse mister. Sabedor desse propósito, do então Padre Jaime que se fizera estimado e era o único luso-brasileiro do clero diocesano da capital, o jornalista Ramos publicou no jornal mais importante de Florianópolis um artigo, lamentando tal fato. O artigo causou profundo desânimo em Dom Joaquim Domingues de Oliveira que chamou Padre Jaime e

manifestou-lhe que se a imprensa não compreendia a necessidade de se fundar o seminário não valia a pena o criar.⁹

Na questão da imprensa Dom Joaquim sempre fora muito diplomático. Mas padre Jaime procurou o conceituado articulista e o convenceu a publicar outro artigo agora louvando a decisão do arcebispo em fundar o seminário e enaltecendo o padre formador pela bravura em aceitar a incumbência. Dom Joaquim criara o seminário, pois era sempre mais pressionado. Mas parece que não havia nele a grande motivação, esta chama foi alimentada pelo pároco da catedral, padre Jaime que colocou seu cargo à disposição para começar a obra.

Tudo acertado com Dom Joaquim, padre Jaime, bom promotor vocacional, entrou em contato com padres que poderiam colaborar. A principal ajuda era promover o envio de meninos. Resposta positiva por parte de alguns que chegam no início de março. A primeira morada provisória foi a casa paroquial da catedral. Alocado na capital, o seminário estava por demais improvisado, com o mínimo de condições. A intenção do arcebispo, desde a fundação, era ter um local condizente. E este seria em Azambuja – Brusque. Solução emergencial no primeiro momento: a pequena casa dos Aducci em Florianópolis. Com armas e bagagens a casa-seminário é ocupada em 8 de março. Foram pioneiros: Francisco Câmara, Albino Coral, Walmor Castro, Afonso Niehues, Frederico Hobold, João Philippi, Agenor Neves Marques, Osvaldo de Bem, Antônio Billo, Hildebrando Coral, Jocelyn Vieira Rodrigues, Frederico Niehues, Huberto Brünning, Wilson Laus Schmidt, Raul Larroyed, Nelson Moreira Neto. Destes, seis foram ordenados sacerdotes e dois sagrados bispos.

Uma visita do arcebispo à casa trouxe a constatação: a improvisação era geral! A decisão da transferência vem segura: o seminário irá mesmo para Azambuja, ocuparia o sótão do hospital. Em 8 de abril todos são informados da transferência. Começa a preparação; devolver coisas emprestadas aqui e acolá, amontoando e acondicionando os pertences do novel educandário. Páscoa, 17 abril, é passada em meio à desorganização do ambiente interno, mas reinava um clima de alegria, como

⁹ Calliari, Ivo. D. Jaime Câmara. Diário do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro. 1996. RJ. Gráfica Erca. p. 214, 215.



Dia de festa no Vale de Azambuja. Acervo Museu Arquidiocesano Dom Joaquim

bem o descreve o reitor nas páginas em seu diário. A segunda-feira despontou depois de muita expectativa e apreensão. Dois caminhões com a mudança e dois seminaristas em cada veículo. O comboio parte em 18 de abril e segue até o destino. No dia seguinte, é a vez do outro fordeco carregado de móveis, misturados com 11 meninos, um padre reitor e uma professora. A viagem foi péssima. Foi preciso paciência e pernoitar no Colégio das Irmãs em Tijucas. Dia 20 raiou e o caminhão “encostado”... O conserto paliativo chega à tarde. Sair nessas precárias condições mecânicas é perigoso, mas não há outro jeito. Partem, e pelos lados do Moura o caminhão não dá mais qualquer sinal. Sem socorro a solução foi abandonar a geringonça e seguir a pé para Azambuja. Por sorte chega o último caminhão – saído dia 20 de abril de Florianópolis - com os últimos pertences restantes do seminário que rebocou o “pesadão” até Nova Trento. De lá foi preciso contratar outro veículo... Padre Jaime é polivalente e destemido. Orienta em todos os sentidos os seus coloninhos, para muitos era a primeira viagem em pau-de-arara em estilo tão espartano. Já declinava o dia 20 de abril quando o último comboio de mais dois caminhões parte decididamente de Nova Trento. Para pôr fim à saga, chegando a Azambuja pouco antes da meia noite. Assim, com tantos percalços, contratemplos e temores, o Seminário se

planta definitivamente em Brusque. Dia 21 de abril é o primeiro dia do seminário no novo local. As Irmãs da Divina Providência são o grande arrimo para a obra. No dia seguinte, com o grupo reunido e as coisas já em seus lugares, começam as aulas regularmente.

Pode-se imaginar as precárias condições físicas e a pobreza dos pioneiros da formação sacerdotal na arquidiocese. Mesmo assim, o número de interessados crescia... Ao mesmo passo, também as dificuldades. O reitor e os outros padres que depois vieram compor o corpo docente enfrentaram dificuldades de toda ordem. Depois de todas as tribulações na capital do Estado, tiveram que ficar meio “escanteados” por estarem “agregados” em local “indevido”, o hospital. Os padres, além de toda a exigente formação aos seminaristas e atendimento pastoral do complexo de Azambuja, também precisavam cavar recursos. Assim até hoje.

O padre Jaime no primeiro ano foi tudo: reitor, formador, cura, professor, prefeito de disciplina. Para um homem ativista e centralizador como ele, antes de ser um sofrimento foi um alívio. Com o correr dos anos o corpo docente foi constituído, e além das preocupações inerentes à formação dos seminaristas, também conflitos surgiram entre os formadores. Vivia-se em constante tensão, pois o seminário estava agregado ao hospital, instituição que acolhe as pessoas em situação sempre delicada. Os padres de Azambuja, para ver melhorada a parte física em 1929, completaram a obra do hospital-seminário, conforme projeto original do padre Lux.

A formação seminarística estava assentada na disciplina, na educação. No campo pedagógico os leitores já intuem que valia a regra! Para a formação do caráter dos alunos, se insistia no silêncio absoluto nos estudos, formação de fileiras, higiene do corpo e da alma, estudo bem aproveitado, respeito aos superiores, piedade e trabalho. Com seu sistema de formação, o futuro Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, visava o desenvolvimento moral do estudante, a retidão e firmeza de caráter, absoluta sinceridade, combate enérgico à moleza e a todo espírito de indecisão.¹⁰

Pretendia-se formar padres fiéis, piedosos, bem preparados. O

¹⁰ BESEN, Padre José Artulino. Azambuja – 100 anos do Santuário. Blumenau: Gráfica Nova Letra, 2005. P. 63.

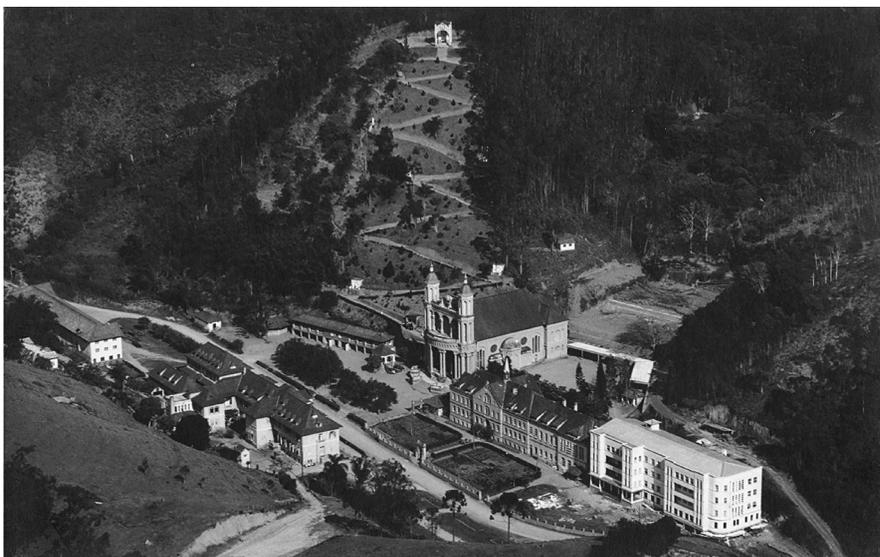


Foto aérea do Vale do Azambuja. Acervo Museu Arquidiocesano Dom Joaquim

padre reitor, e depois os outros formadores que vieram a compor o corpo docente por décadas, haviam sido formados na disciplina da escola jesuítica, implantando também em Azambuja o método muito assemelhado. Formava padres capacitados, sérios, zelosos, obedientes às determinações da Igreja.

Havia três divisões entre os alunos. Dividia-se os grandes, os médios e os pequenos. As três “divisões” eram “incomunicáveis”, a não ser nos momentos previstos. Férias nos primeiros tempos a cada dois anos. Também se fez experiência de viajar. Praia de Camboriú, São Pedro de Alcântara, Botuverá. Todos a pé, carregando mochilas, cantando e rezando. Pelo fim da década de 1930 as férias maiores passaram a ser anuais e passadas junto a suas famílias.

Nos primeiros anos eram três aulas de manhã e mais duas à tarde. O seminário podia governar-se sem depender de calendários externos. Seguia-se o curso seminarístico, sem estudos reconhecidos. As matérias principais eram línguas, de modo especial latim e português. Os idiomas oficiais da Igreja e da pátria. Muita leitura! O teatro tinha destaque. Era muito incentivado também o esporte! Novas modalidades esportivas foram introduzidas depois que ex-alunos voltaram a fazer parte do corpo docente. O campo de futebol, no alto da colina, cognominado

Everest, começou em 1933, cavado a enxadões e picaretas. Levou-se muitos anos para se formar um campo amplo.

Vivia-se de fato trabalho, estudo e oração. O santuário sempre esteve conjugado à vida do seminário. Desde sua transferência para Azambuja, todas as orações, missas, enfim toda a dimensão espiritual dos seminaristas e padres se realizava na Casa da Mãe de Azambuja. Passaram-se bem dois lustros para que o seminário tivesse sua capela interna. Quando da inauguração do novo e atual hospital em 1936, o seminário pode ocupar todo o prédio antes dividido com a casa de saúde, a mesma do atual museu. Então se preparou, em caráter oficial, a capela interna do Seminário para os ofícios cotidianos.

Para receber os seminaristas que concluíam o que hoje chamamos de ensino médio e estavam aptos para ingressar no curso superior de filosofia, ele foi instituído em Azambuja, em 1931. No ano seguinte, a primeira turma foi matriculada. O professor e articulador do curso, padre Bernardo Peters, coordenou o curso e foi o primeiro lente até 1935. Foi o primeiro curso estruturado de filosofia em Santa Catarina; pioneirismo de nosso seminário. No ano seguinte, padre Peters assumiu a Reitoria do seminário e foi impossível manter o curso, que foi extinto. Em 1933, no Convento dos padres do Sagrado Coração de Jesus também em Brusque, foi implantado novo curso de filosofia. Seu grande lente foi o padre Roberto Agostinho Bransiepe, vindo da Alemanha, para se dedicar exclusivamente à tarefa. Com a atuação do Pe. Bransiepe e os investimentos por parte da Congregação o curso prosperou até os dias de hoje.¹¹ O curso de filosofia na Azambuja poderia ter-se mantido. A sobrecarga de atribuições do Pe. Peters que, além da formação dos seminaristas, acumulou o curato do Santuário e diretoria do asilo e hospital e hospício impediu, assim, sua dedicação maior ao curso.¹² A Igreja também orientava para que a dimensão intelectual do Seminário Maior fosse realizada em boas faculdades.

Em 1936, sendo a primeira turma daqui, nossos candidatos foram cursar filosofia em São Leopoldo com os padres jesuítas. Neste mesmo ano, os que concluíram filosofia em Azambuja, seguem também para

¹¹ Há vários anos os seminaristas maiores de Azambuja estudam nessa instituição.

¹² A partir da década de 1970 a filosofia voltou a uma experiência parecida com a de 1932, pois o curso era feito com os padres dehonianos.

São Leopoldo para ingressarem na teologia. 1935 – Em dezembro, Pe. Jaime de Barros Câmara é eleito Bispo de Mossoró (RN). Em 1936 a primeira turma do Seminário - tendo recém-concluída a filosofia - vai cursar a teologia em São Leopoldo.

O Seminário também passou por crises tanto por conta dos seus alunos como decorrentes das precárias condições, com o seminário aboletado em um hospital e vizinho a um hospício, em vale estreito e úmido. A malária, por exemplo, foi doença endêmica que se abateu sobre Azambuja de forma violenta no finalzinho da década de 1930 e foi se acentuando nos anos sucessivos. Houve dias nos quais a maioria dos seminaristas estava acometida pela febre. Não havia “quorum” para as aulas. O dormitório cheio de meninos acamados, a enfermaria com fila e o hospital sem poder atender mais ninguém. Esta peste que grassava por nossa região levou o serviço nacional de Malária a tomar uma medida drástica: derrubar todas as matas a mais ou menos 100 metros das povoações. No início da década de 1940 Azambuja adquiriu um aspecto desolador. As matas das encostas que ainda estavam de pé harmonizavam com pastagens e roças foram derrubadas e queimadas. A situação foi tão grave que, depois da inspeção do visitador apostólico dos seminários do Brasil, Mons. Manuel Pedro da Cunha Cintra, veio ordem de Roma para transferir o seminário para outro local. O arcebispo interveio e obstinadamente fez com que ele permanecesse em Azambuja. Deixar-se levar por caminhos fáceis como fugas daria margem para transferir também todas as obras de Azambuja. Se há dificuldades, por mais caóticas que sejam elas, devem ser enfrentadas e ponto! Em 1949 a doença diminuiu drasticamente.

Azambuja cresce e se torna centro de atenções. O arcebispo começou a participar da festa de agosto. Azambuja criou um ritmo próprio muito conhecido e tradicional. A primeira ordenação sacerdotal aconteceu em 10 de dezembro de 1944, do padre Guilherme Kleine, o mesmo que sempre viveu em Azambuja toda sua vida presbiteral, falece repentinamente em 1972.

Na década de 1940, Pe. Afonso Nieuhes consegue a unificação dos bens da Mitra em Azambuja. Uma administração única, como nos tempos iniciais. O Pe. Kleine foi designado administrador. Sob seu comando Azambuja se transformou. Surgiram Morro do Rosário, pré-

dio da economia, edifício do peregrino, o bar, novo seminário, a atual praça, foi ampliado o hospital, o santuário foi finalizado, comprada a fazenda Brilhante, popularmente conhecida como fazenda dos padres, ou do Pe. Kleine. Era uma Azambuja antes e outra depois do padre Kleine no que tange a estrutura física e material.¹³

Aqui, estamos na década de 1940. O número de jovens vocacionados crescia a tal ponto que o prédio do antigo seminário – atual museu – ficou pequeno. Em 1942 a arquidiocese abriu um seminário preparatório, em São Ludgero. Grande parte da meninada vinha do sul...

O seminário preparatório era uma boa experiência de inserção na formação dos futuros padres. As muitas desistências de candidatos, normais nesta fase, a orientação dos superiores identificando os não vocacionados, significou uma melhor seleção para os que ingressavam em Azambuja. Mesmo assim, a casa era pequena. Nos anos de 1946-1947 o prédio recebeu um anexo que não obedecia à arquitetura original. Desafogou provisoriamente a superlotação. Nos anos sucessivos, com o número crescente de matriculados, a situação se manteve. Dom Joaquim dera a ideia de aumentar o prédio do seminário na parte dos fundos. Os padres ponderaram que destoaria da arquitetura original, ficando cheio de emendas e anexos. O que se precisava era um seminário novo! O padre Kleine, com parecer positivo do corpo Docente, prepara a planta. Projeto de Dr. Antônio Ávila Filho com execução de João Martin Backes. O reitor padre Afonso e o administrador conversaram com o arcebispo e mostraram o novo projeto. Dom Joaquim se anima e dá ordens para começar imediatamente a obra. Eufórico marcou até a data da inauguração, obra prevista para dois anos. Em 15 de agosto de 1957 aconteceu solenemente a bênção da pedra fundamental. Mas, na verdade, a inauguração de toda obra só se verificaria depois de sete anos de muitos gastos e trabalhos. A construção foi feita por blocos separados

¹³ Foi projetada uma estrada de ferro, Brusque – Itajaí, que nunca foi finalizada. Varias partes da ferrovia receberam trilhos e muito material para continuação das obras. Grande parte do material para a ferrovia foi depositado e abandonado no terreno da Mitra. Padre Guilherme solicitou às autoridades competentes que retirassem o material. Não foi atendido. Assim, ferragens foram aproveitadas na construção do seminário. Barras de aço com mais de 10 metros mostram a solidez deste prédio, onde se colocou material de qualidade. Até hoje, quase 60 anos de sua construção, depois de tantas reformas, picaretadas e marretadas em sua estrutura para alterar e adaptar ambientes, não há nenhum comprometimento estrutural.



Seminário de Azambuja em 12 de abril de 1957. Acervo Museu Arquidiocesano Dom Joaquim

com juntas de dilatação. Em 1958, o anexo do seminário antigo foi demolido. E se inicia a construção da parte central do prédio ocupado por todos os residentes em 1959. Havia os atropelos de morar em um prédio em construção. Os trabalhos externos dos seminaristas nesses anos se concentraram na ajuda à mão de obra básica. O seminário foi o primeiro prédio de Brusque a receber em suas paredes tijolos vazados.

A inauguração fez parte do programa do jubileu áureo episcopal de Dom Joaquim, em 7 de setembro de 1964. Houve sessão solene no dia 6 à noite e missa presidida pelo arcebispo, com bênção do prédio e almoço de confraternização, no dia da comemoração da independência do Brasil.

Aqui estamos em uma nova fase. A morte de Dom Joaquim e governo de Dom Afonso, veio a calhar com os reflexos do Concílio Vaticano II.

Também sobre o seminário de Azambuja se abateu uma forte crise, no período pós-concílio Vaticano II. Mesmo com todas as dificuldades verificadas em tempos de mudanças bruscas, o seminário viu gente chegar, partir, ficar, diminuir, mas não interrompeu sua missão. Até padres de nosso clero, cheios de “ideais”, queriam que o seminário tradicional – como o era o Azambuja – desse lugar a novas experiên-



Cartão postal com as três instituições. Acervo Museu Arquidiocesano Dom Joaquim

cias. Dom Afonso Niehues, o arcebispo, muito ponderado dava sempre a mesma resposta: Comece o senhor em sua paróquia, concretizando a obra. Se permanecer e der certo vamos aprovar! Nenhum começou. Experiências feitas por iniciativa de próprios seminaristas, nesse sentido, tiveram lá seus aprendizados é verdade, mas não permaneceram.

Na história do seminário de Azambuja se costuma considerar épocas áureas, ou seja, a melhor. Isso é sentimentalismo, saudosismo e utopia. A comemoração dos 90 anos não é uma “sessão saudade” de uma época, de uma turma, de uma pessoa, é olhar o todo com gratidão vendo nele a obra que Deus realizou. Existem épocas diferentes, cada uma com suas conquistas e revezes que permeiam o emaranhado humano. O seminário “recebeu” um início pobre e “devolveu” o seminário que hoje temos. Certa foi a essência, a vontade de acertar e fazer o melhor, na formação sacerdotal. Os tempos e as pessoas sempre mudam e o seminário também mudou. O seminário foi o que tinha para ser em cada momento de sua história nonagenária.

Azambuja, ainda hoje, conserva os traços daquela formação inicial, instituída pelo padre Jaime e continuada, na sua essência, pelas dezenas

de outros formadores que o sucederam. E foi esta que acompanhou a formação até nossos dias.

Ainda um Lembrete

Na Exortação apostólica *Amoris laetitia*, o papa Francisco nos convida à reflexão histórica. “A falta de memória histórica é um defeito grave da nossa sociedade. É a mentalidade imatura do “já ultrapassado”. Conhecer e ser capaz de tomar posição perante os acontecimentos passados é a única possibilidade de construir um futuro que tenha sentido. Não se pode educar sem Memória (n. 193).” Esta memória histórica dos 90 anos do seminário quer ser justamente isso: um fundamento para o futuro pontilhado de esperança para a formação presbiteral da arquidiocese de Florianópolis e – neste momento - também diocese de Tubarão. Não comemoramos nove décadas de prédios e instalações. O seminário não é, primeiramente, um local, um prédio. São pessoas que vivem em uma comunidade em processo que chamamos formativo e que querem uma configuração decididamente íntima com o Senhor Jesus, que chamou jovens para servi-lo nos caminhos da fé e do amor, na vida da Igreja.

Toda comunidade verdadeira, como deve ser um seminário – e também sua família – é uma evolução, por isso, consistente e amadurecida, verdadeira e realizadora. O Seminário de Azambuja continua a irradiar luzes benfazejas sobre as comunidades brusquense, tubaronense e arquidiocesana, conclamando a todos: somos eternos seminaristas, aprendizes, formandos na escola de Jesus, que nunca se cansou de chamar colaboradores. Parabéns, querido Seminário, e obrigado a todos os que dele fizeram e fazem parte desta história.

Relação dos Reitores do Seminário Menor Metropolitano “Nossa Senhora de Lourdes”

Pe. Jaime de Barros Câmara (1927-1935)

Pe. Bernardo Peters (1936-1946)

Pe. Afonso Niehues (1947-1958)

Pe. Valentim Loch (1959-1970)
Pe. Vito Schlickmann (1970 - 1983)
Pe. João Francisco Salm (1984-1991)
Pe. Francisco Rohling (1992-1998)
Pe. Luís Antônio Caon (1999-2005)
Pe. Siro Manoel de Oliveira (2006-2008)
Pe. Pedro Schlichting (2009-2015)
Pe. Francisco de Assis Wloch (2016...)

Relação dos padres Formadores que trabalharam ou trabalham no Seminário de Azambuja

Jaime de Barros Câmara; Antônio Marangoni; José Locks; Antônio Kondlick, Afonso Reitz; Clemente Augusto Brüning; Bernardo Peters; Nicolau Gesing, João Reitz; Antônio Waterkemper, Augusto Zucco; Wilson Laus Schmidt; Luís Cordioli; Luís Orth, Inácio Orth; Afonso Niehues; Gregório Warmeling; Valentim Loch; Guilherme Kleine; Raulino Reitz; Armando Ghislandi; Germano Peters; Alfredo Junkes; Tarcísio Marchiori; Hercílio Capeller; Bertolino Schlickmann; Vito Schlickmann; Wendelino Waterkemper; Cláudio Cadorin; Antônio Pedro Guglielmi; Ney Brasil Pereira; Osmar Pedro Muller; Albano José Koehler; Afonso Paulo Guimarães; Afonso Emmendoerfer; Osvaldo Prim; Ari Fontanive; Pedro José Koehler; Lírio Volpi; Hercílio Cappel-ler; Luiz João Bertotti; Alvino Milani; Paulo Bratti; Valdir Staehelin; Valter Maurício Goedert, Nildo Dubiella; Henrique Ernesto Cervi; José Artulino Besen, João Francisco Salm, Nélio Roberto Schwanke, Márcio Bolda da Silva, Gervásio Fuck, , Francisco Rohling, Reinaldo Schmitz, Isaltino Dias, Tarcísio Pedro Vieira, Carlos Rogério Groh, Iseldo Scherer, Lúcio Espíndola dos Santos, Luís Antônio Caon, Rafael Alex Lima da Silva; Pedro Schlichting, Revelino Seidler, Alcioni Berkenbrock, Siro Manoel de Oliveira, Antônio Luiz Schmitt, Gilson Meurer, Gercino Atilio Piazza, Alcides Albony Amaral, Carlos André Paixão, Sílvio José Kremer, Eder Claudio Celva, Francisco de Assis Wloch.

HINO DO SEMINÁRIO DE AZAMBUJA

Composto para o Jubileu de Prata do Seminário: 1952

Letra: Fr. Tarcísio Marchetti

Música: Fr. Ney Brasil

1

Prelúdio

1. Nós, que lan- çá- mos es- la- res por- que a voz do Se-nhor nos cha- ma. O- ra

1. so- mos ao pé dos al- ta- res co- mo flo- res q' a Vir- gem plan- tou! Nes- te va- le, re- man- são ben- di- to cul- ti- va- mos o nos- sal- de- al. A so- ahar es- te so- nho in- fi- ni- to de be- le- za e de gló- ria, i- mar- tal. Pa- ra fre- tes nos con- vi- da, nos al- ta- res es- plan- de- sus al- tar!

A_ ce- são é o- ma- la- ta re- shi- da Co- mo é be- lo vi- ver e lu- tar!

1. Nós, que longe deixamos os lares, porque a voz do Senhor nos chamou. Ora somos ao pé dos altares, como flores que a Virgem plantou!
Refrão: Neste vale, romance e bendito, cultivamos o nosso ideal. A sonhar este sonho infinito, de beleza e de glória imortal! Para a frente!
Jesus nos convoca, nas alturas esplende uma altar! A ascensão é uma luta renhida... Como é belo viver e lutar!
2. Aqui somos da Virgem o maná, desdobrando do céu colmos aós. Do sacraldo sentamos o encanto, de Jesus mudamos a voz!
3. Deixei amado aos sacrifícios! Os amos, na pia do altar. Para dar tudo aquele que amamos. Foi tudo, por Ele, deixei!
4. O Arcebispo já vi, refletindo Rara merce de tantos ideais; Se o passado já foi sonho lindo. O futuro promete ainda mais!

Alguns como seminaristas, depois ordenados sacerdotes

Walmor Castro; Huberto Bruening; João Philippi; Gregório Locks; Frederico Hobold; Rodolfo Boetting; Francisco Waterkemper; Agenor Neves Marques; José Pereira Kunz; Boleslau Smielewski; Amilcar Gabrieli; Itamar Luiz da Costa; Gilberto Luiz Gonzaga; Albino Destro; Isidoro Ghislandi; Afonso Locks; Silvestre Philippi; Taicil Tavares; Aquilino dos Santos; Raul Kesting; Vitor Galdino Feller; Hélio da Cunha; Wilson Groh; Gilberto Mafra; Roberto Fritzen; Luiz Prim; Idonizete Krüger.

Referências Bibliográficas

Besen, José Artulino. Azambuja 100 anos do Santuário. 2005. Nova Letra - Blumenau.

Niehues, Dom Afonso. O santuário de Nossa Senhora de Azambuja. A Igreja e sua obra social e cultural – breves informações. 1993.

Crônicas das Irmãs da Divina Providência.

Vieira, João Alfredo Medeiros. Notas sobre a História da Filosofia em Santa Catarina. Ledix. Florianópolis. 1999.

Calliari, Ivo. *D. Jaime Câmara: diário do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro*. RJ: Gráfica Erca, 1996.

Mons. Agenor. O Fuzilica de Deus. Pedro & João Editores. 2006.

Fontes:

Livro do Tombo do Santuário de Azambuja n. 1.

Livro de Contas do Santuário de Azambuja – 1892 - 1919.

Crônica do Hospital de Azambuja – 1902 – 1968.

Crônica da Chácara de Santa Teresinha – 1936 – 1954.

Chronik da Santa Casa de Misericórdia de Nossa Senhora in Azambuja (Diário do Pe. Sundrup, traduzido).

Livros de Avisos do Santuário – 1934 – 1976.

Terrenos e plantas de construções em Azambuja (pasta).

Livro de Matrícula dos alunos do Seminário Menor.

Diários dos Reitores – Todos os volumes.

Livros de Atas das reuniões dos Padres Professores do Seminário Menor – 1937 – 2004.

Arquivos de Correspondência da Reitoria do Seminário Menor.

Loch, Mons. Valentim. Entrevista em fita K7. Arquivo do Seminário Metropolitano – Azambuja – Brusque. Gravada em 2001.

Arquivos consultados:

Arquivo histórico “Dom Jaime de Barros Câmara”, do Seminário Menor de Azambuja.

Arquivo Histórico-Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis.



Cine Colyseu. Acervo Érico Zendron

História do cinema em Brusque

Aluizio Haendchen Filho¹

O Cinema, a sétima Arte, é uma das formas de arte mais marcante no mundo. Cinema (do grego: kinema “movimento”), segundo o Aurélio: “é a arte de compor e realizar filmes para serem projetados ou a sala de espetáculos onde se veem projeções cinematográficas”. Desde o seu surgimento em 1895, na Europa, quando os irmãos Lumière, os inventores do cinema, lançaram o cinematógrafo para os franceses, não tardou muito para a invenção chegar às terras brasileiras. A primeira exibição cinematográfica no Brasil aconteceu em julho de 1896, no Cinematographo Parisiense, que foi criado em um lugar adaptado, onde hoje funcionava o teatro Glauber Rocha, no Rio, cujos proprietários eram Pascoal Segreto e José Roberto Cunha Salles. As primeiras filmagens feitas no Brasil foram feitas pelos irmãos Segreto, imigrantes

¹ Aluizio Haendchen Filho é Mestre em Ciência da Computação e Doutor em Informática, pela PUC-Rio. Atualmente, é Professor e Pesquisador na Unifebe, onde coordena o Núcleo de Inteligência Artificial.

italianos que filmaram a Baía de Guanabara, a bordo do navio francês Brêsil. No dia 5 de julho de 1897, eles filmaram a visita do presidente da República Prudente de Moraes ao cruzador Benjamin Constant.

Surgimento do cinema em Santa Catarina

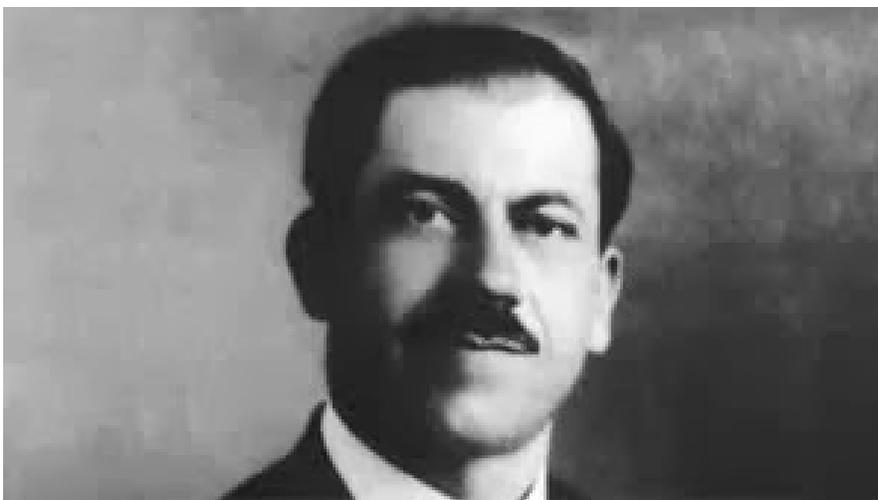
Não muito distante da realidade brasileira, o estado de Santa Catarina começa a ter contato com o cinematógrafo apenas cinco anos após os irmãos Lumière inventarem o cinema. O Estado conheceu o cinema por volta do final do século XIX e meados do ano 1900, com projeções de cinematógrafos ambulantes. É no ano de 1900, portanto, que os catarinenses conhecem a encantadora máquina projetadora de imagens por meio de Eduard Von Shultz, na cidade de Blumenau, no Vale do Itajaí, que exibiu 28 curtas-metragens para a população. Entre eles, Vista de Brusque, Itajaí e Arredores (1900), considerado o primeiro filme (documental) rodado no Estado. De acordo com Kormann (1996), no jornal da época, Blumenauer Zeitung, Blumenau exibiu seus primeiros filmes no dia 11 de agosto de 1903, quando Eduard Von Schultz projetou no Teatro Frohsinn, demolido na década de 1930, o cinematógrafo Apollo, despertando a curiosidade de toda



Teatro Frohsinn, em 1900. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva – Blumenau/SC

a população da cidade.

Esta mesma programação foi apresentada na cidade de Indaial, uma semana depois, nos dias 18 e 19 de agosto no Salão de Arnold Lueders. Esses filmes chegaram a Florianópolis em 2 de setembro de 1900. Constata-se, portanto, que Blumenau é o ponto de partida para o estudo da história do cinema no estado de Santa Catarina, tendo sido a primeira cidade a promover exibições cinematográficas. Foi a partir dali que a cultura do cinema se expandiu para os demais municípios. O primeiro cinema fixo da região foi o Cine Busch, que se instalou em Blumenau em 1904 e foi o pioneiro no sul do Brasil.



José Julianelli. Acervo: Zeca Pires

José Julianelli: precursor do cinema em Santa Catarina

Já a população dos municípios mais distantes dependia dos exibidores itinerantes, como José Julianelli, cinegrafista que atuou no Vale do Itajaí durante as décadas de 1910, 1920 e 1930. José Julianelli, um dos primeiros no Brasil a desenvolver o “cinema de cavação” exercia o cinema ambulante, isto é, fazia do cinema seu meio de subsistência.

José Julianelli veio para a região de Blumenau com seu pai no início dos anos de 1900. Julianelli iniciou seus empreendimentos em terras catarinenses no início do século passado, com a compra de um tigre,

que colocava em exposição. O negócio cresceu e foi formado o Circo “Pavilhão Recreativo”. Naquela época, por volta de 1909, Julianelli entrou em contato com a Pathé Frères de Paris, e trouxe, do Rio de Janeiro, um cinematógrafo, que passou a funcionar como mais uma atração do Pavilhão. A estreia do cinematógrafo foi no salão da Casa São José, localizado no centro de Blumenau onde hoje está a Loja Havan, mais conhecido como o Castelinho da antiga Loja Moellmann. No início do século passado, a “Casa São José” (Josephshaus) era um “misto” de salão de baile, bar e hotel.

O primeiro cinematógrafo foi vendido, e Julianelli adquiriu um aparelho mais moderno. O “Pavilhão Recreativo” progrediu para “Circo de Variedades”, e a iluminação passou de gás carbureto para um motor Aster a querosene, com dínamo de 110 volts. O motor servia para iluminar o circo e dar funcionamento ao novo cinematógrafo. Um trecho do panfleto de propaganda do circo destaca o seguinte texto: “O célebre Rei dos Ilusionistas, o inimitável Sr. Julianelli, Nigromático, Escamoteador, Magnitizador, Hypnotizador, Mímico, e a distinguida Miss Maggi, a mulher impalpável. Cherina! Estupndo fenômeno científico. Dará fim ao espetáculo com uma secção cinematográfica”.

Surgimento do cinema em Brusque

Foi justamente por meio do Sr. José Julianelli que surgiu o cinema em Brusque, em 1908. Ele era dono de um Cinematographo, um projetor móvel utilizado para realizar sessões de cinema itinerantes, que ele fazia em Brusque e região. Foi como proprietário de uma empresa de ônibus, da qual era também motorista, que veio parar em Brusque, onde realizava as suas projeções cinematográficas e também filmagens. Era o único cinegrafista no estado. Um dos filmes exibidos com frequência por Julianelli foi “A Paixão de Cristo”. A fita despertava grande interesse e seu enredo facilitava a compreensão do público através de uma linguagem que estava dando seus primeiros resultados. Tratava-se da projeção de quadros que descreviam os diferentes momentos da vida de Cristo, dividida em sete partes. Alguns anos mais tarde, a Pathé lançou o “Vitaphone”, que já permitia exibir filmes falados, que na verdade era a sincronização do projetor com um gramofone.

Em trecho do jornal O Tempo, número 58, ano II, editado em Florianópolis, podem ser vistas matérias promocionais da exibição dos filmes de Julianelli na Capital: “Alem desses, serão exibidos os films da Fabrica de Tecidos e Cortinados Rénaux S.A., onde se vêem as secções de machinismos modernos e mais aperfeiçoados existentes no Estado; a sua produção e os différentes processos por que ella passa. Serão focalizados o panorama completo da cidade industrial de Brusque e a festiva recepção do Cav. C. Vecchiotticonsul italiano, ás colonias italianas daquelle municipio e á Municipalidade onde foi recebido pelas altas auctoridades, politicos, etc.”.

O cinema moderno

Em 13 de novembro de 1913, a inauguração do fornecimento de energia elétrica e da iluminação pública trouxe a sensação de que os novos tempos haviam chegado. O primeiro cinema fixo de Brusque, o Cinema Moderno, de propriedade de Willy Stracker, foi inaugurado no salão do Hotel Zum Deutscher Kaiser, em 1913. O hotel era localizado na Rua Barão de Ivinheima (hoje Avenida Cônsul Carlos Renaux). Com a morte de Shoenen Wilhelm, que era dono do hotel, esse passa a ser gerido por Rodolfo Krieger, que compra o cinema de Willy Stracker. A primeira exibição cinematográfica foi um sucesso de público, sendo noticiada até mesmo no jornal Novidades, de Itajahy. Que espanto todas aquelas imagens projetadas em uma tela enorme não teriam provocado na população brusquense? (Michel, 2012). Algum tempo depois, o cinema foi comprado pelo Sr. Rodolfo Krieger.

As sessões do cinema mudo da época eram animadas por músicos, dentre eles o maestro Aldo Krieger. Desde os tempos de infância, o maestro já tocava durante as exibições de filmes mudos. Ele certamente não saberia contar quantas sessões havia animado com suas músicas. Carlos Eduardo Michel (2012) narra que “no Cinema Moderno, os jovens poderiam vislumbrar os avanços tecnológicos de sua época, e também poderiam aproveitar o escurinho do ambiente para namorar”. Claro, esse namoro precisava ser muito bem escondido, pois se o “lanterninha” ou o delegado de polícia flagrasse um casal incauto, os amantes poderiam ser expulsos da sessão e ganhar má fama na cidade.

O Cine Esperança

Por volta de 1914, João Schaefer compra o maquinário do cinema e o transporta para o salão do seu hotel, chamado Hotel Schaefer. Em 1915, Carlos Gracher arrendou o hotel e passou a dirigir o cinema, que ganha um novo nome: CINE ESPERANÇA. Nome realmente belíssimo para um cinema, que lembra muitas histórias do cinema antigo, como no clássico filme Cinema Paradiso. No Cine Esperança as cadeiras tinham assentos de palha e as sessões não tinham hora fixa para iniciar. Só começavam quando os frequentadores mais assíduos do cinema chegavam. Na plateia, duas cadeiras eram reservadas à frente para o delegado de polícia poder cuidar dos espectadores. A exemplo de todos os demais cinemas da época, o Cine Esperança exibia filmes mudos. Para animar as sessões, Carlos contratava músicos da cidade. Segundo informações do historiador Ayres Gevaerd, os conjuntos musicais eram em geral formados por um violino, um violão e um cavaquinho. O repertório musical era improvisado, de acordo com o filme que se projetava. À direção do conjunto cabia muita responsabilidade e perícia na adaptação da música à imagem ou cena. Uma valsa era substituída



Casarão do Hotel Schaefer, onde funcionou o Cine Esperança. Acervo: SAB

rapidamente por um tango, uma marchinha, um maxixe, um fox, sempre de conformidade com o enredo.

Passaram-se alguns anos, e com que espanto os brusquenses encararam a notícia no jornal O Progresso, de 4 de dezembro de 1931, no qual se podia ler um anúncio do Salão Gracher comunicando a chegada de um aparelho sonoro para o cinema, que até então só exibia filmes mudos. O primeiro filme sonoro em Brusque foi exibido em 30 de janeiro de 1932. Com o aparelho sonoro, o Sr. Carlos Gracher muda o nome do cinema para Cine Guarany. Então, pela primeira vez em Brusque, no ano de 1932, foi exibido um filme falado, musicado e cantado, denominado “Ganhando o Mundo”.

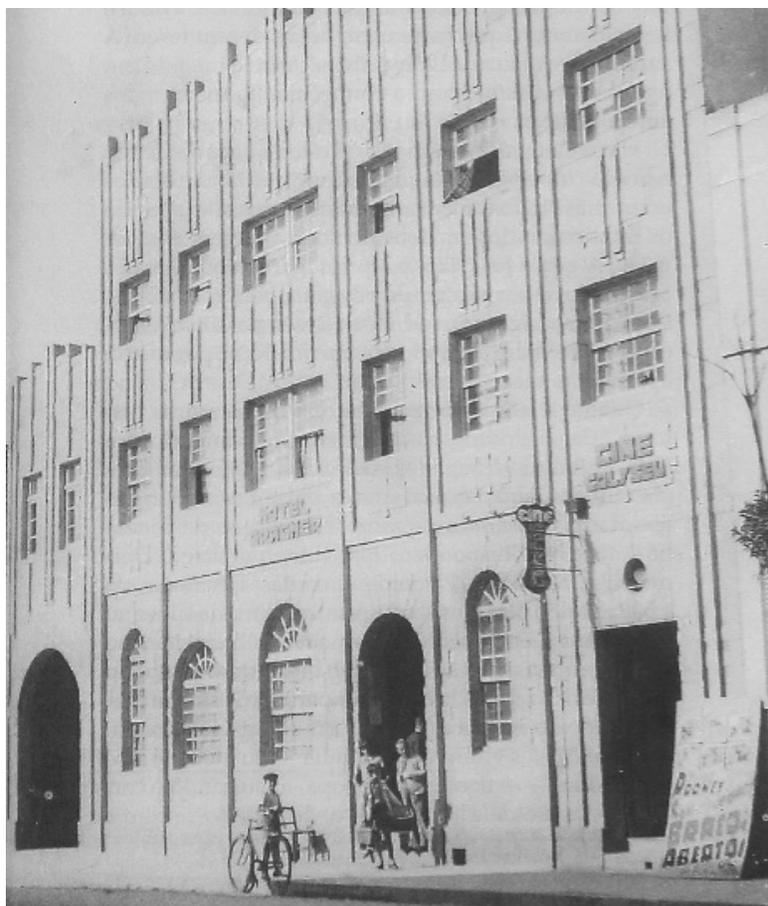
O Cine-Theatro Guarany

Dois anos depois de inaugurado o cinema, Carlos Gracher recebeu de seu sogro uma das primeiras casas construídas na rua principal de Brusque – atual Cônsul Carlos Renaux e onde hoje está o Hotel Gracher – que era a antiga sede de um convento. Gracher reformou toda a casa, comprou aparelho sonoro e instalou no salão o Cine Guarany, inaugurado em 3 de março de 1934 com a exibição do filme “Voz do Meu Coração”. O Sr. Gracher anunciava ainda, que para a inauguração do cinema, seria executado um trecho da ópera o Guarany, de Carlos Gomes. (Gracher, 2005).

As sessões do Cine Guarany eram muito concorridas. A forma de fazer cinema já havia se modificado. Os filmes não eram mais mudos e, por isso, o aparelho Vitaphone combinava a imagem do filme com seus sons gravados em disco. O Vitaphone precedeu a aquisição do aparelho Movietone, que por sua vez combinava som e imagem no próprio celuloide. O cinema estava cada vez mais popular em Brusque e, em pouco tempo, já havia se tornado uma das principais atividades de lazer da cidade. O cinema era a grande forma de as pessoas se encontrarem e também uma das poucas formas de diversão naquela época. Ia-se no cinema de uma forma diferente, tinha todo um glamour, se colocava as melhores roupas. Os horários funcionavam em função da movimentação desse público que costumava ir ao cinema depois da missa. (Gracher, 2005)

O Cine Colyseu

Em 1935, Henrique Brattig alugou o então Cine Guarany, e mudou o nome para Cine Colyseu em 1936. Apaixonado por arte, Henrique gostava muito de fotografia e escrever, fosse em prosa ou em verso. Foi vencedor de um concurso de literatura promovido pelo Rotary Clube, do qual foi sócio fundador e participou ativamente até o fim de sua vida. “Tinha por lema servir ao próximo dedicando-se ativamente às causas sociais”, afirma Rita Brattig Bork, filha mais nova de Henrique. Durante 33 anos trabalhou no INCO – Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina. Por muito tempo, durante o dia dedicava-se ao banco



*Fachada do Cine Colyseu, no prédio antigo do Hotel Gracher.
Acervo: Ivo Moritz*

e à noite ao cinema. O Cine Colyseu funcionou nas instalações do Hotel Gracher durante dez anos, de 1935 até 1945. Foi oficialmente inaugurado em 1º/8/1936 como Cine Colyseu. Na foto a seguir, do início da década de 1940, uma imagem do Cine Colyseu com a porta de entrada do lado direito da porta de acesso ao hotel. Em cartaz, o filme “Com os braços abertos”, com Mickey Rooney e Spencer Tracy.

Em 15 de setembro de 1945, Henrique Brattig transferiu o cine para o novo prédio. O Cine Colyseu exibia, em sessões semanais, uma variedade de filmes dos mais diversos gêneros, sendo que a maioria era de procedência de estúdios americanos. Conforme anúncios veiculados nos jornais o Rebate e Correio Brusquense, as sessões semanais ocorriam aos sábados e domingos. Aos sábados, a sessão iniciava às 20h15 ou 20h30. No domingo, havia uma sessão dupla ou às vezes tripla: uma matinê ocorria às 15h, uma sessão era exibida às 17h e outra às 20h15 ou 20h30.



Cine Colyseu em 1952, no prédio próprio. Acervo: Érico Zendron

A foto a seguir mostra o Cine Colyseu, na década de 1950. Cesar Gevaerd comenta: “Na foto se percebe na primeira porta a Barbearia Cine, do Sr. Amilton Correa de Mello. Logo após a entrada do Cinema (porta aberta), funcionou uma lanchonete, e num determinado tempo,

a Farmácia Moderna, do Sr. Roland Gartner. Acima da marquise, os alto-falantes, que presenteavam os transeuntes com as célebres canções e sucessos de Glenn Miller e Ray Coniff. Aos domingos, às 13h, já estavam a postos os trocadores de gibis”.

Além de cinema, o Cine Colyseu era também palco de apresentações musicais, de teatro e de dança. O interior do cinema era bonito, e luzes coloridas acendiam e se mesclavam nas laterais antes de iniciar os filmes. Na foto a seguir, o interior do Cine Colyseu. Havia um mezanino na parte de cima que era chamado de galeria. Os preços dos ingressos variavam, eram mais baratos na galeria do que nas poltronas localizadas na parte de baixo. Havia também preço diferenciado para as crianças.



O belo interior do Cine Colyseu. Acervo: Fundo Walmir Diegoli

Ainda sobre sessões especiais, às terças tinha a Sessão das Moças para mulheres, e quarta para homens. Na Sessão das Moças, o cine enchia, faltava lugar. As mulheres pagavam um ingresso simbólico. Salete Maria da Silva, numa postagem comenta: “E como era bonito, e chique também!!! Muitas terças-feiras, fugindo do curso normal, pra assistir a Sessão das Moças... muito bom, até o Dr. Arno descobrir e mandar pra casa uma anotação na caderneta!!!”

O Cine Real

Depois da mudança do Cine Colyseu para o novo prédio em 1945,

o Cine Guarany voltou a funcionar no local, com os mesmos equipamentos, uma vez que Henrique Brattig adquiriu novos para o Cine Colyseu. Quatro anos depois, em 1949, o cinema em Brusque teve mais uma evolução. Arno Gracher promoveu uma ampla reforma no antigo Cine Guarany e passou a se chamar Cine Real. Suas 500 cadeiras ficavam lotadas e as sessões eram anunciadas com música em alto-falantes embutidos na fachada do cinema. A solenidade de inauguração em junho de 1949, foi presidida pelo Juiz da Comarca de Brusque Oswaldo Areas Horn.

Edgar Ricardo von Buettner relata lembranças da época do Cine Real: “Matinê de domingo à tarde, no Cine Real? Minha mãe me deixou



O interior do cinema em 1949. Acervo: família Gracher

frequentar essas sessões de cinema só poucas vezes. Acho que foram duas só. Mas memoráveis: filme de banguê-banguê, com Hopalong Cassidy! No momento que esse herói de farwest aparecia na tela, montado no seu ginete branco, correndo atrás dos bandidos fugitivos, a galera explodia! ‘Aí Mocinhoooooo’ gritavam em coro ao mesmo tempo em que batiam com os pés no chão de tábuas, imitando o galope acelerado do cavalo! Enquanto os olhos de cada um se cravavam na tela, subia lentamente uma imensa nuvem de pó, dando à cena mais realismo! E quando arrebentava a fita, o filme de 35 mm... Parecia que o mundo vinha abaixo! É claro que o maquinista não ficava plantado do lado do projetor, acompanhando as cenas do filme, que ele já tinha visto inúmeras vezes: os assovios frenéticos e verdadeiras vaias só silenciavam quando as luzes da imensa sala eram acesas”.

Em 1952, as atividades do Cine Real foram interrompidas por um incêndio na cabine de projeção, durante a apresentação do filme Sensação no Circo. Todos os materiais que compunham o filme eram altamente inflamáveis. O incêndio obrigou o Cine Real a fechar suas portas por alguns meses.

Cine Teatro Real

A capacidade de superação e o dinamismo do empreendedor Arno vieram novamente à tona em 1956. O antigo prédio construído pelo pioneiro Carlos Gracher, que até então abrigara os cinemas Esperança, Guarany, Colyseu e Real, foi demolido para dar lugar ao Cine Teatro Real. Foi então construída uma sala maior – com 1.250 lugares – resultado de uma sociedade entre Arno Carlos Gracher, Bernardo Kirschner, Erich Bueckmann, Valério Walendowsky e João Antônio Schaefer. Projetado pela empresa Moellmann e Rau Ltda., o novo cinema foi construído por José Bolognini & Gevaerd.

O Cine Teatro Real foi inaugurado em 10 de agosto de 1957 às 16 horas com o filme “Tudo que o Céu Permite”. A sessão inaugural ficou lotada. A mais moderna sala de espetáculos de Santa Catarina, o Cine Teatro Real tinha 1.250 lugares, além de 110 poltronas estofadas. A imprensa, local e regional, deu cobertura: “[...] O Cine Teatro Real está, pois, de parabéns, possuindo um dos mais modernos e ricamente



Bilheteria do Cine Teatro Real na sessão de inauguração. Acervo: família Gracher

ornamentados salões cinematográficos de Santa Catarina”, destacou Euclides Cardeal no semanário *O Rebate*.

Cada novo filme sempre entrava em cartaz no sábado. Aos domingos, as sessões eram às 14 e às 16 horas. À noite só havia sessão às 20 horas. Pela sala de cinema do Cine Real passaram os maiores campeões de bilheteria: *Os Dez Mandamentos* (1956), *Ben-Hur* (1959), *Cleópatra* (1963), *Sansão e Dalila* (1950), *O Planeta dos Macacos* (1968), *King Kong* (1976), *Guerra nas Estrelas* (1977) e *Incrível Hulk* (1978). (Gracher, 2005)

A foto a seguir é de uma solenidade durante a Campanha Semana da Criança, organizada por Arno Carlos Gracher em Parceria com o Lions Clube, que premiava com brindes a presença dos estudantes. O Cine Teatro Real também promovia a Campanha do Agasalho: o ingresso era pago com roupas, doadas para famílias carentes. Pode-se observar que na parte superior, nos fundos, havia o mezanino, também chamado de galeria, que abrigava um número significativo de poltronas.

Com a ascensão da televisão, o cinema teve uma fase ruim. Houve queda nas bilheterias e para trazer o público de volta ao cinema, foram colocados grandes filmes em cartaz, promovidas apresentações de companhias de expressão nacional que trouxeram ao palco do Cine Teatro



*Cine Teatro Real em 1966 em solenidade da Campanha Semana da Criança.
Acervo: família Gracher*

Real, artistas como Procópio Ferreira, Bibi Ferreira, Tônia Carrero, entre outros. Gisela Gracher, filha do Sr. Arno Carlos Gracher, em entrevista ao jornal Município Dia a Dia, lembra que “Lá pelos anos 1980, o cinema não estava conseguindo se manter devido ao grande auge da televisão. Tivemos que encontrar alternativas para passar por isso. Eles acabam ressurgindo nos shoppings, em ambientes menores, que em nada lembram as salas antigas, o glamour. Hoje, o cinema é um programa para fazer com a família, com os amigos. É diferente de ver um filme em casa”, destaca Gisela.

Cinema em Brusque pós 1990

Dona Naylor Gracher, em seu livro “Gracher: uma empresa faz 100 anos” relata que após a morte do marido Arno Carlos Gracher em 1983, a família foi reunida para repensar o patrimônio e também para encontrar uma alternativa para o espaço, que na época abrigava o Cine Teatro Real e uma pequena galeria de comércio. A família optou

por uma alternativa que seria capaz de resgatar a tradição de força comercial da área central da cidade. Em virtude das transformações que sucederam no país com o avanço da televisão e do videocassete e consequente redução do público, o Cine Real fechou as portas em 1994. A cidade ficaria cinco anos sem salas de exibição até a inauguração do Shopping Gracher.

Em 17 de março de 1999, foi inaugurado O Shopping Gracher. Quando inaugurado, havia apenas uma sala de cinema, com capacidade para 230 espectadores, e utilizando tecnologia de ponta. A sala foi projetada e equipada com um sistema de sonorização de última geração, e a ele foram ligados dois processadores digitais, garantindo fidelidade absoluta dos sons. Um sistema de pratos garante uma projeção contínua, sem interrupções e sem mudança de projetores, como acontecia no passado. No início, a única sala de cinema do Shopping Gracher apresentava três filmes por semana, em três diferentes horários.



Entrada para as salas de cinema do Cine Gracher Shopping. Acervo: família Gracher

Após a inauguração, os administradores da família observaram que havia um crescimento constante do público no cinema. Os tempos eram outros: os lançamentos dos filmes são muitos e frequentes, o que obrigou a família a pensar em ampliar as instalações. Após vários estudos arquitetônicos e técnicos em cinema, foram iniciadas em 2004 as obras de ampliação. A praça de alimentação foi modificada para dar lugar às novas salas. Em fevereiro de 2005, foram entregues à comunidade de Brusque duas novas salas de projeção em sistema *stadium*, com confortáveis poltronas, e com equipamentos de última geração em termos de som e imagem, com tecnologia 3D. As salas passaram a ter capacidade para abrigar 436 espectadores.

A empresa passou a ter um perfil de rede em dezembro de 2013, quando foi inaugurado um novo complexo de três salas na loja de de-

Ano	Público total	Ranking no país	Market Share	Variação
2008	57.653	65°	0,07%	ano-base
2009	83.858	62°	0,07%	▲45,45%
2010	86.908	64°	0,06%	▲3,64%
2011	92.937	58°	0,07%	▲6,94%
2012	92.656	65°	0,06%	▼0,30%
2013	88.178	61°	0,06%	▼4,83%
2014	132.967	50°	0,08%	▲49,20%
2015	216.892	45°	0,13%	▲63,12%

Tabela da evolução de público de 2008 a 2015 no grupo Cine Gracher. Fonte: Wikipedia

partamentos Havan, que tem sua sede em Brusque. Em julho de 2015, essa parceria se consolidaria com a inauguração de novo complexo de três salas na filial Havan na cidade de Porto União, e a promessa de abertura de outros cinemas nas cidades de Arapongas e Pato Branco, o que representaria a expansão para fora do Estado de Santa Catarina.

Acima a tabela de público e sua evolução de 2008 a 2015, considerando o somatório de todas as suas salas a cada ano. A variação mencionada se refere à comparação com os números do ano imediatamente anterior. Os dados foram extraídos do banco de dados Box Office do portal de cinema Filme B, à exceção dos números de 2014 e 2015, importados do Data Base Brasil. No período avaliado, houve um crescimento da ordem de 276,20% no público da rede.

Segundo o diretor-presidente da Ancine (Agência Nacional do Cinema), há sete anos seguidos com crescimento de bilheteria, em 2015 o mercado cinematográfico brasileiro recuperou a marca de 3 mil salas de exibição. Na década de 1970, o país chegou a ter 3,5 mil salas. Em 2010, o país tinha 89 mil habitantes para cada sala de cinema comercial, proporção que caiu para 68 mil habitantes/sala em setembro deste ano. No Nordeste, a expansão foi mais expressiva, com variação de 201 mil habitantes por sala para 127 mil. No Norte, a queda foi de 165 mil habitantes por sala de cinema para 93 mil. O maior número de salas por habitante ainda é encontrado no Sudeste, onde há 52 mil pessoas por cinema. Brusque é uma das poucas cidades do país com menos de 150 mil habitantes que possuem seis salas de cinema.

Referências

Curto Fotos Antigas de Brusque. Fragmentos de comentários foram coletados do site em posts sobre os cines Real e Colyseu.

Carlos Eduardo Michel. Bons tempos aqueles... - Sociabilidades do início do século. Em: Brusque 150 anos: tecendo uma história de coragem. Fundação Cultural de Brusque. Gráfica e Editora Líder, 2012.

Jorge Alfredo Holetz. Cinema Uma Paixão: Pioneiros do cinema catarinense. 26 de setembro de 2013. Disponível em: http://cinempaixao.blogspot.com.br/2013/09/pioneirosdocinemacatarinensei_26.html.

José Henrique Nunes Pires. Cinema e História: José Julianelli e

Alfredo Baumgarten, Pioneiros do Cinema Catarinense. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

Lorena das Chagas Corrêa, Clóvis Reis. A história do cinema em Gaspar, Indaial, Pomerode e Timbó (SC). XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Novo Hamburgo – RS 17 a 19 de maio de 2010.

Luiza Mascarenhas. O Cinema no Brasil. 29/05/2010.

Marlus Niebuhr. Brusque 150 anos: tecendo uma história de coragem. Fundação Cultural de Brusque. Gráfica e Editora Líder, 2012.

Município dia a dia. Cinema de Brusque completa 100 anos de história. Edição de 01/09/2015.

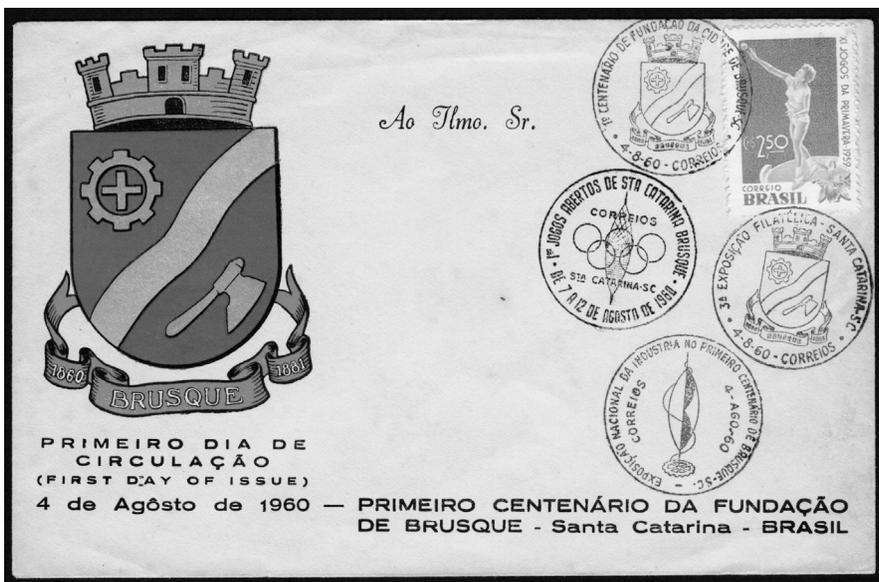
Nayr Gracher, Luiz Saulo Adami, Tina Rosa. Gracher: uma empresa faz 100 anos. S&T Editores, 2005.

Rafael Jose Bona. A História do Cinema em Santa Catarina: Região do Vale do Itajaí. GT de História da Mídia Audiovisual e Visual, integrante do 5º Encontro Regional Sul de História da Mídia – Alcar Sul 2014.

Ricardo José Engel. Ivo Moritz: vida, fatos e retratos. Editora Nova Letra, 2012.

Wikipedia. Cine Gracher. https://pt.wikipedia.org/w/index.php?-title=Cine_Gracher&oldid=48349842.

Zeca Pires. Cinema e História: José Julianelli e Alfredo Baumgarten, pioneiros do cinema catarinense. Edifurb, 2000.



Selo em homenagem ao primeiro Centenário de Brusque. Acervo: Clube Filatélico Brusquense

Clube Filatélico Brusquense

Legado cultural de nossos antepassados

Jorge Paulo Krieger Filho¹

No dia 21 de julho de 1935, num daqueles calmos domingos na pacata cidade de Brusque, quatro amigos, Ayres Gevaerd, José Boiteux Piazza, Oscar Gustavo Krieger e Érico Jorge Krieger, fundaram o Clube Filatélico Brusquense, com o objetivo de reunir os colecionadores de selos, cartões postais e moedas (filatelistas, cartofilistas e numismatas) para divulgar a prática do colecionismo, então apenas um hobby.

Os primeiros selos do mundo

O idealizador do selo postal foi Sir Rowland Hill, membro do Par-

¹ Bacharel em economia pela Universidade Regional de Blumenau. Presidente do Clube Filatélico Brusquense.

lamento do Reino Unido, cabendo à Inglaterra o privilégio de ser o primeiro país emissor do mundo. O Penny Black, como ficou conhecido o selo no valor de um penny impresso na cor preta e que leva a efigie da Rainha Vitória, foi lançado em 6 de maio de 1840.

O Brasil, graças às reformas introduzidas pelo Imperador Dom Pedro II no âmbito dos correios, foi o segundo país a emitir selo postal, em 1º de agosto de 1843. Os Olhos de Boi, denominação dada aos nossos primeiros selos, foram impressos nos valores de 30, 60 e 90 réis e são a joia nas coleções dos filatelistas brasileiros, também muito procurados e valorizados no exterior.

Filateria como fonte de conhecimento

Colecionar é uma arte, pois requer paciência, organização, conhecimento e muita pesquisa.

Ao lado do sistema clássico de colecionar selos, por exemplo, por ordem de emissão do país escolhido, hoje são muito difundidas as coleções temáticas, que focam, como o próprio nome revela, um determinado tema de preferência do colecionador.

As imagens que os selos e moedas reproduzem estão sempre ligadas à história, geografia, eventos cívicos e populares ou outros fatos do cotidiano de um País. Por isso fascinam os colecionadores, tanto jovens como adultos do mundo inteiro, que se reúnem em Clubes e Associações filatélico-numismáticas.

A Filateria em Brusque

A primeira diretoria do CFB, eleita na data de sua fundação, era assim constituída: Presidente: Érico Jorge Krieger; Secretário: Ayres Gevaerd; Tesoureiro: Oscar Gustavo Krieger; Diretor de Trocas: José Boiteux Piazza.

O CFB logo se projetou no cenário filatélico brasileiro, reunindo dezenas de colecionadores locais para troca de material e organizar suas coleções.

Nos anos 70 as reuniões se realizavam em uma sala do Edifício

Centenário, na praça Barão de Schneeberg; posteriormente, nos anos 80, o industrial Gothard Oskar Pastor (também filatelista), cedeu o uso de uma sala no prédio que a família Buettner possuía no centro de Brusque.

Naquela época eram realizados encontros reunindo colecionadores de Brusque e de várias cidades da região como Blumenau, Itajaí, Joinville, Timbó e Florianópolis. Existia um calendário dos eventos e cada cidade tinha a sua data do encontro preestabelecida. Hoje apenas Timbó e Florianópolis ainda sediam esses encontros.

O Clube Filatélico Brusquense patrocinou várias exposições, emitindo nessas ocasiões envelopes, folhinhas e carimbos comemorativos.

Atualmente o CFB publica a cada dois meses um Boletim Filatélico, distribuído via on-line para cerca de 300 endereços no Brasil e no exterior, que tem como linha editorial divulgar artigos de interesse cultural relacionados com a filatelia e a numismática.

Sendo o mais antigo de Santa Catarina, o CFB está bastante ativo realizando reuniões mensais e promovendo vários eventos como mostras filatélicas e lançamento de selos personalizados e envelopes comemorativos, como pode ser visto nas imagens desta reportagem.

A atual diretoria, eleita em 21 de julho de 2016, está assim constituída:

Presidente: Jorge Paulo Krieger Filho

Secretário: Carmelo Krieger

Tesoureiro: Jorge Bianchini

Coordenador de Trocas: Nilo Sérgio Krieger

Bibliotecário: Gaspar Eli Severino

O Clube Filatélico Brusquense tem sua sede na Avenida Arno Carlos Gracher (Beira Rio), nº 57, sala 101 – Edifício Rio Center. As reuniões são mensais e todos são bem-vindos.

Acervo documental

O CFB possui um vasto acervo representado por publicações e revistas antigas e peças filatélicas (carimbos, envelopes, folhinhas e selos) lançadas em datas comemorativas do próprio Clube ou do Município.



Envelope e folhinha comemorativa da Primeira Exposição Filatélica e de Arte Domiciliar de Brusque – 4 de agosto de 1950



Homenagem ao 1º Centenário de Brusque - agosto de 1960



Aniversário de fundação - Julho de 1985.





CLUBE FILATÉLICO BRUSQUENSE

Homenagem à visita de Dom Bertrand de Orléans e Bragança, Príncipe Imperial do Brasil a Brusque e realização da Mostra Filatélica IMPÉRIO DO BRASIL. Brusque - Santa Catarina – 14 a 16 de Novembro de 2016



*Acima e ao lado,
Selos personalizados*



Membros do Clube Filatélico Brusquense reunidos em Florianópolis no dia 1º de agosto de 2015. Da esquerda para a direita: Jorge Paulo Krieger Filho, Nilo Sergio Krieger; Yan Lauritzen, Gaspar Eli Severino, Altair C. Lauritzen, Jorge Bianchini e Nathan Krieger. Acervo Clube Filatélico Brusquense



Título de sócio número 1 do Clube Filatélico Brusquense, outorgado em 15 de setembro de 1935 ao fundador Érico Jorge Krieger. Acervo: Clube Filatélico Brusquense



Família Klein na Europa antes de emigrar para Santa Catarina. Acervo: Rosemari Glatz

Imigração alemã no estado de Santa Catarina: uma síntese histórica

Rosemari Glatz ¹

A imigração alemã foi fruto de uma decisão política e durante algum tempo após a independência do Brasil, em 1822, o foco era recrutar soldados e marinheiros mercenários com o objetivo de formar o exér-

¹ Rosemari Glatz. Natural de Taió, SC. Graduada em Administração e Pós-Graduada em Auditoria Contábil pela UNIVALI. Mestre em Administração pela FURB. Servidora Pública Federal. Professora universitária do Curso de Administração; Coordenadora do Núcleo de Estudos de Imigração Alemã, e Coordenadora do Conselho Editorial da Editora do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. Pesquisadora da imigração alemã e polonesa para o Vale do Itajaí. Co-autora do livro: Famílias de Origem Alemã no Estado de Santa Catarina. Colunista do Jornal O Município.

cito e a marinha brasileiros. Com o início do Período Regencial, o país passa a olhar a questão da imigração sob uma nova perspectiva. Neste sentido, Piazza (1994) informa que, em 1832, José Lino Coutinho já pleiteava a promoção da imigração enquanto, em 1835, Joaquim Vieira da Silva e Souza, de forma aberrante, propunha a criação de colônias, no interior do país, com indigentes e criminosos. Venceu o pleito de Coutinho, pois outros legisladores acreditaram que a venda de terras governamentais, a preços moderados, faria o Brasil mais atraente aos imigrantes. Poderia ser a solução do problema de incentivo à imigração e assim, partir de 1830, a política imigratória passou a estimular a vinda de agricultores e artesãos.

O governo tratou de direcionar os imigrantes para o Sul do Brasil, onde havia extenso vazio demográfico, o número de escravos era pequeno e o clima era mais favorável aos europeus. O modelo adotado foi a fundação de colônias em regiões não ocupadas por grandes proprietários, onde agricultores livres foram instalados em pequenas propriedades. Foi neste contexto que ocorreu o grande afluxo de imigrantes para Santa Catarina. O ingresso de imigrantes europeus, não portugueses, em Santa Catarina se dá com a chegada das primeiras levas de imigrantes alemães que aconteceu no ano de 1828 quando, nos dias 7 e 12 de novembro aportaram em Desterro (atual Florianópolis) os veleiros Luiza e Marquês de Viana, respectivamente. Naquele tempo, a Província de Santa Catarina se resumia à cidade de Desterro e três vilas: Laguna, Lages e São Francisco e predominava a população de origem lusitana. A vinda dos primeiros alemães trouxe uma contribuição de sangue novo para a província barriga-verde (Santa Catarina).

A partir da chegada desse grupo de imigrantes até o final da primeira metade do século XIX a ocupação do território catarinense com imigrantes alemães foi pouco expressiva. A situação mudou a partir de 1850 e o acréscimo na vinda de alemães para o Brasil, de modo especial para o Sul do país, bem como para outros países livres da América, expressava os desajustamentos sociais na Alemanha do século XIX. As guerras, as lutas políticas, o excessivo crescimento populacional, os altos impostos e as terras concentradas nas mãos de poucos deixavam os camponeses em situação econômica difícil, o que veio a favorecer o desenvolvimento de novas colônias alemãs no estado de Santa Catarina.

Dentre os imigrantes alemães de Santa Catarina, existem muitos que vieram de Baden, que até a unificação da Alemanha, em 1871, era um Estado independente na Confederação Alemã. Lothar Wieser (2014), pesquisador da imigração badense no século XIX, informa que estes emigravam para fugir da fome decorrente do empobrecimento massivo em Baden. Segundo o autor, a emigração em massa do século XIX pode ser explicada preponderantemente por condições econômicas e, em muitos casos, o Estado apoiou-a financeiramente para se livrar de aldeões pobres. Embora a emigração fosse de interesse do Estado, pois os pobres eram uma carga para o poder público, o processo não era muito simples. Para que a emigração fosse autorizada, a pessoa precisava comprovar que não tinha nenhuma dívida, seja com o poder público, seja com a iniciativa privada. Uma vez certificada a inexistência de dívidas, era emitida a autorização de emigração e, em seguida, o passaporte.

Somando-se aos fatores sociais, havia também a intensa atuação dos agentes de emigração e companhias de navegação que publicavam anúncios no jornal. Wieser informa que agentes regionais de grandes companhias de navegação tinham formado uma grande rede de subagentes, que captavam emigrantes em toda a Alemanha, destinando-os para a chamada “América”. Recrutavam-se emigrantes com brochuras, notícias e cartas para que se estabelecessem em partes desconhecidas do mundo, nas quais supostamente um verdadeiro Eldorado estava à sua espera. A emigração tinha se tornado um negócio lucrativo para muitas categorias profissionais, para intermediários e agentes, correios e trens, hoteleiros e fornecedores, armadores e funcionários de navios.

Enquanto em Baden a emigração era estimulada, essa mesma situação nem sempre era realidade em outras regiões. Apesar do empobrecimento, a população do Estado de Baden normalmente tinha seu pedaço de terra e um pouco de patrimônio, que era vendido para fins de emigração. De forma diversa, se verificava em algumas outras regiões da Alemanha, onde as terras pertenciam a latifundiários, que não tinham interesse na emigração, pois, assim, perderiam sua força de trabalho, cuja paga muitas vezes se resumia na concessão de abrigo e alimentação ao trabalhador.

Além da situação de miséria decorrente do empobrecimento mas-

sivo e da intensa atuação dos agentes de emigração, era relativamente comum as pessoas receberem cartas de familiares ou amigos que já haviam emigrado para as Américas, funcionando como incentivo e provocando a emigração em cadeia. Nestas cartas, além de dar notícias, se retratava um pouco da situação dos emigrados e das dificuldades e facilidades nas novas colônias. Era reiterada a informação de que era possível adquirir terras a preços módicos e que fome ninguém passava. Graças à fertilidade espantosa da terra e ao clima favorável, a fartura e a prosperidade eram uma realidade para quem não tivesse preguiça de trabalhar. Mesmo quem tivesse dinheiro era atraído para as novas colônias, pois o investimento poderia trazer bom retorno financeiro em curto espaço de tempo. Assim, como resultado de uma soma de fatores, temos, finalmente, a emigração de alemães para Santa Catarina, sendo que o maior volume emigratório para o solo “barriga-verde” aconteceu entre os anos de 1840 e 1870.

Cronologia da imigração alemã em Santa Catarina

A ideia de colonizar o território se formara na Administração da Capitania de Santa Catarina, em 1793, quando o governador João Alberto de Miranda Ribeiro propôs a instalação de duas povoações nas margens do caminho-de-tropas de São José a Lages. A mesma ideia é mantida e defendida em proposições escritas, mais tarde, por Paulo José Miguel de Brito e por João Antônio Rodrigues de Carvalho. Embora essas propostas de povoação representassem uma área de apoio socioeconômico para a região e uma base para qualquer operação militar, só vão ter seguimento mais tarde, com a fundação da primeira colônia alemã em Santa Catarina: a Colônia de São Pedro de Alcântara, em 1828.

Além da Colônia de São Pedro de Alcântara, ao longo do século XIX várias colônias alemãs foram fundadas no Estado, mas nem todas lograram êxito (como a malograda Colônia Piedade, que se extinguiu em pouco tempo por serem suas terras totalmente impróprias para a agricultura) ou predominaram como sendo colônia alemã, a exemplo do núcleo de colonização alemã Luiz Alves, fundado por colonos ale-



Casa de imigrante na Colônia Senador Esteves Junior (atual Boiteuxburgo, Major Gercino). Acervo: Rosemari Glatz

mães em 1877, que logo teve a população mesclada com imigrantes austríacos e italianos. Ainda houve algumas poucas iniciativas depois da proclamação da República, quando o governo brasileiro passou a se preocupar com a organização da colonização oficial e criou a Diretoria-Geral do Serviço de Povoamento, que iniciou a fundação de núcleos coloniais por conta da União, com o objetivo de vender lotes a colonos nos diversos Estados. Decorrente desta iniciativa, em Santa Catarina a política do Serviço de Povoamento se fez sentir na fundação dos núcleos coloniais “Barão do Rio Branco”, no então município de Joinville, e Senador Esteves Junior (atual bairro Boiteuxburgo, município de Major Gercino), que à época pertencia ao município de Nova Trento.

Mas, definitivamente, as colônias alemãs que realmente se desenvolveram em Santa Catarina, sob a ótica econômica e social, foram aquelas fundadas entre os anos de 1850 e 1860 e que em 2017 figuram entre as maiores cidades do Estado: Blumenau (1850), Joinville (1851) e Brusque (1860).

1. Colônia São Pedro de Alcântara

Os imigrantes que fundaram São Pedro de Alcântara saíram da

Europa para o Rio de Janeiro com o navio “Johanna Jacobs” e, na Capital do Império, foram alojados na “armação de São Domingos”. Do Rio de Janeiro, foram transportados até o porto do Desterro (atual Florianópolis) em dois navios: o bergantim Marquês de Viana e o brigue Luiza. Em 7 de novembro aportou o brigue Luiza, com 276 pessoas, e em 12 de novembro arribou o bergantim Marquês de Viana, com 359 pessoas. Foram, no total, 635 pessoas sendo que 523 eram provenientes de Bremen e os restantes 112 eram indivíduos liberados da chamada “Legião Alemã”, corpo de tropa mercenário, que havia sido dissolvido no Rio de Janeiro, aos quais se acrescentou ainda soldados do 27º Batalhão de Caçadores da Província (PIAZZA, 1994).

São Pedro de Alcântara foi a primeira colônia de alemães no Estado e se tornou paróquia quando uma lei provincial de 1844 promoveu a vila à freguesia. Mas, na falta de um sacerdote residente, os párocos de São José continuaram atendendo São Pedro de Alcântara até 1854, quando a comunidade recebeu o primeiro pároco católico residente, Meinolpho Traube, que lá permaneceu até 1857. A falta de um pároco que entendesse e escrevesse em alemão representou um enorme prejuízo para a história dos primórdios da imigração alemã em Santa Catarina. Os registros (ou a falta deles), existentes na freguesia de São José, com sobrenomes indecifráveis e completa falta de dados objetivos nos batismos, casamentos e óbitos dos imigrantes e de seus filhos produziram não só uma lacuna em termos de história, mas também um verdadeiro “assassinato” dos sobrenomes alemães (REITZ, 1989; SCHMITT, 1989).

Se coube à Imperial Colônia de São Pedro de Alcântara a primazia cronológica sobre todos os outros grupos de alemães vindos para Santa Catarina no decorrer do século XIX, na opinião de Schmitt (1989), o seu desenvolvimento ficou travado, desde o início, pelos próprios desacertos da imperial política na Província de Santa Catarina. Foram esquecidos os planos e foram esquecidos os colonos, que foram assentados em terrenos totalmente impróprios. Segundo o autor, consta que muitos imigrantes foram embora da Colônia logo no início da sua fundação, sendo logo substituídos por outros e mais outros. Schmitt (1989) informa que, com base em relatos obtidos em cartas, pesquisas familiares, em jornais, em revistas e afirmações orais, sabe-se que

peessoas como Lauro Müller, Raulino Horn, Irineu Bornhausen, Felipe Schmidt, Gustavo Richard, Evaristo Arns, dentre outros, descendem de tronco inicialmente plantado em Colônia de São Pedro de Alcântara. Mas, como estas famílias não constam do primeiro censo completo realizado em 1830, não pertencem ao grande grupo dos fundadores, pois desde a primeira hora houve deserções no contingente humano da Colônia.

Em função das dificuldades enfrentadas desde a sua fundação, muitos imigrantes e seus descendentes se deslocaram de São Pedro de Alcântara para outras áreas, com o intuito de iniciar uma nova colônia. Contingências históricas fizeram que a sofrida Colônia Alemã fosse a colônia-mãe de outras comunidades germânicas no estado de Santa Catarina. São Pedro de Alcântara forneceu material humano para o desenvolvimento e também para a fundação de novos núcleos: da Colônia de São Pedro de Alcântara foram desmembradas as colônias Santa Filomena e Várzea Grande. Se a situação da colônia já estava ruim, com a saída desses colonos a situação de São Pedro de Alcântara ficou ainda mais precária. Mais tarde, outros migraram para o vale do Rio Itajaí e para o vale do Rio Araranguá. Antes de 1850 alguns fixaram-se nas povoações de Belchior e Pocinho, no médio curso do Itajaí-Açu. Mais tarde, no vale do Armazém, tributário do rio Tubarão, e, no século XX, fundaram Forquilha, no Sul catarinense (PIAZZA, 1994).

2. Colônia São Paulo de Blumenau

Quando o Dr. Blumenau fundou, em 1850, o primeiro núcleo colonial, que no decorrer dos anos se desenvolveu para uma próspera colônia, as terras da Ponta Aguda, na margem esquerda do rio e um pouco mais abaixo na margem direita, já pertenciam a outros. Dr. Blumenau, portanto, comprou vários complexos de terras de segunda mão. Entre os colonos que já se encontravam às margens do rio Itajaí, antes da fundação de Blumenau, havia um certo número de alemães que veio da Colônia São Pedro de Alcântara e que dispunha de grandes áreas de terras.

O objetivo do Dr. Blumenau não era fundar uma colônia de colonos, mas queria, na vasta área por ele adquirida, instalar um grande estabe-

lecimento agrícola e os primeiros colonos com os quais veio em 2 de setembro de 1850, seriam seus funcionários e trabalhadores. Só depois da chegada de uma segunda e terceira levadas de imigrantes é que o Dr. Blumenau viu que não seria bem-sucedido em seus propósitos e assim deixou medir vários pedaços de terras maiores, os quais leiloou no dia 28 de agosto de 1852. Os primeiros colonos recebiam o lote gratuitamente, deveriam, porém, pagar as custas da medição e demarcação no prazo mínimo de seis meses e ficavam sujeitos aos estatutos da colônia, estabelecidos em comum acordo entre o Dr. Blumenau e os colonos.

José Ferreira da Silva (1950), grande pesquisador, escreve com propriedade sobre a história de Blumenau na obra comemorativa do centenário da cidade. Silva afirma que a história de Blumenau pode ser dividida em três períodos distintos. O primeiro abrange o decênio de 2 de setembro de 1850, data de chegada dos primeiros imigrantes, até 1860, quando a colônia passou ao domínio imperial. O segundo período vai de 1860 até 1883, ano em que a colônia foi emancipada, instalando-se o município de Blumenau. E o terceiro vai de 1883 até aos nossos dias, que encerra a história do município.

O começo foi difícil. Em plena mata virgem, os colonos se puseram em luta com a natureza luxuriante e deslumbradora ao mesmo tempo em que guardavam os seus perigos. Os imigrantes, sem perda de tempo, começaram a abrir clareiras e a construir ranchos para moradas provisórias. As clareiras iam-se cobrindo, pouco a pouco, com plantações. Nos primeiros tempos não havia escola e apesar da falta de um lugar apropriado, a colônia não se descuidava das questões religiosas, pois tanto Blumenau quanto seus colonos eram profundamente religiosos. Assim, reuniam-se aos domingos no rancho de recepção dos imigrantes e celebravam, entre si, o ofício divino. Em 1855 começou a funcionar a primeira escola, época em que os ofícios religiosos luteranos eram celebrados pelo Pastor Oswaldo Hesse, contratado pelo Dr. Blumenau. Os poucos colonos católicos (em 1853, eram apenas 3), percorriam a pé, aos domingos, as duas léguas para fazer suas preces na pequena capela de São Pedro Apóstolo (Gaspar).

Não foram fáceis aqueles anos para o Dr. Blumenau. Durante dez anos, administrou a colônia com seus próprios recursos. A gestão particular fora eficiente, o empreendimento progredira e prosperava

satisfatoriamente, mas o seu desenvolvimento fora lento. Dr. Blumenau andava doente e desesperado. Desde o seu início, a empresa lutou com dificuldades financeiras. E assim, em meados de 1859, seguiu Dr. Blumenau à Corte onde, num desesperado esforço, conseguiu de D. Pedro II, que o Governo Imperial encampasse a empresa e a salvasse da ruína iminente. Naquele tempo, a população era de 943 habitantes, dos quais 553 eram homens e 390 eram mulheres. Destes, 64 (7%) eram católicos e 879 (93%) eram luteranos (SILVA, 1950).

A partir de 1860, a Colônia São Paulo de Blumenau (atual Blumenau) deixou de ser propriedade particular do Dr. Blumenau. Atendendo a seu próprio pedido, em 31 de janeiro de 1860, por acordo celebrado com o Governo Imperial na Repartição Geral das Terras Públicas, Hermann Bruno Otto Blumenau vendia o empreendimento que era obra sua, realização do seu esforço, da sua tenacidade, do seu idealismo. Pelo acordo firmado, Dr. Blumenau obrigava-se, porém, na qualidade de Diretor, a prestar à colônia os serviços que lhe fossem exigidos, cargo que exerceu até fins de 1883.

Passados os primeiros anos de trabalho árduo e desenvolvimento lento, a colônia começava a entrar num ritmo de progresso animador, prometendo dias mais suaves ao seu fundador. Embora continuasse a administrar a colônia, foi expedido um novo regulamento e, em decorrência do novo regramento, com o passar dos anos modificou-se o aspecto geopolítico da colônia. Até 1860 Dr. Blumenau era o orientador exclusivo da imigração que fizera quase que sistematicamente com alemães do Norte e de confissão luterana. A partir do momento em que Dr. Blumenau vendeu seu empreendimento, sua influência no recrutamento do elemento humano não foi mais a mesma, pois tinha que obedecer à orientação do Governo, que era um pouco diferente da sua (D'AMARAL, 1950). Os imigrantes alemães de confissão católica, que era a religião oficial do Estado ao tempo do Império e única reconhecida pelo Governo Imperial, começaram a aparecer em maior número, seguidos, mais tarde, por colonos de outras origens. Na opinião de D'Amaral, a incorporação do empreendimento ao patrimônio nacional determinou a imigração mista que, talvez, nunca tivesse tido lugar se a empresa continuasse particular.

A colônia desenvolveu-se continuamente e, pela Lei nº 860, de 4

de fevereiro de 1880, Blumenau foi elevado a município. Em 1886, foi criada a comarca de Blumenau, instalada em 1890. A ex-colônia atingira a sua maioria plena e uma nova etapa se abria aos seus destinos. Em 2017, a extensão territorial de Blumenau é pequena, se comparada ao que foi quando da sua fundação. Mas os braços de Blumenau se estenderam muito mais do que o velho colonizador sequer imaginaria e hoje os vários municípios que compõem o Vale do Itajaí e o Alto Vale do Itajaí, de forma mais ou menos direta, são resultado da ação visionária e firme do grande homem que foi Hermann Bruno Otto Blumenau.

3. Colônia Dona Francisca (atual Joinville)

A Colônia Dona Francisca, hoje a maior cidade do estado de Santa Catarina, é resultado do dote a que a Princesa Dona Francisca tinha direito pelo princípio consuetudinário, em que cada consórcio em uma família real implicava no estabelecimento de um dote. Pela Lei nº 166, de 29.09.1840, ficou estabelecido que as princesas, filhas de D. Pedro I, em idade de se casar, teriam direito a um patrimônio em terras, pertencente à nação. Assim, quando a Princesa Dona Francisca Carolina, irmã de D. Pedro II, se consorciou com o Príncipe de Joinville, o nobre francês François Ferdinand Philippe de Orleans, recebeu como dote de casamento terras na Província de Santa Catarina, que haviam sido demarcadas entre dezembro de 1845 e março 1846.

O município de São Francisco do Sul, atualmente restrito à ilha de mesmo nome e à parte da península do Saí, abrangia à época da colonização de Joinville um vasto território que foi aos poucos sendo subdividido. Assim, quando chegaram os primeiros imigrantes à Colônia Dona Francisca, em março de 1851, já havia uma série de fazendas e sítios habitados por francisquenses e seus escravos. Para o empreendimento Colônia Dona Francisca foram trazidos, a partir de 1851, imigrantes suíços, noruegueses e alemães, em diferentes levas. Os primeiros 75 imigrantes alemães chegaram em julho de 1851 e foi baseada nessa imigração que se estruturou a maior parte da historiografia local (GUEDES, 2007).

Como o príncipe negociou os dotes nupciais de dona Francisca com

a Sociedade Colonizadora por causa de dificuldades financeiras, a ideia era fazer do local uma colônia essencialmente agrícola para fornecer produtos para a Alemanha, já que o Brasil, uma colônia portuguesa, era visto como um território vasto e rico “a ser ocupado”. A negociação de lotes era feita ainda na Alemanha com os estímulos do governo imperial, que pretendia formar núcleos populacionais para que não faltasse força de trabalho no País. Com o fim do tráfico negreiro, esta seria uma nova oportunidade para compensar o término da utilização da mão de obra escrava.

A expedição pioneira era formada por um grupo de nove pessoas a bordo do patacho costeiro “Dous Irmãos (FICKER, 1965). Mas, as famílias escolhidas para desbravar essas terras não estavam aptas a enfrentar os desafios da mata tropical e preparar a recepção dos imigrantes europeus. A construção de ranchos e casas de alojamento e o trabalho com a terra nas primeiras plantações requisitavam homens com experiência na lida rural. Conta Ficker (1965) que as famílias contratadas não tinham estes atributos. Diante deste quadro, o trabalho duro dos primórdios foi feito pelos brasileiros que já moravam nas redondezas. Foram eles que prepararam o chão para plantar mandioca, feijão e milho enquanto os colonos não chegavam de Hamburgo.

Os primeiros imigrantes, em número de 124, partiram de Hamburgo em janeiro de 1851, e destes, 118 chegaram com vida à Colônia no dia 9 de março de 1851. A primeira distribuição de terras na Colônia Dona Francisca foi efetuada no dia 15 de março de 1851. Os imigrantes que chegaram à Colônia apresentaram, desde logo, grande heterogeneidade étnico-cultural. Alemães, suíços, noruegueses e dinamarqueses trabalhavam lado a lado e sua formação intelectual é digna de registro. A título de exemplo, a leva de setembro de 1851 continha oficiais do antigo exército alemão, capitalistas, agrimensor, teólogo e médico, além de artesãos. Por outro lado, os agricultores possuíam uma tradição agrícola diferenciada, onde, ao invés de trabalhar a terra com enxadas, utilizavam arados de ferro, puxados à tração animal. À medida que a Colônia Dona Francisca ia crescendo em população, paralelamente crescia a economia. Em 1865, o crescimento populacional da Colônia fez com que se inaugurasse uma nova frente de colonização, acompanhando a abertura de uma estrada em demanda ao planalto sedimentar norte

catarinense, para onde se estenderia, nos campos de São Miguel e no vale do rio São Bento. Ponto decisivo no processo de desenvolvimento econômico desta Colônia foi a estrada ligando a sede da colônia ao planalto catarinense, denominada, inicialmente, Estrada da Serra e, posteriormente, Estrada Dona Francisca e alcançava a vila do Rio Negro. A conclusão do percurso de 146 km desta estrada facilitou o comércio entre o litoral e enriqueceu a Colônia Dona Francisca, transformando-a em entreposto no comércio de exportação de erva-mate, gerando capitais para o processo de industrialização (PIAZZA, 1994).

Da Colônia Dona Francisca, foram desmembradas outras cidades que em 2017 ocupam cenário de destaque na economia catarinense, como Jaraguá do Sul e São Bento do Sul. A sede da antiga Colônia Dona Francisca é Joinville, a maior cidade do estado de Santa Catarina.

4. Colônia Itajhay (atual Brusque)

O ano de 1860 é referenciado como sendo a data do início da colonização alemã em Brusque. Outrossim, quando os primeiros imigrantes alemães chegaram, o território já estava ocupado e a fundação de Brusque, na verdade, se mistura com a própria fundação da cidade de Itajaí. Conforme Silva (1972), em 1819 já havia nas margens do Itajaí-Mirim duas sesmarias onde o governo da Capitania mantinha um estabelecimento oficial que preparava madeira para as construções públicas. Nesta região fixaram-se vários moradores que se dedicaram à pequena agricultura e ao corte de árvores para a serração.

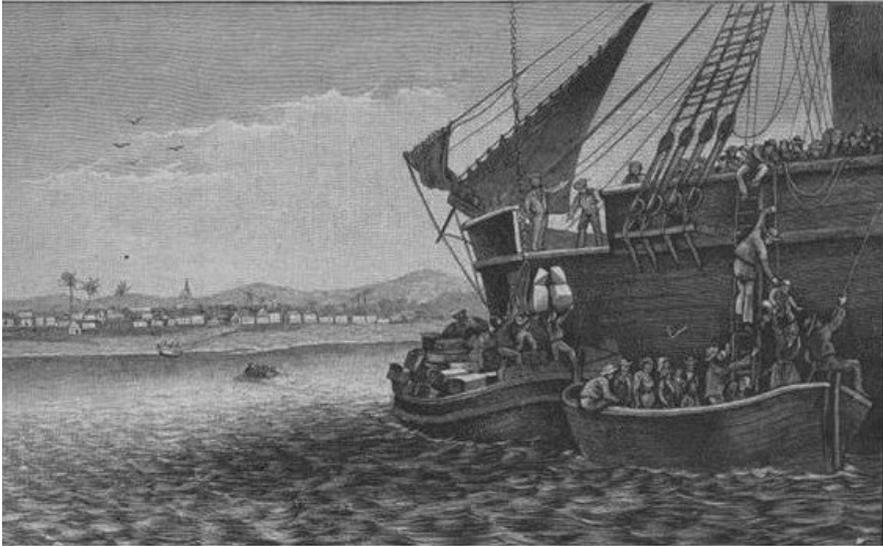
O sistema sesmarial perdurou no Brasil até 1822 e pouco depois da independência; Agostinho Alves Ramos, um comerciante antes estabelecido em São Pedro do Rio Grande do Sul e posteriormente em Desterro (atual Florianópolis), resolveu transferir-se e edificou, nas imediações do rio Itajaí-Açu, uma casa de negócios que acabou por inaugurar uma era decisiva para o desenvolvimento da colonização de toda a Bacia do Itajaí. Veio acompanhado da esposa e de um sacerdote. Logo foram construídas uma capelinha e a casa de negócios. Ao seu entorno foi se formando a freguesia “S.S. Sacramento do Itajahy”, que mais tarde viria a se tornar a Villa de Itajahy. Homem bastante instruído, prestativo e industrioso, Alves Ramos tornou-se, em pouco

tempo, chefe político e conselheiro dos moradores. Eleito deputado provincial em várias legislaturas, valeu-se do prestígio do mandato em proveito de seus planos de colonização. Após ter trazido para as bandas de Itajaí muitas famílias de agricultores de outros pontos da Província e, até mesmo colonos alemães - dos chegados em 1828 na colônia São Pedro de Alcântara -, conseguiu que fossem criadas, pela lei nº 11 de 1835, duas colônias: uma em Belchior e outra às margens do Itajaí-Mirim (às cabeceiras do Ribeirão Conceição, no lugar chamado Taboleiro). A tentativa de 1835 não logrou êxito e somente anos mais tarde foi que o presidente da Província de Santa Catarina determinou nova colonização para região.

Em 1860, no mesmo ano em que o mais importante empreendimento da colonização do Itajaí-Açu – a Colônia Blumenau – passava às mãos do Governo Imperial, ordenava este ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Francisco de Araújo Brusque, que desse início à colonização do Itajaí-Mirim. Dando cumprimento à ordem imperial (aviso de 18 de junho de 1860), fundava-se, em 4 de agosto do mesmo ano, à margem esquerda do rio Itajaí-Mirim, a Colônia Itajaí. Seu organizador e primeiro diretor foi o Barão Von Schneeberg, antigo oficial da cavalaria do exército austríaco, que aportou no local indicado com 54 colonos (D'AMARAL, 1950).

Quando o primeiro grupo de colonos alemães chegou à “Colônia Itajahy”, encontraram a área ocupada e tiveram que disputar espaço com os Xokleng, que habitavam a região. Além dos “bugres”, a colônia já vinha sendo explorada por outros imigrantes, dentre eles Pedro Werner, e pelo lendário “Vicente Só”, um dos que primeiro ali estabeleceu. Em 1860, já existiam na região três engenhos de serra, pertencendo um, a Pedro José Werner, que morava naquelas redondezas; outro, ao comerciante Sallentien, que então negociava na Barra do Rio, confluência dos rios Itajaí-Mirim e Itajaí-Açu (Itajaí); e o terceiro, instalado em Pedras Grandes, era de propriedade de Paulo Kellner. Assim, como os colonos recém-chegados, os três eram alemães. Também Reinhold Gaertner, sobrinho do Dr. Blumenau, era proprietário de imóvel na região de Brusque.

Narram as crônicas, que os colonos alemães levaram seis dias para subir o rio, da sua barra (Itajaí) até o ponto do seu desembarque em



Chegada dos imigrantes na Barra do Rio Itajaí.

“Vicente Só”. Estes imigrantes haviam saído de Desterro, a bordo da “Belmonte”, canhoneira da marinha de Guerra do Brasil, que fundeou justamente na Barra do Rio, onde estava situado um armazém próprio para pouso provisório dos colonos e de onde os imigrantes deveriam seguir em canoas para o local destinado ao estabelecimento da colônia (CABRAL, 1958).

Ao chegarem, Barão von Schneeberg e os imigrantes abrigaram-se no rancho e no engenho de Pedro José Werner, pois nenhuma providência havia sido tomada pelo Poder Público para instalar os colonos. Exceto pela designação do local, nada mais havia sido providenciado. Como consequência, durante nove meses os imigrantes ficaram instalados precariamente num rancho de palha até que pudessem ocupar definitivamente os lotes que lhes foram designados. Mesmo então, não conseguiram dedicar-se integralmente aos trabalhos agrícolas, pois nos primeiros anos tiveram que se dedicar à construção de estradas.

Segundo descrito por D’Amaral (1950), o progresso deste novo núcleo de colonização foi surpreendente, assim como o fora o empreendimento do Dr. Blumenau, pois a notícia da salubridade do lugar e da fertilidade de suas terras rapidamente se espalhou, atraindo grande número de colonos ao novo estabelecimento. Pelos censos levantados,

em 1861 a população era de 657 pessoas. Em 1863, já atingia 938 habitantes, dos quais 659 eram católicos e 279 luteranos. A população dessa primeira época era quase toda teuta (alemã).

A região prosperou muito e, ao final do século XIX, o território achava-se povoado e cultivado por colonos alemães, italianos, poloneses e, claro, por aqueles que aqui já estavam em 1860. Rapidamente, a colônia se tornou um grande centro produtor de gêneros agrícolas e artefatos industriais, prosperou e se consolidou. A antiga colônia alemã Itajahy deu certo. Cresceu e foi dividida. Desta divisão, duas cidades têm predominância da colonização alemã: Brusque (antiga sede da



Centro de Brusque. Acervo: SAB

Colônia) e Guabiruba. As outras cidades que foram desmembradas foram colonizadas por imigrantes italianos.

Considerações finais

Em 1824 teve início o processo de colonização do estado de Santa Catarina por imigrantes alemães, mas, a partir da chegada dos primeiros grupos de imigrantes até o final da primeira metade do século XIX, a ocupação do território catarinense com imigrantes alemães foi pouco expressiva. A situação mudou a partir de 1850, com a fundação

de três colônias bem-sucedidas as quais, em 2017, figuram entre as principais cidades catarinenses: Blumenau (1850), Joinville (1851) e Brusque (1860). O processo de imigração continuou, ainda que de forma esparsa, mesmo depois do envolvimento do Brasil na Primeira Grande Guerra contra a Alemanha.

Dentre os imigrantes alemães que se estabeleceram em Santa Catarina, muitos vieram de Baden. Destes, um pequeno número se estabeleceu em Blumenau, principalmente na região do bairro Badenfurt, outros em outras colônias e, em maior quantidade, na Colônia Itajahy-Brusque. Segundo pesquisadores, em 1862, apenas dois anos após a fundação, a origem dos colonos alemães estabelecidos na região de Brusque era assim representada: 115 famílias de Baden; 34 da Prússia; 20 do Ducado de Schleswig-Holstein; 10 de Oldenburg; 7 da Baviera; e mais algumas famílias de outras regiões. E essa predominância de imigrantes originários de Baden se manteve ao longo do processo de colonização de Brusque.

A longo da história, Brusque também recebeu imigrantes de outros países, especialmente da Polônia e da Itália. Naturalmente, durante o processo de colonização, os imigrantes se organizavam e se instalavam de acordo com as suas origens, de forma que, após a divisão do território de Brusque, restaram apenas duas cidades com predominância de colonização alemã: Brusque e Guabiruba.

Referências

CABRAL, Oswaldo R. Brusque: Subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império. Brusque: Edição da Sociedade Amigos de Brusque comemorativa do 1º Centenário da Fundação da Colônia, 1958.

CENTENÁRIO DE BLUMENAU. 1850-1950. Edição da Comissão dos Festejos: 1950.

D'AMARAL, Max Tavares. Contribuição à História da Colonização Alemã no Vale do Itajaí. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1950.

FICKER, Carlos. História de Joinville – crônica da Colônia Dona Francisca. 1. ed. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965.

GUEDES, Sandra de Camargo. A escravidão em uma colônia de

“alemães”. XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Associação Nacional de História: ANPUH, 2007. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0464.pdf>. Acesso em 10.set.2016.

PIAZZA, Walter Fernando. A Colonização de Santa Catarina. 3ª edição. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1994.

REITZ, Raulino, tradução e comentários. Breve relato histórico da Colônia São Pedro de Alcântara através de uma carta escrita pelo seu ex-pároco Padre Jacob Pies. Blumenau: Blumenau em Cadernos, tomo XXX, agosto de 1989.

SCHMITT, Frei Elzeário Deschamps. De volta a São Pedro de Alcântara. Blumenau: Blumenau em Cadernos, tomo XXX, novembro/dezembro de 1989.

SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. Florianópolis: Editora EDEME - Empreendimentos Educacionais Ltda., 1972.

WIESER, Lotar. “Das hiesige Land gleicht einem Paradies”: Die Auswanderung von Baden nach Brasilien im 19. Jahrhundert (“Esta terra é um paraíso”: A emigração badense ao Brasil no século XIX). Volume 1. Badisch-Südbrasilianische Gesellschaft (BSG): Karlsdorf-Neuthard:-Verlag Regionalkultur, 2014.



Gravura de Lutero divulgando as suas teses. Acervo: internet

Recortes da expansão do luteranismo em Santa Catarina na primeira metade do século XX

Joel Haroldo Baade¹

Na primeira série de textos sobre a formação do luteranismo em Santa Catarina, tratamos sobre os primórdios do protestantismo no estado e a formação dos núcleos coloniais de Blumenau e Brusque. O presente texto é uma continuidade dessa reflexão, no qual trataremos da formação de comunidades luteranas em Badenfurt, Itoupava e Massaranduba, Indaial, Timbó e Ibirama (Hansa-Hammonia). Queremos também aqui mostrar que a origem da atual igreja luterana possui em

¹ Doutor em Teologia pela Faculdades EST de São Leopoldo, RS. Docente e Pesquisador no Centro Universitário de Brusque e na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, SC.

suas raízes uma diversidade confessional que foi superada somente com o tempo, mas cujos resquícios continuam presentes até os dias atuais.

As duas principais matrizes da atual igreja de confissão luterana são imigrantes e pastores das igrejas evangélicas alemãs, por um lado, e imigrantes e clérigos das igrejas luteranas ortodoxas alemãs. A tensão entre as duas correntes ficará evidente ao longo do texto. Os fatores que levarão a sua superação não serão abordados aqui, mas em um de nossos próximos textos.

Badenfurt (1883)

Imigrantes se instalaram na região de Badenfurt durante os primeiros anos de existência da colônia de Blumenau, sendo a maioria deles pomeranos. Os protestantes foram assistidos pelos pastores atuantes em Blumenau, Hesse e Sandreczki.

Em 1883, as comunidades de Badenfurt, Carijós, Pomerode e Alto Rio do Testo se tornaram independentes de Blumenau com a criação de uma área pastoral própria. Segundo Schröder, as iniciativas para a autonomia foram tomadas pelo professor Albert Fiebes, que também escreveu para a Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América (Seapa) e através da qual, em resposta, foi enviado o pastor Heinrich Runte, em 1884². Em 1891, foi criada a comunidade de Itoupavazinha também como parte da área pastoral, pois até então as famílias protestantes daquela localidade eram membros da comunidade de Badenfurt. Nos anos seguintes, ainda foram criadas dentro da área pastoral de Badenfurt as comunidade de Rega Alta, Rio da Luz II e III, Rio do Serro, Mulde Alta e Fortaleza³.

Em 1905, a área pastoral de Badenfurt se filiou à Igreja Territorial da

² O pastor Heinrich Runte nasceu em Mengerighausen (Wald.) e foi enviado ao Brasil pela Sociedade Evangélica de Barmen (SEB), em 1884. Ele atuou na comunidade de Badenfurt (Blumenau, SC) entre 1884 e 1909. Após retornar à Alemanha, viveu como aposentado em Hiddesen.

³ Cf. SCHRÖDER, Ferdinand. **Brasilien und Wittenberg**: Ursprung und Gestaltung deutschen evangelischen Kirchentums in Brasilien. Berlin/Leipzig: Walter Gruyter, 1936, p. 275; PRIEN, Hans-Jürgen. **Formação da Igreja Evangélica no Brasil**: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo: Sinodal, 2001. p. 69, 79.

Prússia⁴. A menção deste fato não é ocasional, pois este é justamente o ano de fundação do Sínodo Luterano (SL). Veremos no decorrer deste trabalho que o conflito entre pastores foi um fator motivador para a filiação de comunidades protestantes de imigração a instituições eclesíásticas europeias. Ou seja, a organização dos luteranos desencadeou também uma maior organização entre as demais comunidades e pastores, principalmente no sentido de constituição de um corpo eclesíástico maior, que transcendesse os limites da comunidade local⁵.

Em 1909, o pastor Runte regressou para a Alemanha e o seu sucessor em Badenfurt, a partir de 1910, foi o pastor Heinrich Radlach, enviado pelo Conselho Superior Eclesiástico Evangélico de Berlim (CSEB). Com a saída de Runte, a área pastoral foi dividida e as comunidades de Pomerode, Rio da Luz, Rega Alta e Rio do Serro formaram uma área pastoral própria, recebendo, em 20 de fevereiro de 1910, o pastor Johannes Bürger, igualmente enviado pelo CSEB⁶.

Itoupava e Massaranduba (1902)

A região de Itoupava Rega se tornou local de assentamento de imigrantes em 1881 e pertencia ao município de Blumenau. A região está localizada justamente entre Guaramirim e Blumenau. Segundo Schröder, a maioria dos imigrantes que se instalou no local era de pomeranos. Dois anos depois, foi criada uma pequena comunidade escolar no local e o pastor de Blumenau passou a visitar a localidade quatro vezes ao ano e celebrar cultos na escola⁷.

Em 1902, as localidades de Itoupava Rega, Itoupava, Massaranduba e Luiz Alves constituíram uma área pastoral própria, sendo que Itoupava foi escolhida como a sede. Como clérigo a comunidade recebeu o pastor Konrad Rösel, enviado pela Caixa de Deus Luterana⁸. Em 1906, houve desentendimentos na comunidade, que optou por demitir o

⁴ Cf. SCHRÖDER, 1936, p. 276.

⁵ Cf. WIRTH, Lauri Emilio. **Protestantismus und Kolonisation in Brasilien**. Erlangen: Ev.-Luth. Mission, 1992. p. 96.

⁶ Cf. SCHRÖDER, 1936, p. 276.

⁷ Cf. SCHRÖDER, 1936, p. 277.

⁸ Cf. KRAUSE, Henrique. **Lutherische Synode in Brasilien: Geschichte und Bekenntnis**. Erlangen: Ev.-Luth. Mission, 1993. p. 84-85.

pastor. Depois da divisão, passou a atuar na comunidade o pastor Adolf Langbein, que foi enviado pela Seapa e trabalhou na paróquia entre 1906 e 1910. Rösel⁹, por sua vez, permaneceu no local e empenhou-se para a fundação de uma comunidade luterana. Como consequência, com exceção de Luiz Alves e Máximo, em todos os locais surgiram duas comunidades. A sede da antiga paróquia foi transferida para Itoupava Rega; e a da nova, que tinha o pastor Rösel à sua frente, foi transferida para Massaranduba. Em 1911, a antiga se filiou à Igreja Territorial da Prússia e a nova ao Sínodo Luterano, que havia sido fundado em 1905 e do qual o pastor Rösel era membro fundador¹⁰.

Indaial (1889)

As primeiras investidas rio Itajaí-Açu acima foram empreendidas em 1858/59. Subindo pela margem direita do rio, a partir de Blumenau, chega-se primeiramente no Encano Baixo e, em seguida, em Indaial. Quem sobe pela margem esquerda do rio irá chegar à localidade de Carijós. Os núcleos mais antigos da colonização do atual município de Indaial estão justamente no Encano Baixo e em Carijós. Inicialmente, a localidade de Carijós havia sido escolhida para a instalação da sede do terceiro distrito do território de Blumenau. A crônica da comunidade de Indaial afirma o seguinte a esse respeito:

Os terrenos para a igreja e escola, como para as repartições públicas, já estavam escolhidos. Mas a evolução anulou todos os planos: Carijós situava-se à esquerda do rio Itajaí e do outro lado do rio Benedito. A estrada geral, porém, alongou-se ao lado [direito] do

⁹ O pastor Johann Konrand Rösel nasceu em 10 de agosto de 1872 em Unterkrumbach (Hersbruck) e estudou em Neuendettelsau de meados de 1894 até a páscoa de 1898. Foi ordenado e enviado ao Brasil em agosto de 1898, assumindo inicialmente a comunidade de Brüdertal (Guaramirim, SC). Em 1901, casou-se com Christine Saur em Nürnberg e, em 16 de fevereiro de 1902, assumiu a comunidade de Itoupava (hoje Itoupava Central – Blumenau, SC). Rösel morreu misteriosa e tragicamente em 8 de janeiro de 1916, quando andava a cavalo para a assistência pastoral de suas comunidades. Cf. ROSER, Hans; KELLER, Rudolf. **Ich bin bereit**. Erlangen: Martin-Luther-Verlag, 1997. p. 22.

¹⁰ Cf. SCHRÖDER, 1936, p. 277.

rio, rumo a Warnow. Dêste [sic] modo Carijós ficou na retaguarda.¹¹

A data da constituição da comunidade eclesial em Indaial é desconhecida, mas é admissível que isto tenha ocorrido antes de 1884, pois em 10 de agosto de 1884 foi lançada a pedra fundamental para a igreja. Também não há informações precisas sobre a constituição das comunidades vizinhas a Indaial. Num relatório do pastor Hesse, mencionado na crônica da comunidade de Indaial, fala-se apenas que a colônia se expandia rapidamente e logo foi necessário realizar cultos fora do perímetro urbano, os quais ocorreram primeiramente em Benedito e Warnow¹².

Em 1889, as comunidades de Indaial, Picada Warnow e Ilse-Neise, à margem direita do vale do Itajaí, e Timbó, Benedito Novo, Cedro Alto, Rio Ada, Santa Maria e Rio dos Cedros, nos vales dos rios Benedito e dos Cedros e à margem esquerda do Itajaí¹³, se separaram de Blumenau, criando uma área pastoral própria¹⁴.

O primeiro clérigo a assistir a nova área pastoral foi o pastor Heinrich Ehrich, permanecendo no ministério em Indaial até 1896. Ele foi sucedido pelo pastor Wilhelm Hägeholz. Ambos foram enviados ao Brasil pela Seapa. Hägeholz permaneceu em Indaial até 1898, quando, após um desentendimento com o presbitério e a comunidade, transferiu a sede do pastorado para Timbó. Segundo Schröder, este acontecimento levou a desentendimentos entre as comunidades de Indaial e Timbó por longos anos. Uma parte da comunidade de Indaial constituiu uma nova área pastoral juntamente com o pastorado de Timbó. A outra parte, após um ano de vacância, recebeu um clérigo enviado pelo CSEB na pessoa do pastor Max Ziegel, que permaneceu na comunidade até 1902¹⁵.

Segundo Prien:

¹¹GIERUS, Friedrich. **Chronick der Evang.-Luth. Pfarrgemeinde Indaial. Crônica da Paróquia Evangélica Luterana de Indaial.** 1889-1969. Indaial: s.n., 1969, p. 11.

¹² Cf. GIERUS, 1969, p. 12-13.

¹³ Cf. Satzungen der deutschen evangelischen Kirchengemeinde Timbó, 1908, p. 1; **LUTHERISCHE KIRCHE IN BRASILIEN.** Festschrift zum 50-jährigen Bestehen der lutherischen Synode am 9. Oktober 1955. São Leopoldo: Rotermund, 1955. p. 98-100.

¹⁴ Cf. SCHRÖDER, 1936, p. 276; GIERUS, 1969, p. 16.

¹⁵ Cf. SCHRÖDER, 1936, p. 276; GIERUS, 1969, p. 21-29; PRIEN, 2001, p. 177s.; KRAUSE, 1993, p. 86-87.

Sobre a questão da transferência da comunidade para a Caixa de Deus [SL], as fontes não são bem claras. Por ocasião do retorno prematuro de Ziegel para a Alemanha, por causa de uma grave doença de sua esposa, a diretoria escreveu uma carta ao Sup. Cons. Ecles. Evang. [CSEB], na qual elogiou muito o trabalho de Ziegel e pediu um sucessor. Possivelmente, essa carta se perdeu; pois, em lugar de uma resposta, veio de Berlim uma recomendação urgente no sentido de que Indaial aceitasse a dissidência de Timbó e entrasse num acordo sobre os limites. Indaial considerou isso um desaforo e, em 21/07/1902, decidiu desligar-se do Sup. Cons. Ecles. Evang. [CSEB] e apelar à Caixa de Deus para receber um pastor.¹⁶

Em resposta ao pedido da comunidade de Indaial, foi enviado pela Caixa de Deus o pastor luterano Karl Bergold, que foi instalado na função em 21 de setembro de 1902¹⁷. Como também ocorreu em outras comunidades, os pastores luteranos buscaram garantir a adesão formal da comunidade à confessionalidade luterana. Mas em Indaial encontrou-se maior resistência nesse sentido, pois, segundo Krause, um membro reformado da comunidade levantou protestos contra as pretensões de Bergold de alterar os estatutos. Por isso, Bergold teria adicionado ao seu contrato com a comunidade a condição de que ministraria a Ceia do Senhor somente segundo o rito luterano¹⁸.

Além disso, houve controvérsias por causa da prática dos pastores

¹⁶ PRIEN, 2001, p. 177.

¹⁷ Cf. KRAUSE, 1993, p. 82.

¹⁸ Cf. KRAUSE, 1993, p. 87. Ao rito luterano (também conhecido como liturgia bávara ou capixaba) se contrapunha o rito prussiano, que tem sua origem nas reformas introduzidas pelo rei da Prússia, Frederico Guilherme III, no início do século XIX, quando uniu as tradições luterana e reformada. Veremos mais a esse respeito no segundo capítulo desta pesquisa, no item 2.5. As principais diferenças entre as duas formas litúrgicas são as seguintes: “A liturgia prussiana repete a *Confissão de pecados*, como preparação para a Ceia do Senhor [... e] mantém da *Oração eucarística* clássica o *Prefácio*, o *Sanctus* e as *Palavras da Instituição*. A liturgia bávara admite como possibilidade o uso de todos os elementos da *Oração eucarística*, ainda que considere ‘facultativos’ a *Anamnese*, a *Epiclese*, os *Dípticos* e a *Doxologia*. Enquanto a *Narrativa da Instituição* é parte da *Oração eucarística* clássica, as liturgias prussiana e bávara dão às *Palavras da Instituição* uma função destacada, apartando-as dessa oração. O *Gesto da Paz* não aparece na liturgia prussiana; a liturgia bávara o apresenta como *Saudação da Paz*.” MARTINI, Romeu R. **Livro de Culto**. São Leopoldo: Sinodal, 2003. p. 20.

luteranos realizarem as orações durante o culto voltados para o altar. Numa reunião do presbitério, conta Krause, um membro reformado teria feito protestos enérgicos com o argumento de que os pastores luteranos estariam adorando o crucifixo, e isto, do seu ponto de vista, seria a adoração de um ídolo. O presbitério, por sua vez, não teria visto problema na nova prática, argumentando que as pessoas logo se acostuariam com esta forma. Krause diz que o membro reformado não teria mais ido à igreja¹⁹. Como a contagem dos membros era feita somente levando em conta o “chefe de família”, possivelmente estamos nos referindo a uma família inteira, ou mesmo a mais famílias ligadas a este membro da comunidade.

Como o primeiro capítulo é apenas introdutório, não poderemos abordar os pormenores da discussão em torno da ligação da comunidade de Indaial à Caixa de Deus, devendo o assunto ser retomado nos capítulos seguintes. Vejamos, no próximo ponto, algo a respeito da constituição da comunidade protestante em Timbó.

Timbó (1898)

A partir de 1869 começaram a chegar os primeiros imigrantes na atual região de Timbó, vindos preponderantemente da Pomerânia. A maioria deles, segundo a crônica da comunidade, era evangélica, sabe-se porém que os pomeranos eram preponderantemente luteranos. Em 1873, os imigrantes fundaram uma escola, na qual, ainda no mesmo ano, o pastor Hesse de Blumenau celebrou os primeiros cultos²⁰.

Em 5 de fevereiro de 1885, aconteceu, na escola local, a primeira assembleia que tinha como finalidade fundar uma comunidade eclesial em Timbó. Nesta assembleia, decidiu-se consultar os moradores das regiões de Benedito, Cedros e Estrada dos Pomeranos para averiguar se haveria disposição de serem membros da comunidade a ser constituída. No dia 24 de setembro de 1887, os membros reuniram-se sob a presidência do pastor Sandreczki de Blumenau em Assembleia Geral Ordinária, na qual foram apresentados os estatutos da Comunidade Evangélica de Brusque, “que deveriam servir de modelo para os Esta-

¹⁹ Cf. KRAUSE, 1993, p. 88.

²⁰ Cf. *Crônica da Comunidade Evangélica de Timbó*, 1969, p. 3 e 13.

tutos da Comunidade Evangélica de Timbó”²¹.

Em 1889, como já foi descrito acima, Timbó e Indaial integraram o grupo de comunidades que constituíram uma nova área pastoral, independente de Blumenau, e que recebeu o pastor Ehrich, que chegou à região em 1890 e permaneceu na função até 1896. A partir do início de 1897, assistiu a comunidade o pastor Wilhelm Hägeholz, e que fez de Timbó a sede paroquial e levou ao conflito com Indaial como já vimos. Em abril de 1901, o pastor evangélico Alfred Rudolph²² assumiu a paróquia de Timbó, regressando à Alemanha em julho de 1908. Em 15 de outubro de 1908, o pastor evangélico Gerhard Krause²³ assumiu a Paróquia. Durante o período de vacância, antes da sua chegada, a comunidade foi assistida pelo pastor evangélico itinerante Gerold Hobus²⁴.

Sobre a relação entre as comunidades de Timbó e Indaial, a crônica da comunidade de Timbó relata o seguinte:

No dia 2 de janeiro de 1899 a Paróquia Evangélica de Timbó foi oficialmente constituída pelas seguintes Comunidades: Timbó, Benedito Nôvo, Rio Ada, Cedro Alto e Rio da Luz. [...] Nos anos 1898 – 1901 desenvolveu-se uma tal rivalidade e discórdia entre as Comunidades de Timbó e Indaial, que apesar de diversas tentativas não pôde ser superada por decênios. Até nossa época soprava uma brisa fria entre as relações das duas Comunidades. Só nos últimos anos as relações entre as duas Comunidades se tornaram amistosas.²⁵

Em 28 de abril de 1904, foi aprovado o pedido para a filiação da Paróquia Evangélica de Timbó à Igreja Territorial da Prússia. A Paróquia também foi visitada pelo representante do CSEB, pastor Braunschweig²⁶. Nos estatutos de 1908, o vínculo à Igreja da Prússia não é

²¹ Cf. **Crônica da Comunidade Evangélica de Timbó**, 1969, p. 17.

²² Foi enviado ao Brasil pela Seapa.

²³ Foi enviado ao Brasil pela Seapa

²⁴ Crônica da Comunidade Evangélica de Timbó, 1969, p. 37e 41. Veja também SCHRÖDER, 1936, p. 277. Mais informações sobre o pastor Hobus podem ser encontradas em IECLB História. Ele foi ordenado pastor itinerante de SC pelo pastor Wilhelm Lange em 19 de janeiro de 1908 por incumbência do CSEB. Cf. Aus unseren Gemeinden. **Der Christenbote**: Monatsblatt für die deutschenevangelischen Gemeinden in Sta Catharina, 1. Jahrgang, Blumenau, p.1, Februar 1908.

²⁵ **Crônica da Comunidade Evangélica de Timbó**, 1969, p. 37.

²⁶ Cf. **Crônica da Comunidade Evangélica de Timbó**, 1969, p. 41.

mencionado diretamente, apenas se diz que:

O pastor para a comunidade de Timbó é enviado pelo Conselho Superior Evangélico de Berlim [CSEB] e por ele também chamado de volta. A demissão do pastor não pode ocorrer sem o consentimento do CSEB.²⁷

Em 4 de janeiro de 1910, a comunidade de Carijós se filiou à Paróquia Evangélica de Timbó²⁸. Entretanto,

em setembro de 1924 a comunidade de Carijós, que desde 1910 fôra [sic] servida pelo pastor de Timbó, separou-se da Paróquia Evangélica de Timbó unindo-se à Paróquia Luterana de Indaial. Uma parte da Comunidade de Carijós – Mulde Alta – nesta data constituiu comunidade autônoma, filiando-se à [sic] Timbó.²⁹

Gostaríamos apenas de registrar nesse ponto que o conflito entre as comunidades de Indaial e Timbó é, conforme visto, anterior à vinda do pastor luterano Karl Bergold para Indaial. A relação das duas comunidades deverá ser foco de análise no decorrer da pesquisa, pois constitui ponto de contato entre o SL e a SE, visto que tomamos como pressuposto que a identidade se constitui na diferença, e não fora dela, no isolamento.

Cabe ainda, para finalizar a análise sobre a formação de comunidades eclesiais protestantes no vale do Rio Itajaí, mencionar a comunidade de Ibirama.

Hansa-Hammonia/Ibirama (1906)

Historicamente falando, o desenvolvimento de Ibirama e região

²⁷*Der Pfarrer für die Gemeinde Timbo wird von dem Evangelischen Oberkirchenrat in Berlin [CSEB] ausgesendet und seinerzeit wieder abberufen. Die Entlassung des Pfarrers darf nicht ohne Genehmigung des Evangelischen Oberkirchenrats erfolgen. Satzungen der deutschevangelischenKirchengemeinde Timbo*, 1908, p. 1. Também a alteração nos estatutos somente poderia ser realizada mediante a aprovação do CSEB. Cf. p. 9.

²⁸ Cf. *Crônica da Comunidade Evangélica de Timbó*, 1969, p. 41.

²⁹ *Crônica da Comunidade Evangélica de Timbó*, 1969, p. 49.

está relacionado com a formação de colônias e comunidades no norte catarinense, pois as colônias hanseáticas são uma continuidade do empreendimento colonizatório Dona Francisca³⁰. Contudo, geograficamente, esta região é bem mais próxima das colônias e comunidades que se formaram ao longo do rio Itajaí-Açu, visto que se encontra às margens de um de seus afluentes, o rio Hercílio. Por isso, optou-se por abordar o assunto aqui e não no próximo ponto, quando será abordada a criação de colônias e comunidades no norte catarinense.

A história de Ibirama é relevante para a presente pesquisa na medida em que no local atuou o pastor Dr. Paul Aldinger. As suas reflexões e trabalho em Ibirama e região contribuíram significativamente na formação do perfil eclesial da igreja que surge em SC. Aldinger veio ao Brasil juntamente com outros imigrantes que se instalaram em Ibirama. Ele criou a Fazenda Palmeira (“*Palmenhof*”) que tinha três objetivos principais: 1) ser uma estação agrícola experimental e uma espécie de “Escola Colonial Teuto-Brasileira”, ou seja, um posto intermediário para colonos imigrantes que não estavam acostumados com a prática agrícola na região subtropical bem como uma escola agrícola para filhos de agricultores; 2) constituir um centro espiritual para a germanidade evangélica de localidades próximas e mais distantes; e 3) um lar para a formação de lideranças teuto-brasileiras e, especialmente, para a formação de professores para as colônias³¹.

Cultos foram celebrados pelo Dr. Aldinger em Hammonia desde os primórdios da colônia, mas à formação de uma comunidade em sentido formal chegou-se apenas em 1906, que tinha inicialmente apenas 53 membros. Segundo censo de 1907, havia 1.610 habitantes na colônia, dos quais 1.128 eram protestantes e 482 eram católicos³².

³⁰ Em 1895, a Associação Colonizadora de Hamburgo assinou um novo contrato de colonização com o Estado brasileiro, segundo o qual as terras deveriam ser pagas até 1920 e ocupadas com imigrantes. O contrato previa que o empreendimento poderia ser repassado para outra companhia, de forma que, em 1897, foi criada a Companhia Colonizadora Hanseática, ficando esta responsável pelo desenvolvimento do projeto. Duas áreas de terras foram adquiridas para a execução do projeto, uma ao longo do Rio Hercílio (Hansa-Hammonia/Ibirama) e outra no Rio Itapocu (Hansa-Humboldt/Corupá). Com esta última nos ocuparemos mais abaixo, quando analisarmos a formação de colônias e comunidades no norte catarinense. Cf. SCHRÖDER, 1936, p. 290.

³¹ Cf. SCHRÖDER, 1936, p. 291.

³² Cf. SCHRÖDER, 1936, p. 292.

Segundo Schröder, a comunidade recebeu, a partir de 1909, auxílio do Consistório e da Associação Gustavo Adolfo de Württemberg para a manutenção de suas atividades. Além disso, refere o surgimento de uma comunidade evangélica luterana a partir da dissidência de alguns membros das localidades de Taquaras e Hammonia/Ibirama³³.

A designação *Nebengemeinde* (comunidade concorrente ou paralela), empregada por Schröder, é característica para a relação entre comunidades atendidas por pastores evangélicos ou luteranos em outras localidades como Massaranduba, Indaial e Curitiba.

Como se pode perceber, a formação do luteranismo em Santa Catarina não é desprovida de conflitos e tensões. Queremos mostrar com isso que também no seio eclesial tais situações se fazem presentes. Muitos esforços seriam necessários para a superação de tais tensões e a construção da unidade eclesial em torno de uma instituição.

³³ Cf. SCHRÖDER, 1936, p. 292.



Algumas reuniões da ACB eram realizadas no salão de refeições da Confeitaria Central de Alfredo Koehler. Na foto, Alfredo, de gravata borboleta, ladeado por Nelson José Pehnck e Jorge Romeu Dadam. Acervo: SAB

Nasce um Sindicato - Sindilojas

O desejo de representatividade da classe lojista deu início a uma história contada há mais de 50 anos em Brusque

Carina Machado¹

Guédria Motta²

Taiana Eberle³

A história do Sindicato do Comércio Varejista e Atacadista de Brus-

¹ **Carina Machado Leite** é brusquense, jornalista formada pela Universidade do Vale do Itajaí. Por sete anos trabalhou no Jornal Município Dia a Dia. Foi vencedora dos Prêmios de Jornalismo da Fatma (Fundação do Meio Ambiente), categoria regional, em 2009 e 2011, e do Prêmio de Jornalismo Estadual da Unimed, em 2012. Hoje integra a equipe da Ideia Comunicação.

² **Guédria Motta** é brusquense, jornalista formada pela Universidade do Vale do Itajaí. Especialista em Comunicação e Arte. Trabalhou como repórter no Jornal Município Dia a Dia, foi assessora de imprensa do Grupo Uniasselvi/Assevim. Foi finalista do Prêmio Unimed de Jornalismo em 2014. Hoje integra a equipe da Ideia Comunicação.

³ **Taiana Steffen Eberle** é jornalista formada pela Universidade do Vale do Itajaí, por dois anos trabalhou como repórter do Jornal Município Dia a Dia. Conquistou o Prêmio de Jornalismo da Unimed – Destaque Acadêmico em 2009, o Prêmio de Jornalismo da Fatma (Fundação do Meio Ambiente) na categoria Regional em 2011, e o Prêmio IGK – Instituto Guga Kuerten, em 2013. Hoje integra a equipe da Ideia Comunicação.

que – Sindilojas começou muito antes da Carta Sindical assinada pelo então ministro do Trabalho e Previdência Social em janeiro de 1967. Ela teve início nas reuniões da Associação Comercial de Brusque (ACB), entidade fundada em agosto de 1956 no município, a qual atuava independente da Associação Comercial e Industrial de Brusque (Acibr), que iniciou suas atividades em 1934. “Apesar de ter sido fundada em 1934, a Acibr ficou por alguns anos inativa, por isso a criação da ACB. Naquela época era muito difícil, não se tinham recursos e até as reuniões não aconteciam com muita frequência”, conta Antônio Cervi, que atuou como diretor-executivo da Acibr por muitos anos.

Foi dentro da ACB que se vislumbrou a criação de um sindicato que defendesse a classe de empresários lojistas do município. O assunto foi abordado pela primeira vez em 22 de fevereiro de 1963, por Herbert José Schlindwein, presidente da entidade na época. Durante assembleia ordinária com os associados, Schlindwein colocou em discussão a possibilidade de transformar a própria ACB em órgão sindical. Sobre o assunto, o Dr. Euclides Cardeal prestou alguns esclarecimentos quanto ao aspecto jurídico da transformação, e as vantagens de se tornar um órgão sindical. Entretanto, a ideia não foi levada adiante, já que eram necessários estatutos específicos para uma entidade pleitear a transformação em sindicato.

Foi então que no dia 6 de junho de 1963, em Assembleia Geral Extraordinária da ACB, foi fundada a Associação dos Lojistas e do Comércio em Geral de Brusque, com a aprovação dos estatutos sociais da entidade e escolha da primeira diretoria provisória. Esta associação recebeu uma readequação na nomenclatura nos meses seguintes, passando a chamar-se Associação Profissional do Comércio Varejista de Brusque.

Para dirigir os destinos da recém-criada entidade, foi eleita por unanimidade, a seguinte diretoria provisória: Herbert José Schlindwein – presidente, Alvaro Martins – secretário, e Erico Zendron – tesoureiro. Suplentes da Diretoria: Ayres Gevaerd, Ivo Bitencourt e Walter Straetz. Conselho Fiscal: Alfredo Koehler, Pedro Morelli e Arno Radowitz; suplentes: Erico Contesini, Gilberto Colsani e Paulo Schlindwein.

Associação Profissional do Comércio de Brusque

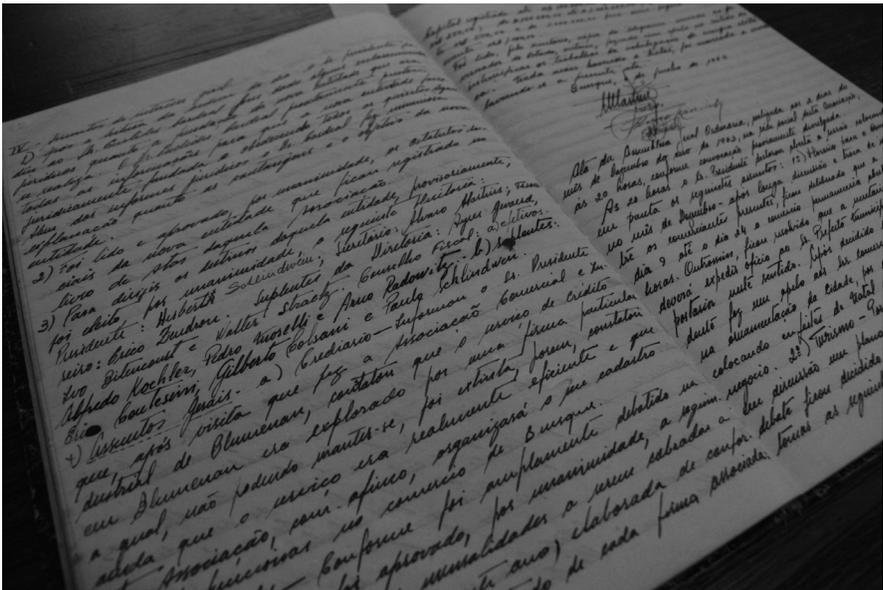
Realizou-se dia 6 último, segunda feira, em sua sede social, no Edifício Centenário, a sessão de assembléa geral extraordinária para aprovação de estatutos e investidura sindical da Associação Profissional do Comércio Varejista de Brusque.

Após a reunião, da qual participaram numeros asso-

ciados, os congressistas seguiram para a churrascaria Lamin, onde foi servido aos presentes um excelente churrasco.

A Presidência da Associação convocou, na ocasião, os associados para nova reunião que deverá realizar-se dia 3 de agosto vindouro, no mesmo local.

O jornal O Município de junho de 1963 noticiou a criação da Associação dos Lojistas e do Comércio em Geral de Brusque, posteriormente chamada de Associação Profissional do Comércio Varejista de Brusque. Acervo: SAB



No dia 6 de junho de 1963 foi eleita a primeira diretoria da Associação, com Herbert Schlindwein na presidência. Acervo: Sindilojas

Futuro Sindical

O início da Associação Profissional do Comércio Varejista de Brusque teve atuação tímida. Tanto que os assuntos dessa nova associação eram discutidos na própria entidade que a originou, a ACB, presidida por Herbert Schlindwein. Em 6 de julho de 1964, o assunto da Assembleia Geral Extraordinária da ACB foi a discussão sobre a transformação da Associação Profissional do Comércio Varejista de Brusque, fundada há pouco mais de um ano, em sindicato. Foi o próprio Erico Contesini quem teceu comentários sobre a importância de se ter um órgão sindical. Na oportunidade, Ayres Gevaerd ficou temeroso quanto ao futuro da ACB, diante da nova associação e sua investidura em sindicato, o que foi rapidamente esclarecido pelo presidente Schlindwein: *“a nova entidade criada nada tem com a já antiga Associação Comercial, devendo esta última, se fundir com a Associação Comercial e Industrial de Brusque, já existente desde 1934”*. Desta forma, nesta assembleia foram definidos o futuro da associação criada, e da própria ACB, que em 1966, após diversas reuniões com os associados, fundiu-se com a Acibr, passando a contar uma história única de trabalho em prol de Brusque e região.

A Carta Sindical

Nos primeiros dias de outubro de 1964, Herbert Schlindwein comunicou, durante assembleia com os sócios da ACB, sua satisfação em ter encaminhado toda documentação da Associação Profissional do Comércio Varejista de Brusque para que a mesma fosse transformada em sindicato. Sua expectativa era de que ainda naquele ano houvesse resposta ao pedido formulado junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, com o recebimento da tão sonhada Carta Sindical. Porém, não foi tão rápida a resposta.

“Na época, para se fundar um sindicato era preciso primeiro fundar uma associação. Se faziam todos os registros da associação e estatutos no Cartório de Registro Civil, e se convocava uma assembleia para autorizar a transformação da associação em sindicato de classe.

Aprovada essa parte, toda documentação precisava ser encaminhada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, e isso se fazia por Florianópolis, que despachava tudo para a sede do Ministério, no Rio de Janeiro. O grande problema é que a Carta Sindical demorava muito para vir. Se não tivesse um político conhecido para intervir por lá, ou um bom contato, influente, a coisa não andava, porque eles tinham milhares de processos amontoados no Ministério. Se passavam anos até tudo acontecer”, relembra Antônio Cervi, que acompanhou todo processo administrativo de fundação do Sindicato dos Contabilistas de Brusque e também do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas de Brusque.

“O objetivo era fundar o sindicato por conta de duas situações: as negociações com o Sindicato dos Empregados, que já existiam à época; e a filiação junto à Fecomércio, com o intuito de trazer recursos e benefícios para Brusque, porque se não tivesse um sindicato, isso não aconteceria. Além disso, o sindicato passaria a ter voto para eleição do presidente da Federação, como ocorre até os dias de hoje”, complementa Cervi.

Apesar de Brasília ter sido inaugurada em abril de 1960, a nova capital brasileira, construída em meio ao cerrado, ainda não estava pronta. Como cita Paulo Sérgio Bretas Salles em seu livro ‘Paradigmas e Paradoxos: Solo, Água e Biodiversidade no Distrito Federal’, um grande número de edifícios importantes ainda era um esqueleto vazio na época, outros sequer haviam saído do projeto, e a carência de habitações finalizadas obrigou a muitos órgãos administrativos instalados no Rio de Janeiro, retardarem sua transferência, em vista da impossibilidade de acomodar seus funcionários. Entre esses órgãos, estava o Ministério do Trabalho e Previdência Social, de quem a Associação Profissional do Comércio Varejista de Brusque, aguardava a Carta Sindical. “Por causa da associação, Herbert viajava muito para o Rio”, lembra Alice Hörner Schlindwein, 82 anos, esposa de Herbert.

Em suas lembranças, dona Alice imaginava que os assuntos que o esposo tratava no Rio de Janeiro, estavam ligados à Associação Comercial de Brusque, porém, a hipótese é de que Schlindwein buscava apoio para conquistar a Carta Sindical, há tanto tempo almejada. “Infelizmente não temos como ter certeza, mas é bem provável que nessas viagens o Herbert tenha buscado apoio político para trazer essa Carta

Sindical à Associação, já que isso demorava anos para acontecer”, reforça Antônio Cervi.

O fato é que em 30 de janeiro de 1967, em pleno governo de Castelo Branco, a Associação Profissional do Comércio Varejista recebeu sua Carta Sindical. Assinada por Luís Gonzaga do Nascimento e Silva, ministro do Trabalho e Previdência Social, a carta transformou oficialmente a associação em Sindicato do Comércio Varejista de Brusque.

Anos mais tarde, o sindicato conquistou nova Carta Sindical, tornando-se representante também da classe atacadista, sendo assim denominado: Sindicato do Comércio Varejista e Atacadista de Brusque, Botuverá e Guabiruba - Sindilojas.

SINDICATO DOS VAREJISTAS
O Departamento Nacional do Trabalho, conforme publicação do Diário Oficial da União de 1/3/1967 e através da Carta Sindical n.º MTPS-200.620-64, reconhecem o Sindicato do Comércio Varejista de Brusque. E, após a sua oficialização, o órgão está comunicando aos associados que o Imposto Sindical Empregador (a partir de 6 de janeiro do corrente ano), está sendo recolhido junto à Agência do Banco do Brasil, nesta cidade. Informa também o Presidente através de circulares expedidas, que qualquer esclarecimento adicional poderá ser obtido com a Secretaria, fone **1339**.

Em 13 de janeiro de 1968, foi publicada no Jornal A Nação, com circulação em Brusque, nota do Departamento Nacional do Trabalho reconhecendo o Sindicato do Comércio Varejista de Brusque. Acervo: SAB



Algumas reuniões da ACB eram realizadas no salão de refeições da Confeitaria Central de Alfredo Koehler. Na foto, Alfredo, de gravata borboleta, ladeado por Nelson José Pehnck e Jorge Romeu Dadam. Acervo: SAB

Texto da Carta Sindical N° L045P081 A1964

O MINISTRO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Faz saber a quantos esta CARTA virem que, atendendo ao que requereu a ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DO COMÉRCIO VAREJISTA DE BRUSQUE com sede em Brusque no Estado de Santa Catarina, resolve aprovar o respectivo estatuto e reconhecê-la sob a denominação de SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE BRUSQUE como sindicato representativo de todas as categorias econômicas compreendidas no 2º Grupo, - Comércio Varejista – ao plano da Confederação Nacional do Comércio na base territorial no município de Brusque, com sede em Brusque no Estado de Santa Catarina de acordo com o regime instituído pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.

E, para firmeza, mandou passar a presente CARTA, que vai por ele assinada.

Luís Gonzaga do Nascimento e Silva - Ministro

Brasília, 30 de janeiro de 1967.

O homem das boas ideias

Quando assumiu a presidência da Associação Comercial de Brusque (ACB) em fevereiro de 1963, Herbert José Schlindwein estava há pouco mais de dois anos no município. Brusquense de nascimento, natural do interior da cidade, região que anos depois conquistou sua emancipação político-administrativa, transformando-se em Guabiruba, Herbert estudou por anos no Rio de Janeiro, onde também atuou em algumas empresas.

Herbert era considerado um homem à frente do seu tempo. Na época em que a Associação Comercial e Industrial de Brusque estava inativa, ele, na presidência da ACB, batalhava para que a entidade tivesse êxito em seus projetos, e cobrava maior união da classe comercial. “O Herbert era um cara extraordinário, com muitas ideias, que às vezes pareciam confusas para algumas pessoas, mas que com o tempo, se mostravam acertadas”, conta Antônio Cervi.

Foi dele a iniciativa de criar a Associação que se tornou o Sindicato do Comércio Varejista de Brusque, a qual presidiu por alguns anos, até a conquista da Carta Sindical. Também partiram de Herbert as diversas cobranças, durante as assembleias da ACB, para que os comerciantes fossem mais unidos para discutir os assuntos de interesse comum, em reuniões não mais esporádicas, mas sim mensais.

Na primeira assembleia da ACB como presidente, Herbert colocou em discussão a criação do Departamento Jurídico da entidade, que foi implantado anos depois; como também a organização do crediário, que deu origem ao Seproc (Serviço de Proteção ao Crédito), mais tarde chamado de SPC, e que originou a fundação da Câmara de Dirigentes Lojistas de Brusque.

Em agosto de 1964, Herbert fez a primeira Assembleia Extraordinária para tratar com os associados da ACB, sobre a fusão com a Acibr. Nesta mesma reunião, ele propôs a realização da ‘Festa do Tecido’, a fim de facilitar a divulgação dos produtos de Brusque e atrair maior número de turistas à cidade. E embora tenha deixado a presidência em setembro de 1965, o industrial Carlos Cid Renaux assumiu a ACB e deu sequência aos projetos. A primeira ‘Festa do Tecido’ foi realizada no dia 8 de outubro de 1965.



Herbert José Schlindwein foi o grande entusiasta da formação do Sindicato do Comércio Varejista em Brusque. Acervo: Família Schlindwein

O prestígio de Carlos Cid Renaux

Carlos Cid Renaux era um homem destemido e sem dúvida alguma, um empresário de grande prestígio no município, tendo estado à frente de diversas entidades de classe na discussão de melhorias em benefício da sociedade.

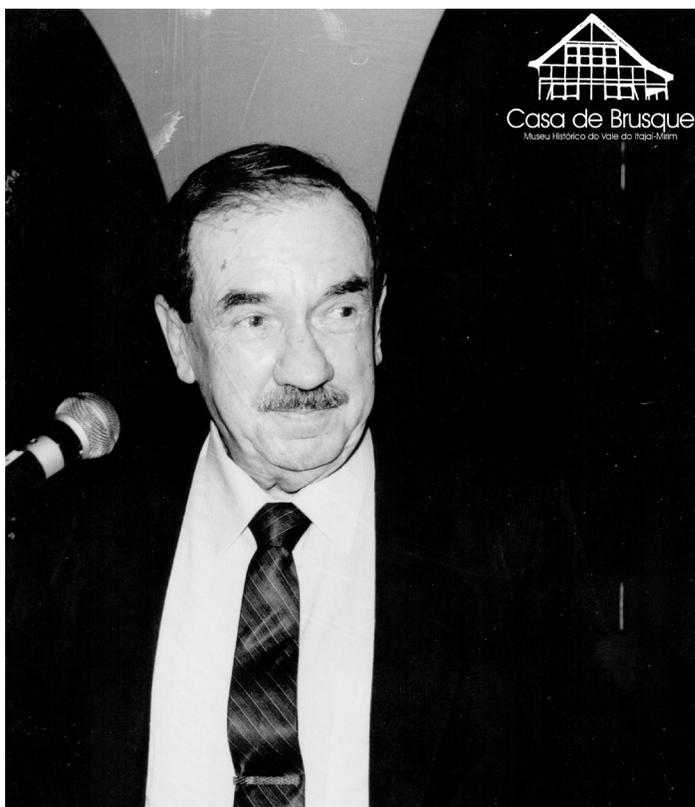
Presidente da Associação Comercial de Brusque (ACB) e também da Associação Comercial e Industrial de Brusque, com a fusão das duas entidades, em 1966, Calinho Renaux, como é saudosamente conhecido, presidiu o Sindicato do Comércio Varejista em seus primeiros anos de atividade, após o devido registro reconhecido na Carta Sindical de janeiro de 1967.

Natural de Brusque, Calinho Renaux nasceu em 1920. Neto de Cônsul Carlos Renaux, Calinho chegou à presidência da Federação das Indústrias de Santa Catarina em 1968, permanecendo até 1971. Na oportunidade, focou o trabalho da Fiesc no crescimento das exportações catarinenses. Em 1995, foi condecorado pela Confederação Nacional

das Indústrias com a Ordem do Mérito Industrial.

Homem de muitos contatos e importantes relações, tratou de modernizar os serviços da entidade oferecidos às indústrias. Sob sua gestão, a Fiesc criou o Consórcio Catarinense de Exportações (Concatex), iniciativa que contribuiu para que muitas empresas alavancassem suas vendas ao exterior e que, ao lado de inúmeros outros programas do gênero criados posteriormente, tanto na Fiesc como em outras instituições públicas e privadas, levaram o Estado à condição de quinto maior exportador do país, segundo José Fernando Xavier Faraco, empresário que presidiu a entidade de 1999 a 2005.

Além disso, Calinho Renaux iniciou uma *'aproximação com universidades e centros de pesquisa, criando o IEL/SC – Instituto Euvaldo Lodi, para estimular a inovação no setor, inicialmente promovendo o estágio de universitários nas indústrias. Outro importante órgão criado na sua gestão foi o Ciesc – Centro das Indústrias do Estado*



Carlos Cid Renaux esteve à frente de várias entidades de classe do município, e tratou de assuntos importantes para o desenvolvimento da cidade. Acervo: SAB

de Santa Catarina. Seu objetivo era o de coordenar interesses do setor, diagnosticar e propor ações em cooperação com o governo para solucionar problemas da indústria', conforme consta na publicação comemorativa aos 65 anos da Fiesc, completados em 2015.

Dentre suas realizações estiveram a defesa da construção da BR-101, no ano de 1969, que ligaria o Centro-Sul ao Nordeste do País, fundamental para o escoamento de produtos dessas regiões. E, também, a ampliação da Usina Termelétrica de Capivari, hoje denominada Complexo Termelétrico Jorge Lacerda.

Sua atuação na presidência da Fiesc era muito celebrada em Brusque, motivo de orgulho para toda cidade. E apesar dos importantes compromissos da Federação, Calinho Renaux continuou acompanhando os trabalhos das entidades brusquenses, e participando de decisões importantes para a cidade.⁴

Duas décadas de trabalho em prol do comércio

Por mais de 60 anos, seu Nelson José Pehnk dedicou sua vida ao trabalho e ao comércio e trouxe grandes contribuições não apenas para o Sindicato do Comércio Varejista de Brusque, durante os 21 anos em que foi presidente, mas para a própria cidade.

Em 1965 Nelson foi secretário da Associação Comercial de Brusque (ACB), presidida por Carlos Cid Renaux, onde assuntos da Associação Profissional do Comércio Varejista de Brusque eram discutidos.

O primeiro mandato de Nelson Pehnk à frente do Sindicato do Comércio Varejista de Brusque (atual Sindilojas) ocorreu em 1970. Após ser candidato à presidência da entidade nas eleições daquele ano, em 12 de setembro, seu Nelson Pehnk foi eleito, após o mandato do então presidente, Carlos Cid Renaux. Este foi o primeiro dos 20 anos seguintes em que ficou à frente do sindicato, já que foi reeleito nas gestões posteriores como presidente, tendo seu último mandato de 19 de dezembro 1988 a 18 de dezembro de 1991.

No período em que esteve à frente do Sindicato, seu Nelson foi ainda membro dos Conselhos da Confederação Nacional do Comércio (CNC)

⁴ Com informações da Assessoria de Imprensa Fiesc e Revista Fiesc 65 anos.

e da Federação do Comércio de Santa Catarina (Fecomércio), onde também chegou a ocupar o cargo de vice-presidente, de acordo com arquivos e registros da Família Pehnk. Os trabalhos e a aproximação na época com o então presidente da Fecomércio, Charles Edgar Moritz (*in memoriam*) contribuíram também para um dos grandes legados deixados por seu Nelson Pehnk: a unidade do Serviço Social do Comércio (Sesc) e a Escola Técnica Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) para Brusque. Os esforços e trabalhos incansáveis para trazer para a cidade ambas as entidades, que até então só havia em Blumenau e Itajaí, com certeza foram as ações que mais marcaram o período à frente do Sindicato.



Nelson Pehnk em frente a uma de suas grandes contribuições para Brusque, o Sesc (1988). Acervo: Família Pehnk

Inaugurado em 1982, o Sesc de Brusque até hoje perpetua como uma das principais entidades da cidade e região que promove lazer, cultura, saúde, assistência, educação e serviços de qualidade aos comerciários, além de diversas outras ações e parcerias com demais entidades e a comunidade de Brusque e região. Da mesma forma o Senac, que chegou a Brusque em novembro de 1989 como posto avançado da unidade de Itajaí (já que antes eram oferecidos apenas alguns cursos temporários na cidade). Em 1994 foi inaugurada a sede própria da entidade na cidade, que até hoje tem um importante papel na capacitação técnica e no preparo de jovens e adultos ao mercado de trabalho. “Tenho muito orgulho de fazer parte da história da cidade, já que o Sesc tem uma placa com o meu nome”, comentou seu Nelson Pehnck, durante entrevista concedida a Luiz Giancesini para o jornal ‘A Voz de Brusque’, publicada em 20 de fevereiro de 2004.

Das salas de aula à liderança de associações

Dentro da história do Sindilojas, talvez o presidente que tenha ficado à frente da gestão da entidade por um menor período de tempo, tenha sido Érico Antônio Contesini. Seu envolvimento com a entidade iniciou como suplente ainda na primeira diretoria da Associação dos Lojistas e do Comércio em Geral de Brusque, que em 1967 tornou-se Sindicato do Comércio e Varejo. A liderança da entidade, entretanto, veio só em 1991, quando foi eleito em 18 de dezembro do mesmo ano, para a gestão até 17 de dezembro de 1994. Ao longo dos primeiros meses como presidente da entidade, realizou frequentes reuniões com a diretoria, propôs índices de reajustes salariais à categoria dos comerciários, bem como negociações com o sindicato dos trabalhadores. Mas, em setembro de 1992, nove meses após ter assumido o cargo, Contesini renunciou ao mesmo, alegando motivos de saúde na época, conforme consta em ata da entidade. O cargo passou então a ser presidido, em outubro daquele ano, por Zeno Heinig, vice-presidente na época.

Todavia, quem pensa que as ações de seu Érico se limitaram apenas aos nove meses de gestão do sindicato, se engana. Formado como técnico em Contabilidade e Administração, por muitos anos Contesini exerceu a profissão de professor, em universidades na região e em

cursos técnicos em todo o Estado. Em sua trajetória também foi co-fundador e professor por muitos anos na Escola Técnica de Comércio São Luiz e lecionou ainda na Universidade Regional de Blumenau (Furb). Sua experiência na área contábil e administrativa contribuiu de forma significativa para a gestão por anos do Grupo Archer, empresa fundada em 1936 que até hoje possui lojas da rede se supermercados em Brusque e região.

Com seu lado empreendedor, esteve à frente da Associação Empresarial de Brusque (Acibr), onde foi vice-presidente e passou a liderá-la de 1968 a 1969, quando assumiu o cargo de Carlos Cid Renaux, que deixou a presidência da Acibr naquele ano, para comandar a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc). Contesini foi ainda



Érico Contesini deixou grandes contribuições para Brusque, não apenas na época em que foi presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Brusque como quando esteve à frente de demais entidades. Acervo: Acibr

reeleito ao cargo para a entidade brusquense na gestão de 1971 a 1975.

O envolvimento na liderança de entidades e à frente dos negócios também o fez colaborar para a fundação da Associação Catarinense de Supermercados (Acats), que administrou por dois mandatos, de 1978 a 1980 e de 1986 a 1988, além de ter ocupado demais cargos na diretoria da entidade catarinense ao longo dos anos.

De vice-presidente a líder de três gestões

Zeno Heinig guarda com carinho o período em que esteve à frente do Sindicato do Comércio Varejista de Brusque (Sindilojas), por três mandatos consecutivos, de 8 de outubro de 1992 a 17 de dezembro de 1994; de 18 de dezembro de 1994 a 17 de dezembro de 1997; e de 18 de dezembro de 1997 a 17 de dezembro de 2000.

O envolvimento com o sindicato surgiu a convite do também saudoso ex-presidente da entidade, Érico Contesini, quando Heinig ainda possuía uma loja de comércio, a ‘Nosso Lar’. Desde então passou a fazer parte do mesmo e foi convidado a integrar a chapa nas eleições de 18 de dezembro de 1991 como vice-presidente. No dia 12 de dezembro de 1991 a nova diretoria eleita foi empossada, com seu Érico Contesini à frente da entidade. Entretanto, após nove meses de mandato, Contesini renunciou ao cargo por motivos de saúde, o que elegeu assim seu Zeno como presidente do Sindilojas. Conforme o registro nas atas da entidade, no dia 8 de outubro de 1992, a nova diretoria ficou assim constituída: Zeno Heinig como presidente; Valdir Silva como secretário; Helmo Flor como tesoureiro; e Paulo Francisco Heil e Ewaldo Ristow como suplentes.

Com o fim do primeiro mandato, veio a solicitação para que seu Zeno fosse novamente candidato, sendo reeleito em 1994 e posteriormente em 1997.

Um dos trabalhos que mais marcou o período em que esteve à frente do sindicato, para seu Zeno, foram as negociações com o sindicato laboral. As reuniões eram realizadas geralmente na Sociedade Esportiva Bandeirante, com a presença dos representantes do sindicato dos trabalhadores e, segundo ele, eram intensas. Outro ponto destacado por seu Zeno durante suas gestões foram as mudanças e a renovação da



De 1992 a 2000, seu Zeno Heinig foi presidente do Sindilojas e até hoje se lembra das principais atividades feitas ao longo de sua gestão, como as negociações com o sindicato laboral e também a contribuição do Sindilojas para o Centro Empresarial, Social e Cultural de Brusque (CESCB). Acervo: Taiana Eberle/Ideia Comunicação

administração da entidade que, de acordo com ele, trouxeram muitos benefícios para a mesma.

O Centro Empresarial, Social e Cultural de Brusque (CESCB) foi outro capítulo importante na história do Sindilojas, que seu Zeno destaca com muito orgulho. A idealização de um prédio que reunisse diversas entidades do município e ainda proporcionasse à comunidade um espaço social para a realização de eventos e apresentações culturais era um sonho antigo de diversas lideranças empresariais, que começou a ser pensado em 1997, e se concretizou em julho de 2005, com a inauguração do mesmo, durante a gestão do então presidente do Sindijolas, Vanderlei de Limas.

A construção da nova sede

A gestão do empresário Sérgio Walendowsky frente à presidência do Sindilojas aconteceu entre 18 de dezembro de 2000 e 17 de dezembro de 2003, um período decisivo na história da entidade.

“Era a época de construção do Centro Empresarial, Social e Cultu-

ral de Brusque (CESCB). A gente estava até então no quarto andar do Edifício das Carreiras, na Rua Hercílio Luz e dividíamos este espaço com a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL). Os empresários encamparam a ideia de construir um prédio para as entidades de classe e nós acompanhamos este processo discutindo a construção, os valores, até a inauguração”, conta Walendowsky.

Segundo ele, a decisão de se unir às demais entidades em um único espaço foi acertada. O objetivo era oferecer aos associados um espaço mais confortável e de fácil acesso. “As cotas eram por metro quadrado. Cada entidade pagou proporcionalmente ao espaço que iria ocupar no futuro. A sala ficou ótima! E a construção foi tranquila, os assuntos eram resolvidos em conjunto pelos presidentes das entidades que iriam ocupar o espaço. Foram feitas reuniões sempre que necessário. Discutimos detalhes de piso, layout, localização de ar condicionado, o teatro...”, recorda.

Segundo Walendowsky, apesar da boa relação entre todos os envolvidos na obra, este período exigiu empenho e disponibilidade dos presidentes, já que além das atribuições normais de cada entidade, era indispensável a presença de todos também nas reuniões frequentes para falar sobre o andamento das obras. “Determinadas coisas os



Os empresários Sérgio Walendowsky e Telo Graf, juntamente com suas esposas. Acervo: Sindilojas

encarregados resolviam sozinhos. Mas quando a discussão era mais abrangente e exigia decisões importantes, a gente fazia reuniões com todos os participantes do empreendimento”, conta o empresário.

Sérgio Walendowsky foi presidente da CDL em duas gestões, na década de 1990. Só depois desta experiência assumiu o cargo no Sindilojas. Como empresário, sentia a necessidade de estar envolvido e batalhar pelo setor do comércio, já que uma das principais funções do Sindicato é negociar todos os anos a Convenção Coletiva de Trabalho.

União de entidades e a conquista de novos sócios

Quando Vanderlei Rogério de Limas assumiu pela primeira vez o Sindilojas, em 18 de dezembro de 2003, ele tinha um lema: a busca de novos sócios. Já bastante envolvido com o trabalho na entidade e presença também atuante na Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e Associação Empresarial de Brusque (Acibr), ele reconhecia, mais do que ninguém, o valor do associativismo.

“Sempre enxerguei essa necessidade de ter braços que levassem informações para dentro da entidade. Isso é importante, reflete no cotidiano das nossas empresas e contribuiu para o desenvolvimento da nossa sociedade. Então, quando assumi pela primeira vez a presidência do Sindicato, preparei um rapaz para que fosse visitar o comerciante, com o convite de fazer parte do Sindilojas. Deu certo. Na época chegamos a ter quase 400 sócios”, recorda Vanderlei.

Para ele, no entanto, ainda hoje falta conscientização de boa parcela dos empresários do comércio sobre a importância de estar sindicalizado. “Eles querem algo a mais. O comerciante ainda hoje espera algum atrativo, quer retorno. Mas eles precisam entender que o Sindicato é, na verdade, o porta-voz do comércio. E o Sindilojas é muito bem representado”, explica Vanderlei.

Hoje existem mais de três mil lojas apenas em Brusque, embora o Sindilojas também negocie, todos os anos, o reajuste salarial do comércio para os municípios de Guabiruba e Botuverá. Além disso, há uma agenda intensiva de palestras, cursos e treinamentos. A maioria



O empresário Vanderlei de Limas era presidente do Sindilojas na inauguração do Centro Empresarial, Social e Cultural de Brusque, em 2005. Acervo: Sindilojas

das formações é gratuita e está disponível para empresas e seus colaboradores, no sentido de qualificar cada vez mais o setor.

Foi na gestão de Vanderlei que o Centro Empresarial, Social e Cultural de Brusque (CESCB) foi inaugurado, em 21 de julho de 2005. Mas as entidades de classe nem precisariam estar todas no mesmo prédio para viver um novo momento a partir dali. Vanderlei naturalmente já é dono de um espírito que congrega, que chama para perto, que propõe ações em parceria. E assim se fez.

Importância do associativismo

Altamir Antônio Schaadt foi um dos empresários de Brusque que também esteve à frente da diretoria do Sindicato do Comércio Varejista de Brusque (Sindilojas). Um dos sócios-proprietários da Archer Materiais de Construção, na empresa desde seu início, há 28 anos, é associada da entidade, entretanto há 13 anos Altamir passou a frequentar de forma mais ativa o sindicato, na participação de reuniões e posteriormente em cargos de diretorias anteriores.

Eleito em 29 de junho de 2006, para o mandato de 1º de agosto de 2006 a 30 de julho de 2009, Schaadt teve como vice-presidente em sua gestão o empresário Luciano Hang, eleitos de forma unânime no processo de escolha entre os associados, conforme o registro das atas do Sindilojas.

Entretanto, foi durante o primeiro ano de seu mandato, em maio de 2007, que a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio) de Santa Catarina aumentou o prazo de permanência das diretorias, de três para quatro anos. Além disso, em 2009 as eleições da diretoria também passaram a ser feitas no mês de janeiro, assim como a posse dos eleitos, através de uma resolução da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Ou seja, a gestão de Schaadt foi a primeira do Sindilojas com o mandato de quatro anos à frente da entidade, de 1º de agosto de 2006 até 31 de janeiro de 2010.

Em seu mandato Schaadt deu continuidade aos trabalhos já realizados pela diretoria anterior, referentes às negociações com o sindicato laboral, o contato com os associados, e ações em prol dos mesmos.



Eleito em 29 de junho de 2006, a gestão de Altamir Antônio Schaadt foi a primeira do Sindilojas com o mandato de quatro anos à frente da entidade, de 1º de agosto de 2006 até 31 de janeiro de 2010. Acervo: Taiana Eberle/Ideia Comunicação

Entre os trabalhos de maior relevância, o ex-presidente do Sindilojas destaca a equalização das mensalidades para os integrantes da entidade e a implementação do site do Sindilojas, que passou a proporcionar a emissão de guias e também as informações referentes às negociações, para que tanto os contadores como os associados pudessem ter acesso. A proximidade com a classe contábil também foi outro grande passo na época. “Apesar de sermos um sindicato dos empresários, a diretoria começou a pensar também na importância da aproximação com os contadores, o que também trouxe um grande ganho para a entidade”, comenta.

Além disso, outro destaque de sua gestão foi a maior aproximação com o sindicato laboral, visando o bem das empresas e também de seus colaboradores.

“É uma grande honra estar no sindicato”

Quando Marcelo Gevaerd foi convidado para fazer parte da diretoria do Sindicato do Comércio Varejista e Atacadista de Brusque, ele já estava familiarizado com as conversas e discussões acerca do movimento lojista, por integrar a Câmara de Dirigentes Lojistas. Mas somente quando ele entrou no sistema sindical propriamente dito, é que vislumbrou um universo ainda maior de possibilidades.

Convidado primeiro para fazer parte da diretoria do então presidente Vanderlei Rogério de Limas e em seguida na gestão do presidente Altamir Antônio Schaadt, chegou à vice-presidência no período seguinte, quando Limas reassumiu. Foi nessa época que surgiu o convite de se candidatar à presidência do sindicato para a gestão 2014/2018. “É uma experiência fantástica! Eu aprendi muito como vice-presidente e agora como presidente do Sindilojas. Tenho o prazer de ter um grande presidente da Fecomércio, que é o Sr. Bruno Breithaupt. Um presidente muito atuante, que ouve nossas necessidades e nos ajuda muito aqui em Brusque. É talvez um dos melhores momentos em que estou na área do comércio, tentando trazer algo diferente, principalmente em prol da união dos lojistas, que acredito que é o que mais falta nos dias de hoje”, ressalta.

Nesse período à frente do Sindilojas, Gevaerd acredita que o foco

Marcelo Gevaerd é o atual presidente do Sindilojas e comemora a boa fase do sindicato na implantação de projetos para melhoria e união da classe lojista, reflexo de toda atuação da entidade ao longo de sua história. Acervo: Carina Machado/Ideia Comunicação



está em trazer novos cursos com o intuito de qualificar ainda mais os comerciários, e unir os comerciantes. “Estou preparado para que a entidade fique e o presidente vá embora com a sensação de dever cumprido. Outra pessoa vai entrar, para gerir o sindicato e dar continuidade ao trabalho”, comenta.

“Não existe uma história sem um passado e na nossa trajetória tivemos pessoas brilhantes. Seu Nelson Pehnck, seu Érico Contesini e todos os demais nomes que tenho certeza de que lutaram muito pela cidade e pelo sindicato. Hoje nós temos um Sesc que disponibiliza diversos serviços aos comerciários e a toda população. Posso dizer que temos aqui um dos melhores Senac de Santa Catarina. E permanecemos com nossa luta diária por melhorias”, complementa Gevaerd.



Moritz Germano Hoffmann

Padeiro e Confeiteiro

Germano Hoffmann¹
Iasmine Vianna Hoffmann²
Ricardo Vianna Hoffmann³

Moritz Germano Hoffmann é o filho mais velho do segundo casamento de Johann Philipp Heinrich Hoffmann com Pauline Hertha

¹ Germano Hoffmann é Contador pela Escola Técnica de Comércio de Florianópolis. Formado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná. Médico CRM/SC – 168. Especialista em Ginecologia e Obstetrícia – TEGO 411-1971. Associado e Presidente por quatro mandatos do Lions Clube Brusque Centro. Presidente da Comunidade Evangélica Luterana de Brusque – 1985/1988. Sócio-Fundador do Grupo Amigo de Canto Alemão.

² Iasmine Vianna Hoffmann é Tecnóloga em Processamento de Dados pela Furb. Bacharel em Administração pela Furb/Febe. Graduada em Direito pela Unifebe. Advogada. Associada do Lions Clube Brusque Centro.

³ Ricardo Vianna Hoffmann é graduado em Direito pela Fepevi/Univali. Graduado em Estudos Sociais pela Febe/Unifebe. Graduado em Filosofia pela Unifebe. Especialista em Ciências Jurídicas pela Univali. Professor nos cursos de Direito e Ciências Contábeis da Unifebe. Membro voluntário do Laboratório de Cidadania e Educação em Direitos Humanos da Unifebe. Advogado. Conselheiro Estadual da OAB/SC – 2016-2018. Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC e Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da OAB/SC - Subseção de Brusque. Membro efetivo do IASC. Presidente da Sociedade Amigos de Brusque – 2017-2019.

Mathilde Halfpap.

Seu pai, Johann P. H. Hoffmann, originário da Alemanha, transferiu-se para o Brasil, onde morou no Rio Grande do Sul, lugar em que se casou pela primeira vez com Bertha Emilia Albertina Hingst, no lugar chamado Vila de Santa Cruz, hoje, município de Santa Cruz do Sul.

Os irmãos

Moritz teve 12 irmãos. Do primeiro casamento de seu pai Johann com Bertha Emilia Albertina Hingst, eram nove (9) irmãos: João Guilherme Carlos Hoffmann; Gustavo Ludovico Henrique Hoffmann; Frederico Germano Ernesto Hoffmann; Germano Luiz Carlos Hoffmann; Augusto Felipe João Hoffmann; João Germano Hoffmann; Elisa Maria Hoffmann; Emilie Henriette Elise Hoffmann e Maria Bertha Hoffmann, sendo que cinco faleceram antes de atingirem a maioridade.

Moritz Germano é fruto do segundo casamento de seu pai Johann Philipp Heinrich Hoffmann com Pauline Hertha Mathilde Halfpap, onde teve mais três (3) irmãos: Meta Alma Hoffmann; Elsa Hoffmann e Otto Rodolfo Hoffmann.

Moritz Germano nasceu em casa, no dia 10 de janeiro de 1901, na cidade de Brusque/SC, na sua infância desde tenra idade era encarregado, junto com seus irmãos, de tratar os animais, cavalos, vacas, porcos, galinhas, patos, marrecos e galinha-d'angola, plantavam aipim, milho, batata-doce e cana para trato dos animais.

Fez seus estudos na Deutsche Evangelische Schule, escola fundada pelo Pastor e Professor Wilhelm Gottfried Lange.

O aprendiz de Padeiro

O jovem Moritz Germano aos dezesseis anos de idade, por determinação da sua mãe viúva e do seu irmão mais velho, Gustavo Ludovico Henrique Hoffmann, foi para a cidade de Blumenau aprender o ofício de padeiro, na Padaria e Confeitaria Katz, de propriedade de Sammuel Katz, onde permaneceu por três anos, tendo recebido o “Certificado de Padeiro”.



Padaria e Confeitaria S. Katz, de Sammuel Katz, em Blumenau/SC, onde Moritz Germano Hoffmann fez seu aprendizado. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva

Certo dia, ainda no seu período de aprendizado, Moritz Germano voltou para casa, ao que sua mãe perguntou o que ele estaria fazendo em casa, ao que Moritz disse: “fui mandado embora”. Com a resposta, sua mãe deu-lhe uma surra e foi até a casa do Sr. Ristow, era o responsável pelo transporte do correio de Brusque-Blumenau, e os levou até Blumenau para falar com o Sr. Sammuel Katz.

Chegando a Blumenau, sua mãe questionou o Sr. Katz sobre o motivo de ter mandado o filho, Moritz Germano, para casa. O Sr. Katz respondeu que não o aceitaria mais, pelo fato de ele e mais dois aprendizes terem ido, escondidos, tomar banho no rio Itajaí-Açu, que não queria se responsabilizar, caso acontecesse algo com eles, tendo dispensado então os três aprendizes.

Sua mãe Mathilde pediu para o Sr. Katz aceitar Moritz Germano de volta, o que ele não aceitou. Então sua mãe disse: “e se o senhor puder castigá-lo, caso ele faça nova diabrura?”. O Sr. Katz afirmou que nessas condições aceitaria ele. Assim, Moritz Germano continuou e finalizou o seu aprendizado de Padeiro, recebendo seu “Certificado de Padeiro” no ano de 1920.

Moritz Germano escrevia regularmente para sua mãe, Mathilde,

onde em suas cartas contava um pouco de sua vida em Blumenau, para os seus familiares.

Entre tantas cartas escritas para sua mãe, na carta datada de 12.12.1917, destaca-se o pedido para sua mãe “enviar uma calça, um avental, um suspensório”. Disse que chovia quase todo dia e forte. Que trabalhava muito, inclusive aos domingos, assando pães até as 11h30, que à tarde ia dormir, por isso, quase nunca passeava. O Sr. Katz tinha como ajudante Fritz Röhsler e como aprendizes Georg Hedler, Fritz Sellau, Curt Altenburg e ele. Escreveu que o Sr. Katz não era tão severo como falaram, mas, que “ele é igual para todos”.

Nessa mesma carta, dava notícia do acidente com a carroça, que ele e seu amigo Georg conduziam. Escreveu contando assim: “Na semana passada atrelamos um cavalo novo, aí fomos derrubados. Georg e eu dirigimos. O cavalo se espantou. Eu ainda escapei bem, o Georg ficou debaixo da carroça. Ele se feriu no joelho e nas costas”.

No ano de 1918, a gripe chamada ‘influenza espanhola’ chegou a Santa Catarina, Moritz Germano também foi acometido da gripe e sofreu as causas da doença, conforme relatou na carta para sua mãe, datada de 09.01.1919, escreveu que estava doente, porém, melhorando, que “era como se eu tivesse uma pedra no peito”, que trabalhou até ao meio-dia, “mas já quase nada mais conseguia fazer de tão fraco nas mãos e pernas”, que na padaria Katz, “estavam doentes, de cama, os três aprendizes e uma empregada”, o Sr. Katz tinha que assar sozinho e que “o caixeiro, outro rapaz, tinha que entregar o pão e ajudar a empregada”.

Pediu para sua mãe ir buscá-lo de carro de mola, porque ele queria ir para casa, pois estava aborrecido em ter que ficar no quarto, já que não podia trabalhar.

Na carta demonstrou preocupação com seus familiares em Brusque, em especial a família do tio Gustav, pois tinha recebido uma carta dele, onde informou que ele [Gustav] e seus familiares “pegaram” a ‘gripe espanhola’.

A influenza ou gripe é uma infecção viral aguda do sistema respiratório que tem distribuição global e elevada transmissibilidade. Classicamente, apresenta-se com início abrupto de febre, mialgia

e tosse seca. Em geral, tem evolução autolimitada, de poucos dias. Sua importância deve-se ao seu caráter epidêmico, caracterizado por disseminação rápida e marcada morbidade nas populações atingidas. (Fonte: www.medicinanet.com.br/conteudos/conteudo/2168/influenza_gripe.htm - acessado em 03.05.2017)

A pandemia de influenza espanhola é considerada, até os tempos atuais, como a maior e mais grave das doenças infecciosas que afetou o mundo, calculando-se que, em 1918 e 1919, metade da população mundial foi contaminada (600 milhões) e que entre 20 e 100 milhões de pessoas morreram em consequência de suas graves complicações respiratórias, muito mais do que na I Guerra Mundial, Guerra do Vietnã e da Coreia juntas.

No Brasil, estima-se que morreram cerca de 31 mil pessoas, a maioria no Rio de Janeiro e em São Paulo, embora todas as regiões do país tenham sentido a gravidade da gripe pandêmica.

O estudo das epidemias tem sido muito frutífero nas mãos dos historiadores, pois possibilitou conhecer inúmeros aspectos sociais e sanitários, como as condições existentes no atendimento às pessoas, a medicina científica e popular, os preconceitos e os autoritarismos, o envolvimento das questões religiosas, as mudanças do cotidiano das cidades e outros, permitindo analisar como os governos e as populações lidam com situações imprevistas, graves e agudas. (Fonte: Bruno Rodolfo Schlemper Junior, Ana Claudia Dall'Oglio – “A pandemia de influenza espanhola (1918) em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.” www.acm.org.br/revista/pdf/artigos/888.pdf, acessado em 03.05.2017)

Moritz Germano, próximo de terminar os seus três anos de aprendizado na padaria do Sr. Katz, tinha desejo de “sair pelo mundo”, continuar seu aprendizado, conforme se lê na carta enviada a sua mãe, datada de 19.09.1919, onde agradeceu o terno e os 30\$000rs que recebeu. Ofereceram-lhe um emprego com salário de 70\$000rs, que talvez permanecesse em Blumenau, não mais com o Sr. Katz. Mas que, na verdade ele “gostaria de sair mundo afora, pois, se não se tem nada mais no mundo. Então a gente pelo menos vê algo novo”.

Terminou a carta perguntando: “Querida Mãe, o que achas a esse respeito. Deverei aceitar esse emprego ou não? Muita vontade não tenho, de ficar aqui em Blumenau por mais tempo. Mas pode ser que eu fico. Por favor, me diz um sim ou não. É o caixeiro do Katz, o

Heinrich Schmitz, ele quer abrir uma padaria, confeitaria e café. Mais tarde, quando o negócio for bem, eu ainda receberei porcentagem. Mas muita vontade eu não tenho; eu quero sair por aí”. Encerrou solicitando uma resposta em breve.

Viagem para Porto Alegre/RS

Moritz Germano sempre teve um espírito aventureiro, gostava de viajar e conhecer novos lugares e então, decidiu aprender o ofício de confeitoiro na cidade de Porto Alegre/RS, saindo do porto de Itajaí, no dia 15 de abril de 1921, lá chegando no dia 25 de abril de 1921.

Sobre sua viagem a Porto Alegre, contou em carta datada de 1º de maio de 1921, que “A viagem de Itajahy até Porto Alegre levou mais de uma semana. Saímos de Itajahy no dia 15. Eu não fiquei enjoado na viagem. Em Florianópolis não fomos a terra. O vapor não aportou. Ele permaneceu parado fora. Em Imbituba ficamos desde as 8 horas da manhã, até 6 horas da tarde. Ali foi primeiro carregado de carvão. Em Rio Grande fomos a terra. Rio Grande é uma cidade bonita. Em Pelotas ficamos parados de quarta-feira até sábado. No domingo, às 7 horas, chegamos a Porto Alegre”.

Em Porto Alegre, tentou emprego em padarias e confeitarias, porém, não conseguiu, pois lá estava uma crise muito grande. Acabou por conseguir emprego numa estofaria de móveis, onde o salário inicial era 5\$000rs e em poucas semanas passou para 5\$500rs por dia, trabalhava das 7h30 às 11h30 e das 13h às 18h, e considerou um trabalho “muito fácil”.

Moritz Germano residiu em Porto Alegre com uma família alemã e pagava 90\$000rs por mês, que incluía pernoite, alimentação e roupa lavada, que foi o mais barato que encontrou. Seu primeiro endereço foi W. Sohni, rua dos Andradas, Porto Alegre/RS, depois se mudou, passando a residir com outra família alemã, do Sr. Gustav Krieger, na rua Senhor dos Passos, nº 47.

No final do mês de julho de 1921, escreveu dizendo que iria voltar para casa, pois estava muito ruim de emprego e o que ganhava, mal dava para suas despesas. Informou ainda, que estaria retornando de Porto Alegre, de navio, próximo ao dia 21 de agosto.

O casamento

Em Brusque, no dia 9 de outubro de 1924, Moritz Germano Hoffmann casou com Ida Willrich, que passou a chamar-se Ida Hoffmann, nascida em Brusque/SC, no dia 14 de fevereiro de 1903, era filha de Gustav Willrich e Albertina Jandt Willrich.



*Ida Hoffmann
e Moritz
Germano
Hoffmann.
Dessa união
nasceram os
filhos: Maud
Hoffmann,
Germano
Hoffmann e
Erich Hoff-
mann. Acer-
vo: Família
Hoffmann*

A padaria

Moritz Germano residia na Avenida Lauro Müller, ao lado do Sport Club Brusquense, atual Clube Atlético Carlos Renaux, onde também tinha sua padaria e confeitaria.



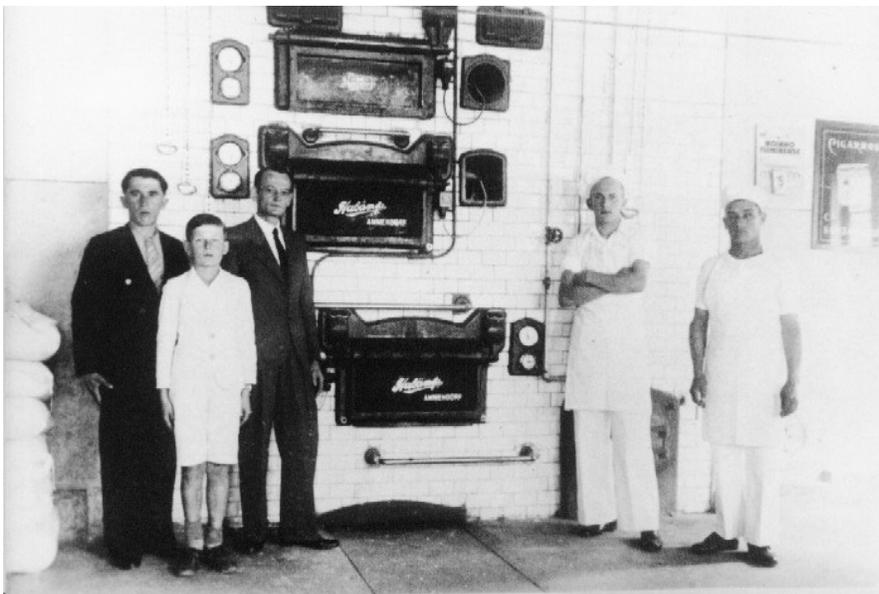
*Prédio da padaria onde foi instalado o forno importado da Alemanha.
Acervo: SAB*

Depois, mudou-se para o outro lado da rua, onde construiu nova padaria e residência, onde viveu até seu falecimento. Atualmente residem seu filho Erich Hoffmann e esposa Edith Silva Hoffmann.

O forno

O forno foi importado da Alemanha, cuja história da compra é assim contada pelos filhos Germano Hoffmann e Erich Hoffmann.

No final da década de 1930 ou início da década de 1940 quando a indústria têxtil brusquense estava se desenvolvendo cada vez mais, havia na cidade três padarias em plena atividade, cujos proprietários eram: Alfredo Koehler, situada no centro da cidade, além de bar, restaurante e choperia, frequentado pela elite da cidade; de Germano Ristow, situada na rua Hercílio Luz, conhecida como rua das Carreiras, cuja



Luiz, Germano Hoffmann, Moritz Germano Hoffmann, Ricardo Wegner e Rodrigo Farias. Acervo: Família Hoffmann

padaria ainda está em funcionamento sob direção de Erica Ristow; e a terceira de Moritz Germano Hoffmann, padaria e confeitaria, bar, café e sorveteria, estabelecida na avenida Lauro Müller, ao lado do Estádio Augusto Bauer, do Clube Atlético Carlos Renaux.

A empresa Renaux estava para construir uma padaria para atender os seus funcionários. Ao tomarem conhecimento de uma nova padaria a ser construída pelo Cônsul Carlos Renaux, os donos de padarias Alfredo Koehler, Germano Ristow e Moritz Germano Hoffmann foram conversar com o Cônsul Carlos Renaux, onde expuseram suas razões e pediram para que ele não abrisse a padaria, pois seria a falência deles.

O Cônsul confirmou que iria abrir uma padaria, inclusive já havia comprado um forno de alta qualidade da Alemanha, que já tinha pagado e o forno já estava embarcado.

No diálogo entre eles, o Cônsul concordou em não abrir a padaria, desde que eles comprassem o forno e pagassem as despesas de transporte.

Moritz Germano acabou por comprar o forno, que foi instalado pelo engenheiro João Martins Backes. No ano de 1955, quando mudaram a

padaria para o outro lado da avenida Lauro Müller, não tinham a planta. Foram contratados para mudar o forno o construtor Gerhard Rombach, [irmão da tradutora Úrsula Rombach] junto com os pedreiros Lauro Galme seu irmão.

Na transferência do forno, diante da ausência da planta, eles foram desmontando peça por peça, onde foram marcando e fazendo nova planta. Tiveram muitas dificuldades, mas conseguiram montar. A primeira fornada de pães queimou.

A mudança trouxe uma série de transtornos, conforme descreveu a esposa Ida, em carta enviada para o filho Germano, datada de 8 de fevereiro de 1955, “... ontem eles começaram a arrancar o forno. Na noite passada eles já assaram aqui do lado de cá [...]. O primeiro pão queimou e depois nada mais assou; precisaram acender o fogo por três vezes. Vamos ver se hoje vai ficar melhor.”

Na carta datada de 10 de março de 1955, Ida contou que desde segunda-feira o forno tinha fogo, mas faltava rebocar e colocar ladrilhos, que ainda faltava fazer o assoalho, o forro e levantar uma parede.

O empreendedor

Moritz Germano sempre foi empreendedor e futurista. Foi sócio-proprietário de uma oficina mecânica, elétrica, latoaria e pintura de automóveis e caminhões, localizava-se na avenida Lauro Müller. Em sociedade com Valério Walendowsky e Zeno Belli, que já tinha oficina, essa sociedade durou alguns anos.

Foi sócio-fundador da Tecelagem Argus, cuja sede era no início da rua Azambuja, com os sócios: Valério Walendowsky, Beno Schaefer e os seus cunhados, Oscar Willrich e Gustavo Willrich.

Integrou por muitos anos o Conselho Fiscal da empresa Companhia Industrial Schlösser.

Moritz Germano se aposentou e alugou a padaria para o funcionário Harry Witzke e mais tarde para Henrique Witzke, que explorou apenas como bar e lanchonete. No ano de 1968 abriu uma pequena loja de aviamentos para a esposa, Ida.

O legado

Moritz Germano faleceu na sua residência, nos braços do filho Germano Hoffmann, no dia 5 de dezembro de 1971. Sua esposa Ida veio a falecer em 16 de agosto 1987.

Moritz Germano e Ida deixaram muitos descendentes. Uma filha, Maud Hoffmann (*in memoriam*); Germano Hoffmann, casado com Lya Vianna Hoffmann (*in memoriam*) e Erich Hoffmann, casado com Edith Silva Hoffmann. Germano tem sete filhos, dezessete netos e um bisneto; Erich, cinco filhos, oito netos e cinco bisnetos.

Terminamos essa pequena biografia de Moritz Germano com os dizeres do autor e filho, Germano Hoffmann:

Meu pai, Moritz Germano Hoffmann, foi um homem simples, humilde, trabalhador, correto, religioso, empreendedor, cordial e de pensamentos positivos e progressistas. Do alto dos meus 90 anos e 9 meses de idade, posso afirmar que ele ainda é meu exemplo de ser humano, que inspira ao meu irmão, Erich e a mim, como exemplo a ser seguido e transmitimos aos nossos filhos tudo o que dele aprendemos.



Fala do Pastor Lindolfo Weingärtner no XXX Concílio da IECLB em 2016. Acervo: Portal Luteranos

Pastor Lindolfo Weingärtner: De alma para alma

Rosemari Glatz¹

“Enfrentamos a caminhada em comum com fé e coragem que, para mim, sempre foram irmãs gêmeas, e essas duas manas demonstraram ser mais importantes do que todos os outros haveres desta terra”. Pastor Lindolfo Weingärtner.

Quem é Lindolfo Weingärtner

Cidadão. Doutor. Pastor. Esposo. Filho. Irmão. Pai. Avô. Bisavô.

¹Rosemari Glatz. Natural de Taió, SC. Graduada em Administração e Pós-Graduada em Auditoria Contábil pela UNIVALI. Mestre em Administração pela FURB. Servidora Pública Federal. Professora universitária do Curso de Administração; Coordenadora do Núcleo de Estudos de Imigração Alemã, e Coordenadora do Conselho Editorial da Editora do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. Pesquisadora da imigração alemã e polonesa para o Vale do Itajaí. Co-autora do livro: Famílias de Origem Alemã no Estado de Santa Catarina. Colunista do Jornal O Município.

Lindolfo Weingärtner nasceu no dia 27 de agosto de 1923 em Santa Isabel, município de Águas Mornas, Serra do Mar, nas cercanias de Florianópolis, Santa Catarina. Filho de Robert Weingärtner e de Wilhelmina Beppler Weingärtner, ele é o nono de dez filhos de um casal de agricultores. Ainda menino, encontrou um bom amigo e mentor na pessoa do pastor local, que o encaminhou ao colégio rio-grandense que o prepararia para o posterior estudo de teologia. Formou-se na Escola de Teologia de São Leopoldo em 1948. Dedicou-se ao magistério e ao ministério em várias comunidades da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Por 11 anos foi professor de teologia na mesma instituição em que se havia formado. A partir da década de 1970 passou a dedicar-se a atividades literárias e publicou mais de 30 livros, sete dos quais na Alemanha: contos, um romance, poemas, prédicas, um comentário bíblico, uma série de livros de conteúdo doutrinário e edificante. Lá e cá, uns 30 de seus textos poéticos foram transformados em canções, passando a figurar em vários hinários e cancionários cristãos. Coordenou o trabalho de comissão encarregada com a edição do hinário revisto da IRCLB (Hinos do povo de Deus). Em 2017, com 93 anos de idade, sua ocupação é continuar espalhando sementes do evangelho – inclusive pela internet – enquanto o dia durar.

Lindolfo Weingärtner é um dos Pais da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB. Suas aulas, seus conselhos, sua pregação, sua prosa, seus versos, seus hinos, são de uma profundidade espiritual e teológica ímpar. A sua comunicação sempre é de alma para alma. Suas palavras ensinam a sabedoria de viver, seus hinos convidam ao louvor. E, quem conhece o Pastor Lindolfo, sente que em sua humildade ele mesmo é um destes sinais de paz e de graça em pessoa. Sua vida é testemunho vivo de que este mundo... ainda é de Deus. (Da Pastora Sinodal Mariane Beyer Ehrat, na capa do livro Há Sinais de Paz e de Graça)

A origem da Família Weingärtner na Alemanha

A Família Weingärtner emigrou da Alemanha para Santa Catarina em 1852. Eram originários das margens do Rio Mosel, onde a família

era produtora de vinho há mais de 400 anos. Vieram doze Weingärtner, sendo que um foi para a Colônia Blumenau tendo se instalado na região de Indaial. Os demais ficaram na região de Santo Amaro. Durante a viagem da Alemanha para o Brasil, cantavam a canção do Imigrante, que dizia: “Você quer ir para o Brasil, onde há macacos e as cobras te picam?”. Parece que a canção era um presságio, pois os avós do Pastor Lindolfo morreram em terras brasileiras em decorrência de picada de cobra.

O primeiro casamento, filhos e netos

Lindolfo Weingärtner contraiu as primeiras núpcias em Santa Isabel, Santa Catarina, aos 14 dias do mês de janeiro de 1947. Sua esposa se chamava Margret, nascida Hatzky e morava em Palhoça. Margret emigrou para o Brasil quando ainda era criança na companhia dos pais Felix e Emma Hatzky.

A jornada comum foi abençoada pelo Pastor Dübbers e o texto da alocação bíblica mencionou Romanos 16:3 e dizia: “Saudai Priscila e Aquila, meus cooperadores em Cristo Jesus”. Foi uma mensagem forte para o casal, um lembrete inesquecível, tanto no próprio dia da bênção matrimonial, como no compromisso santo em que se baseia o próprio ministério. Lindolfo seria “Aquila” e Margret seria “Priscila”, cooperadores dos apóstolos. Aquela pregação seria sempre lembrada pelos dois.

O jovem casal iniciou sua jornada comum sem muito lastro material e foi morar em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, onde Lindolfo continuou os estudos e as atividades de professor de grego e geografia, e Margret conseguiu uma colocação no Jardim de Infância da igreja. Em março de 1948 Lindolfo fez o exame teológico e, em seguida, o casal se mudou para Timbó, Santa Catarina, onde seria pastor adjunto, ao lado do pastor Johannes Blümel.

Em março de 1949, por questões de saúde, o Pastor Lindolfo Weingärtner foi transferido temporariamente para Ituporanga (SC), onde, em dez de junho de 1949, nasceu o primeiro filho do casal: Martin, que seguiu os passos do pai e também se formou Pastor.

Restabelecido, o Pastor Lindolfo aceitou proposta e assumiu a di-



Coquetel por ocasião da Ordenação ao Ministério Pastoral do P. Lindolfo Weingärtner. Acervo: FCB/IECLB

reção do Ginásio Evangélico de Panambi, no Rio Grande do Sul, para onde a jovem família se mudou em abril de 1950. Em Panambi, no dia 9 de maio de 1951, nasceu o segundo filho, Walter Lindolfo.

Depois de três anos de magistério, com saudades do ministério pastoral, em fevereiro de 1953 voltou para Santa Catarina, onde assumiu o pastorado de Itoupava Central, Blumenau. Lá nasceu a terceira filha do casal, Margret, em 29 de novembro de 1954.

Em abril de 1955, a família mudou-se para Brusque. De agosto a novembro de 1975, Pastor Lindolfo fez um estágio de quatro meses no Texas, numa permuta de obreiros da igreja, patrocinada pela igreja luterana dos Estados Unidos.

Em 18 de outubro de 1958, nasceu a quarta filha do casal, Ruth.

Em fins de 1968, fez doutorado em Erlangen, na Alemanha, num semestre sabático, pois já havia escrito sua tese no Brasil.

Em fevereiro de 1972, Pastor Lindolfo assumiu o pastorado em Joinville, centro. E em setembro de 1975, em função do seu precário estado de saúde, ele se aposentou e a família voltou a residir em sua casa em Brusque.

Entre 1973 e 1977 casaram-se os quatro filhos de Lindolfo e Margret

e, entre 1974 e 1990, nasceram seus 12 netos. Filhos, netos e bisnetos hoje estão espalhados pelo Brasil, na Alemanha e Austrália, mas o afeto que os une faz as distâncias encolherem.

Em 1987, Lindolfo e Margret mudaram-se para a casa do filho Martin, em Ituporanga, porque Oma Margret já há tempo vinha se tratando de câncer e tinha sido acometida de leve derrame.

Em 3 de junho de 1989, Oma Margret chegou ao fim do caminho de sua vida. E o Pastor Lindolfo ficou morando mais um ano com filhos e netos, em Ituporanga.

É isto que significa reconhecer Deus de forma apropriada: apreendê-lo não pelo seu poder ou por sua sabedoria, mas pela bondade e pelo amor. Então, a fé e a confiança podem subsistir e, então, a pessoa é verdadeiramente renascida em Deus. Martin Lutero

O casamento com a aluna confirmanda de 1945

Em fevereiro de 1991, Pastor Lindolfo uniu-se em segundas núpcias com Erna Jönk, nascida em Brusque no dia 7 de agosto de 1931, filha de Ludwig Maximilian (Max) Jönk e Bertha Maria Fürbringer Jönk. Erna havia sido confirmada pelo Pastor Lindolfo no ano de 1945 e a graça de Deus permitiu que o casal se reencontrasse na maturidade da vida para experimentar o declinar do dia em paz no sítio onde vivem, em meio a bosques, canteiros e lagos, passarinhos e borboletas.

A história do reencontro é interessante. Em 1990 seriam comemorados os 45 anos de confirmação da turma de Erna Jönk e o Pastor Lindolfo foi convidado para participar das festividades comemorativas. Viúvo desde junho de 1989, foi nesse dia que os olhares de Erna e Lindolfo brilharam de forma diferente. Era novembro. Começou a troca de cartas e em fevereiro de 1991 se casaram. Iniciava-se, ali, uma nova fase da vida e em princípio de agosto de 1992, Erna e Lindolfo viajaram para a terra dos antepassados Jönk, na Alemanha.

Ela já tinha ido até Flensburg em outras oportunidades em busca das suas raízes, mas aquela viagem foi especial. Segundo Erna “Flensburg é uma cidade agradável, situada às margens da Flensburger Förde, uma

baía da Ostsee, do Mar Báltico. Esta baía é um porto natural, e por muito tempo foi um dos principais portos da Alemanha. Hospedamo-nos no Hotel “Stadt Hamburg”, situado no centro da cidade. Passeamos pela cidade, visitamos igreja, fomos ao Pastorat e cumprimentamos o Pastor. Um dia, fomos a pé para Königsförde. Era tempo de colheita. Encontramos vários tratores com caçambas cheias de grãos. O sol brilhava, e o vento soprava como é comum na região. À beira do caminho, amoras suculentas sorriam para nós, e eu e Lindolfo nos servimos à vontade”.

Era dia 7 de agosto, aniversário de Erna. Lindolfo a presenteou com um lindo buquê de flores. Naquele dia foram a Flensburg de trem. Certamente, foi um singular presente de aniversário! E assim passaram alguns dias bem agradáveis lá na terra dos avós de Erna Jönk. O tempo passou rápido e em 2017, o casal já comemorou 26 anos de casamento.

Ao se referir a sua esposa, o Pastor Lindolfo diz:

Experimento o declinar do dia na paz de Deus, ao lado de minha querida esposa Erna, com a qual Deus me presenteou. Assim está chegando ao fim o caminho de minha vida. O círculo continua aberto. Deus vai fechá-lo definitivamente em seu Reino, depois de transformar a sua criatura imperfeita. Louvado seja o seu nome!

Síntese Profissional

Preparando-se para estudar Teologia e ingressar no pastorado, Lindolfo Weingärtner foi estudar em São Leopoldo no Instituto Pré-Teológico, mas teve que interromper o curso em 1942, quando foi convocado, junto com outros alunos, para exercer o trabalho pastoral nas comunidades, cujos pastores foram proibidos de trabalhar pelo decreto de nacionalização. Iniciava ali uma brilhante trajetória como pastor, professor de teologia, escritor respeitado e poeta admirado.

Em 20 de outubro de 1942, foi mandado pela primeira vez para uma comunidade pela Igreja. Depois de um rápido preparo superficial de 15 dias, foi mandado para São João da Reserva, São Lourenço e Pelotas. Lindolfo tinha, então, 19 anos, mas com aspecto de 16.

Ao referir-se às dificuldades vividas pela Igreja Luterana naquele tempo, o Pastor Lindolfo diz:

aquele momento foi a grande crise da Igreja Luterana no Brasil e se deu na Segunda Guerra Mundial. A nossa igreja estava muito ligada à Igreja e à cultura alemãs. Em casa só se falava o alemão, e nas igrejas o português quase não tinha vez. Num certo tempo, havia 34 pastores presos em campos de concentração. Éramos uma igreja de pastores, que sem pastores não funcionava. De repente, por causa da situação política de então, pastores foram tirados de circulação e proibidos de trabalhar, de atuar. E as comunidades ficaram órfãs. Não podia haver culto, porque os pastores que não estavam trancafiados não falavam o português, só alemão. E alemão era proibido. A igreja tinha caído numa situação contraditória que ela não sabia mais como resolver. Pessoas aconselharam a abandonar as comunidades da serra e a área rural e a manter só as comunidades dos centros. Mas surgiu a ideia do pastor Hermann Dohms de convocar os 20 formandos do Instituto Pré-Teológico. Tudo rapaziada de 19, 20 anos de idade, que receberam uma rápida preparação de emergência de três semanas para o pastorado. Naquele momento, houve muitas críticas, mas a decisão se mostrou acertada.

Perguntado sobre as dificuldades desses anos de guerra, ele conta:

Depois de cursar o Instituto Pré-Teológico, que era um colégio humanístico, germânico, com muito grego e latim, mas não tínhamos preparo teológico especial para o ministério, eu me virei, aprendendo a pregar com a própria comunidade. A comunidade foi meu curso de pastorado. A comunidade e a Bíblia”. (extraído do texto Evangelho é dinamite, publicado no Portal Luteranos).

Hoje, não dá para imaginar a crise de 1942-1945. Antes, os membros da Igreja Luterana eram tolerados e respeitados. De repente, ficava bem falar mal deles. Prendê-los. Judiá-los. Os membros da igreja apanharam. Em sua garganta, foi-lhes empurrado um cano de fuzil com óleo de motor, fazendo-os engolir. Poderíamos dizer: mas isso foi por causa do evangelho. O cristão tem que sofrer. Mas não foi por isso. A perseguição foi porque nós não soubemos, nos 100-150 anos de existência da comunidade da Igreja Luterana no Brasil, espalhar o evangelho para os caboclos e para os que não falam o português, nós não soubemos ser missionários, não fomos capazes de entrar na vida deles, e assim isso pôde acontecer.

A falta de interesse, de amor pelo próximo, de contato dos cristãos luteranos, quebra o crescimento do evangelho. Tudo é possível quando alguém tem amor e a nossa igreja conseguiu passar por

tudo isso, passou por essa crise. Isso é um dom de Deus. Mas nós não devemos desprezar o ‘retrovisor’. Temos que olhar e ver os nossos próprios erros e as nossas vantagens.

Marco da Carreira: enterro do Cônsul Carlos Renaux

Era 1945. Tempos difíceis na precoce trajetória profissional de Lindolfo Weingärtner e é exatamente ali que ele experimentaria o momento que marcaria sua relação com Brusque para sempre ao ser chamado para realizar o sepultamento do velho Cônsul Carlos Renaux.

O Pastor Lindolfo trabalhava numa comunidade do interior de Ibirama, e nos conta como foi aquela experiência única:

O Cônsul era uma pessoa muito relacionada e para o seu sepultamento viriam pessoas muito importantes. Viriam muitas autoridades, inclusive o Governador do Estado de Santa Catarina. Viria o Bispo de Florianópolis, porque a mulher do Cônsul era católico. Também viriam muitos parceiros de negócios espalhados pelo Estado.

Não se achou, num raio de 100 quilômetros, nenhum pastor que soubesse português suficiente para fazer o sepultamento do Cônsul. Então foram me buscar para realizar o sepultamento do Cônsul, pois eu era dos poucos pastores da Igreja Luterana que falava o português. Eram dois homens de Brusque: Alfredo Keller e Walter Appel. Chegaram num carro, por volta das 16h. Era fim de tarde de domingo, e eu estava numa comunidade no interior de Ibirama (SC) celebrando o culto. Eles disseram: não podemos voltar sem o senhor. O senhor tem que ir conosco. Fui sequestrado (risos). Viajamos a noite toda e, chegando a Brusque, dormi algumas poucas horas na casa do Cônsul. Na manhã seguinte, tive uma surpresa quando subi o morro da Igreja Luterana do Centro de Brusque. Eu vi que a igreja estava cheia de brasileiros. Era a primeira vez que isso tinha acontecido, pois até então lugar de brasileiro não germânico não era lá.

Havia aproximadamente 10 mil pessoas no sepultamento. Aí pensei comigo mesmo: será que eu posso pregar a minha mensagem simples, de ser do centro do rio e não da margem esquerda ou direita, que uso no sepultamento de um colono? Decidi que sim.



Cortejo funerário do Cônsul Carlos Renaux em 1945. Acervo: SAB

Então primeiro eu falei um pouco sobre os benefícios que o velho Cônsul tinha deixado na cidade. E eram muitos, pois ele era mão-aberta mesmo. E depois eu disse: Mas isso tudo agora é passado. Ele agora está perante Deus como um pecador que necessita da graça do Senhor e nada mais o pode salvar. E fiquei abismado quando depois do sepultamento o Governador pediu para falar algumas palavras comigo e disse que, intimamente, ele pensava assim também. Isso tudo ajudou para quebrar a barreira de contato que quebra o crescimento da igreja.

Após o término da guerra, Lindolfo Weingärtner ingressou na Escola de Teologia, recém-inaugurada em 1946. Fez parte da primeira turma de formandos desta Faculdade, onde se formou em 1948.

Em 1948 trabalhou como pastor em Timbó (SC), e em 1949 em Ituporanga (SC).

Em 1950 assumiu a direção da Escola Evangélica em Panambi (RS).

Em 1953, voltou a atuar em comunidade, desta feita em Itoupava Central, depois em Brusque (SC).

No ano de 1960 o professor e pastor retornou à Faculdade de Teologia como professor e passou a lecionar na cadeira de Teologia Prática, onde trabalhou por 11 anos, período em que fez o doutorado na Universidade de Erlangen na Alemanha, versando sobre Umbanda, publicado em

1969. Ele foi o primeiro docente brasileiro, de tempo integral, a ministrar aulas em português na Faculdade de Teologia. Além de professor, Lindolfo Weingärtner também foi reitor da Faculdade de Teologia.

De 1972 até 31-07-1975 atuou na Paróquia da Paz em Joinville (SC), seu último campo de trabalho, antes da aposentadoria. O pastor encerrou sua carreira prematuramente, aos 54 anos, por conta de problemas de saúde, vivendo desde então em Brusque.

A vida do Pastor Lindolfo na igreja luterana brasileira se confunde com a própria história da IECLB. Ao se manifestar sobre o assunto, ele diz:

Ao longo de minha própria biografia, a igreja se foi aglutinando em torno da pessoa de Hermann Dohms. Eu fui um pupilo de Dohms. Quisesse ou não, eu era parte do processo de formação da igreja. Vejo uma linha na evolução da igreja. Partimos de um particularismo, de comunidades e sínodos onde cada comunidade e cada sínodo queriam a sua própria coisa e não se interessavam pela causa de um evangelismo brasileiro, que tinha a missão de trabalhar, de evangelizar de dentro para fora. Isto me parece muito claro hoje: tanto a partir da própria direção da IECLB, que vê a função missionária da igreja, como também de movimentos dentro da igreja e das próprias comunidades, me parece assegurada que a dimensão missionária da igreja foi descoberta e redescoberta e não desaparecerá mais da história. O fato de o Brasil ser um país de dimensões continentais oferece oportunidades, mas também tremendas dificuldades. Penso que a divisão do Brasil em sínodos, comunidades e paróquias — essa estrutura antiga da paróquia — não se adapta, por exemplo, ao norte do país, onde uma paróquia, às vezes, tem a dimensão de um estado. Entendo que aí se oferecem outras possibilidades: pastores que viajam, que deixam uma equipe local, preparada para gerir a comunidade em todos os sentidos, por exemplo (extraído do texto Evangelho é dinamite, publicado no Portal Luteranos).

Livros publicados

Conhecido como pastor e professor, poeta e escritor, ele escreveu diversos livros, dentre eles “Fui confirmado, e agora?” (do qual já foram publicadas mais de vinte edições). Tem vários títulos publicados

no Brasil e no exterior. Perguntado sobre como desenvolveu esse dom que recebeu de Deus, ele nos conta:

Já quando criança tinha esse dom e compus poemas com dez anos, coisa de criança, é claro. Mais tarde, esse dom natural foi desenvolvido. Eu ajudei, já no final dos anos 50, equipes a retraduzirem os hinos do antigo hinário. Com a edição do novo hinário fiz uma série de traduções do alemão (30 ou 40) e do inglês ao português. Criei coragem para também criar letras próprias. Não pensei em hinos. Foram poemas cristãos, que depois foram descobertos por músicos e pessoas que tinham o dom de criar melodias novas e foram transformados em hinos. A mesma coisa aconteceu com publicações minhas na Alemanha. Aqui no Brasil, acho que 14 letras minhas foram se transformando em hinos. Estão no hinário Hinos do Povo de Deus, que nós usamos em nossos cultos (extraído do texto Evangelho é dinamite, publicado no Portal Luteranos).

Pastor Lindolfo tem larga experiência como poeta cristão, com diversos hinos publicados no hinário, entre eles “Meu irmão, tu precisas falar com Jesus”; “Há sinais de paz e de graça”; “Na casa de Deus há paz”; “Da terra a plenitude” e muitos outros.

Alguns livros do Pastor Lindolfo Weingärtner:

Ciência e Fé – Heureka, aleluia (pdf) (Publicado no site do Pastor: www.lindolfow.com);

Em Diálogo com a Bíblia – Filipenses (comentário)

Lançarei as Redes – Prédicas

Parábolas da Vida – breves devoções ilustradas

Sob o céu aberto – Poemas

Orações do Povo de Cristo – Orações do passado

Pai Nosso – refúgio e escola de oração

Flores do Jardim de Agostinho – A voz de um Pai da Igreja

Facetas da Vida Ensaando Obediência

Tempo de Plantar

Cem perguntas e 99 Respostas

O que eu creio – bases da fé cristã

Fui confirmado, e agora? Orientação para jovens

Dialogando com Deus – Orações

Orações para jovens cristãos
O evangelho segundo Lucas - em versos
Orações para a Família Cristã
Dez sermões de Lutero
O canto do sabiá – contos cristãos (ficção)
O manifesto de Curitiba – nossa responsabilidade pública
O verdadeiro tesouro da igreja – Teses de Lutero, comentadas
Pérolas para o seu cotidiano – Palavras de Martim Lutero
Sabedoria do Povo de Deus – seleções do livro Eclesiástico
Inni, um menino da roça – memórias de minha juventude
Kein Wort reimt sich auf Mensch
Netz der Hoffnung
Einer soll heute dein Nachster sein
Wer gesehen hat, muss schreiben
In Gott kommt unsere Zeit zum Ziel
Indagado sobre a literatura que considera que deve ser destacada,
o Pastor Lindolfo nos diz:

Eu mesmo valorizo muito um sermonário, uma coleção de sermões que acompanham o ano eclesiástico, no qual depus um pouco a minha linha teológica. Procurei ser fiel aos textos bíblicos e passar a mensagem do evangelho para leitores simples, pensando também nas pessoas que querem servir na comunidade, para elas usarem o livro como auxílio para crescer e eles mesmos se tornarem mensageiros da palavra. Os sermões foram de fato lidos em cultos dirigidos por leigos. Com isto, estes aprenderam a lidar com a palavra pregada e foram se encorajando a formular suas próprias pregações. Publicado em 79 e reeditado 14 anos depois, continua sendo atual. Depois destaco o livrinho O que eu creio, que é mais dogmático, mais um catecismo, pequeno, mas serve também para formular o dogma cristão nas comunidades, com pessoas simples que querem descobrir a essência da fé cristã. No total foram mais de 20 publicações, a maioria brasileiras e cinco alemãs (extraído do texto Evangelho é dinamite, publicado no Portal Luteranos).

Em 2003, o pastor Lindolfo Weingärtner foi homenageado em livro quando, em 27 de setembro, foi lançado em Brusque o livro comemorativo ao seu 80º aniversário. O livro “Há Sinais de Paz e de Graça”

foi organizado por João Pedro Bruckheimer e contém artigos, prédicas, reflexões e saudações de colegas, amigos e alunos do homenageado, que enfocam grande diversidade de temas da teologia e da vida eclesial.

Professor, escritor, poeta, músico – quantos títulos e funções mais – sempre, sempre pastor. Em tudo, amor e cuidado pelas ovelhas que lhe foram sendo confiadas por sucessivos envios e vocações



Homenagem em Livro “Há Sinais de Paz e Graça”. Brusque, 2003. Acervo: FCB/IECLB

da Igreja. (Palavras do Pastor Dr. Walter Altmann ao se referir a Lindolfo Weingärtner, por ocasião do lançamento do livro Há Sinais de Paz e de Graça).

Pastor Lindolfo Weingärtner: Deus me manda falar

Eu estou com 93 primaveras. Eu sei que o meu tempo passou. Estou pronto para o grande mistério. O grande milagre do reino de Deus. Mas eu gostaria de deixar um testemunho claro. Eu sou do centro do evangelho, onde corre o rio, a mensagem de Deus, onde o sedento bebe água. Não da margem esquerda onde alguém cavou uma poça, ou da margem direita onde os barulhentos estão chamando a atenção. Mas do centro, onde realmente corre o rio, onde corre a mensagem que Deus mandou e onde ele manda qualquer sedente beber água. Igreja missionária que, com prazer e com alegria, espalha a semente boa que Jesus Cristo deixou para nós. Então que eu possa deixar essa semente para a Igreja e para vocês todos. Deus permita que essa Igreja se ache a si mesma. Deus me manda falar e dizer que vos ama. Em nome de Cristo, amém.

Referências

- FCB/Fundo Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.
Portal Luteranos.
Jornal O Caminho.
NASCIMENTO, Marcos Ramos do. O Evangelho é Dinamite, Testemunha Lindolfo Weingärtner. Portal Luteranos, 01-12-2000.

Gazeta Brusquense

Orgão em prol dos interesses do municipio de Brusque
Estado de Santa Catharina

Preço de annuncios:
100 réis para a linha pequena dividida em 4
partes. Descontos pelas repetições. Só a di-
heiro sem excepção.

Endereço telegraphico: Gazeta

Apparece semanalmente aos sabbados. Assig-
natura em Brusque, Itajajé e Blumenau 5\$.
Trimestral 1\$500. Nos demais lugares do In-
terior 6\$, no Estrangeiro 9\$000.

No. 43

III anno

Brusque, Sabbado 31 de Outubro de 1914.

A „Gazeta Brusquense“

que ja tem uma vida de tres annos e
pulsante vençido as doenças da infancia
vem hoje diante dos seus leitores de ori-
gem latina em idioma vernaculo.

A composição e mixtura dos habitantes
em nosso querido Municipio e tão feliz
que nella encontramos uma parte de ori-
gem da Lusitania, um outro tanto de ori-
gem teuta e o ultimo terço oriundo da
bella Italia. Portanto nada mais justo é
que a todos se ministra as novidades do
mundo, do nosso amado Brazil, do Esta-
do de Santa Catharina, dos Municipios
vizinhos e principalmente do nosso, igual-
mente a todos, porque todos os concei-
ções tem o mesmo interesse em saber o
que da notavel passa „intra muros et
foras“ toda nossa população de
língua vernacula.

sustentar com honra e cada vez tomar
maior incremento.
Venham pois todos os latinos assignar
a modesta folha, criada unicamente em
prol e progresso desta bella porção de
terra, berço dos nossos filhos, e que se
chama Brusque!

A grande Guerra européa.

Quatro quintos de Lou-
vain intactos

Quem o julgaria, após as noticias offi-
ciaes da Inglaterra, e os commentarios da
imprensa, que a maior parte de Louvain
estivesse intacta? É um facto porém que,
segundo os europeus que 4/5 de

a administração do exercito allemão. As-
signado: A. Noyez.

O Correspondente da Kölnische Volks-
zeitung, que foi a Louvain, novamente
deserve o que já ficou constatado offi-
cialmente, que a população civil, tendo
sido previamente armada e vendo subir
perto da estação ferroviaria um foguete
azul, rompeu o fogo ao mesmo tempo
que as tropas de Aruerpia fizeram sua
investida contra os allemães, que assim
estiveram entre dois fogos.

Diz a mesma testemunha, de vier, que
todas essas preciosidades como sejam a
Camara Municipal, a Igreja de S. Paulo,
os conventos e monumentos da cidade,
ficaram conservados. O artigo é assi-
gnado: Georg Goels.

Termino com a declaração dos jornal-
istas norte-americanos:
„Declaramos unanimemente, em abor-
do verdade, falsas as notícias sobre
brutalidades allemãs, em quanto nos
possivel fazer observações. Tendo
do duas semanas no exercito alle-
manhando as tropas por mai-
facto não se achamos

Gazeta Brusquense: Primeiro Jornal em Língua Portuguesa de Brusque e a Defesa do Pangermanismo

João José Leal¹

Introdução

O Projeto Colonial de Brusque: Povoamento do Vale e Implantação de uma Atividade Rural Baseada na Pequena Propriedade

O projeto colonial do Vale do rio Itajaí-Mirim teve como objetivo imediato o povoamento da região, até então completamente inexplorada e desabitada. Mas, havia também o objetivo maior de promover o desenvolvimento de uma colônia agrícola baseada em pequenas propriedades, a exemplo do que acontecia no Itajaí-Açu. Cumprindo esse

¹ Doutor em Direito Penal. Promotor de Justiça e Professor de Direito Penal aposentado.

projeto oficial, a Colônia Brusque², fundada em 1860, por imigrantes alemães e mais tarde por poloneses e italianos conheceu um rápido crescimento demográfico. Sua população que, no ano de 1877, já ultrapassara a cifra dos 8.110 habitantes, continuou aumentando para, no final do século 19, chegar ao número de 14.929 colonos.³

Por outro lado, não se pode dizer que, até o final do século 19, Brusque tenha conhecido um extraordinário crescimento econômico. No entanto, é possível afirmar que cumpriu, razoavelmente, o projeto colonial de ocupar a vasta região do Itajaí-Mirim, para implantar em suas terras acidentadas uma atividade agropecuária do tipo familiar, desenvolvida por pequenos proprietários rurais.⁴

No ano de 1892, Brusque conheceu a sua primeira tecelagem. Outras duas foram fundadas em 1911 e 1922, para transformar o perfil da economia da cidade.⁵ Essa mudança, ocorrida no final do século 19 e

² Sua denominação oficial foi Colônia Itajahy, certamente, em razão de seu território estar situado entre os rios Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim. No entanto, desde o início de sua fundação foi chamada de Colônia Brusque, em homenagem ao então presidente da província de Santa Catarina, Carlos de Araújo Brusque. Esse fato pode ser comprovado no texto do primeiro Relatório, sobre a chegada dos imigrantes e as atividades aqui desenvolvidas. Ao final do Relatório, como de praxe, o diretor, Barão de Schneeberg, saúda o presidente da Província e registra local e data do documento: “Colônia Brusque, no Rio Itajahy-Mirim, 31 de agosto de 1860”. Em todos os demais documentos, o Barão sempre fez questão de usar a denominação “Colônia Brusque”. Os documentos relativos ao período colonial podem ser consultados na Casa de Brusque, agora na versão digitalizada.

³ SEIFERTH, Giralda. *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Brusque. Movimento/SAB, Coleção Documentos Brasileiros, v. 5, p. 44. Os números se referem à população de toda a vasta área colonial, que abrangia os distritos da sede (Brusque e Guabiruba), Porto Franco, Cedro Grande e Nova Trento, distrito desmembrado e emancipado em 1892.

⁴ Sobre o crescimento econômico de Brusque, especialmente, do período colonial até as primeiras décadas do século 20, ver: SEIFERTH, Giralda., ob. cit. p. 57 e segs. (caps. 2 e 3). Para a autora, até o advento da atividade industrial, a economia colonial baseava-se numa agricultura de subsistência praticada por pequenos proprietários rurais. O excedente da produção agrícola acabava nas mãos dos donos dos primeiros armazéns, os “vendeiros”, estabelecidos na sede da Colônia ou nas suas proximidades. Os vendeiros controlavam a produção dos colonos, mediante um comércio de trocas, guardavam as suas economias e eram os únicos que, no contexto da Brusque colonial, “tinham condições de acumular capitais que não fossem restritos à pequena propriedade agrícola” (p. 152-153).

⁵ Até o encerramento de suas atividades, essas três grandes empresas do ramo têxtil

que continuou nas duas primeiras décadas do século passado, consolidou o processo de industrialização da economia brusquense. Como consequência, surgiu um período de prosperidade econômica, política e social, que se fez notar, principalmente, na área urbana do município, cuja população ainda era majoritariamente rural.⁶

Assim, não surpreende que, embora tardiamente em relação a outras cidades catarinenses, Brusque tenha conhecido, nessa época, o seu primeiro jornal impresso. A cidade havia crescido demográfica e economicamente para justificar a fundação de seu primeiro periódico.

Imprensa em papel: até o advento da radiodifusão, o jornal impresso foi o único meio de comunicação

Até o advento da rádio difusora e, mais tarde, da TV, que revolucionaram os meios de comunicação, o jornal impresso cumpriu a relevante função social de informar, noticiar e registrar para a posteridade os mais importantes fatos políticos, econômicos e culturais da vida de uma nação e do cotidiano de uma comunidade local.⁷ Esse monopólio de mais de um século criou a palavra “imprensa”, com significado

controlaram e monopolizaram a atividade econômica brusquense. A Fábrica de Tecidos Carlos Renaux, a primeira indústria têxtil de Brusque, em Santa Catarina, teve falência decretada em 15 de julho, encerrando uma história de 121 anos. O Estadão: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-fim-de-uma-historia-centenaria-na-industria-textil-imp-,1063072>, A Companhia Industrial Schlösser, fundada em 1911 encerrou suas atividades “em fevereiro de 2011, numa forma triste de celebrar o centenário” (<https://blogaboina.com/2017/06/01/em-brusque-a-historia-da-schlosser-sob-os-cuidados-da-havan/>). A tecelagem Buettner S. A., nos anos de 1970, chegou a empregar 2 mil funcionários. Depois de ingressar num processo de recuperação judicial que durou 5 anos, requereu falência em abril de 2016 e teve seus bens leiloados em agosto do mesmo ano (http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/dc_nos_47/).

⁶ Sobre a fundação da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux e o processo de industrialização da economia brusquense, ver: SEYFERTH, Giralda, ob. cit., p. 129 e segs. ADAMI, Saulo e ROSA, Tina. *Brusque Cidade Schneeberg*. Brusque, 2005, S&T Editores, p. 367 e segs.

⁷ A *Gazeta do Rio de Janeiro*, fundada em 10 de setembro de 1808, foi o primeiro jornal impresso no Brasil. No entanto, o jornalista Hipólito José da Costa já havia lançado, em Londres, o *Correio Braziliense*, no dia 1º de junho de 1808, data hoje considerada como o Dia Nacional da Imprensa brasileira. <https://seuhistory.com/>.

restrito à atividade profissional e empresarial de se editar e publicar um jornal impresso.

Com a radiodifusão e a televisão é que a palavra ganhou uma acepção mais ampla, ao lado da expressão sinônima “meio de comunicação social”, com a informação nos chegando, também, pela palavra oral das ondas radiofônicas e da imagem televisiva. Agora, cada vez mais, é a onda poderosa dessa infinita rede mágica chamada internet, que nos permite uma comunicação livre e sem fronteiras nacionais com o mundo, literalmente, na palma das nossas mãos.

O fato é que o jornal impresso, até o momento da consolidação do rádio⁸ e da TV como meios de comunicação, foi um importante registrador da memória histórica de uma sociedade nacional, de uma comunidade local e seu povo. É verdade que a literatura, desde sua milenar origem, também constitui um valioso registro da história da humanidade. No entanto, embora não se possa falar em neutralidade nem oficialidade, penso que o registro realizado pela imprensa tem caráter menos pessoal, uma vez que comprometido com a linha editorial do jornal.⁹

Assim, podemos afirmar que as páginas dos jornais impressos constituem importantes fontes de pesquisa para se conhecer os principais fatos da vida política, econômica e social. Penso que essa importância se torna maior quando o objeto do estudo tem seu foco concentrado na vida de uma comunidade local, que tenha o seu jornal impresso editado diário ou semanalmente.

⁸ Deve-se ao médico Roquete Pinto, a iniciativa de se criar a primeira emissora de rádio brasileira, a PRA-2, com o nome de Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e que começou a operar em setembro de 1922. No entanto, a chamada Época de Ouro do rádio brasileiro aconteceu a partir dos anos de 1930, estendendo-se até o final dos anos de 1960. www.abert.org.br/web/index.php/quemsomos/historia-do-radio-no-brasil

⁹ É preciso assinalar que a principal fonte da ciência histórica é a documental, no sentido amplo que o conceito de documento assume, hoje: instrumento de registro de tudo o que foi produzido pela humanidade no tempo e no espaço, ou seja, a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento histórico. Sobre o conceito de fonte histórica, ver: GIORDANI, Mário Curtis. *História da Grécia. Antiguidade Clássica, I*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 13 e segs.

Brusquer Zeitung - Primeiro Jornal de Brusque e a Defesa do Pangermanismo

Vimos acima que Brusque só conheceu o seu primeiro jornal impresso, tardiamente, no começo do século passado, quando outras cidades do Estado de Santa Catarina¹⁰ já editavam jornais desde a segunda metade do século 19.

O fato é que o nosso primeiro jornal, o semanário *Brusquer Zeitung*¹¹, circulou a partir de janeiro de 1912. Publicado em Língua alemã, defendia ardorosamente as ideias germanófilas, ideologia que contou com a simpatia e apoio de grande parte dos imigrantes alemães e de seus descendentes, até o final da II Guerra Mundial.¹²

Certamente, as comunidades de origem portuguesa e italiana não viam com bons olhos um órgão noticioso, em terras brasileiras, editado em língua alemã. É provável que a opção pelo idioma germânico tenha gerado severas críticas à direção do jornal. Especialmente, depois da eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Primeiro jornal brusquense em língua portuguesa e seu tendencioso noticiário semanal sobre a I Guerra Mundial

Assim, em 31 de outubro de 1914, já em seu terceiro ano de existência, quando o conflito bélico tomava conta da Europa, o proprietá-

¹⁰ Editado na capital Desterro, *O Catharinense* apareceu em 27 de julho de 1831 para ser o primeiro jornal da Província de Santa Catarina. O *Colonie Zeitung*, de Blumenau, circulou a partir de janeiro 1865 e *O Campeão*, jornal tijuquense, já era editado, no ano de 1885. Nesse mesmo ano, circulou, também, o jornal *A Idéia*, de Itajaí.

¹¹ Para uma análise das notícias, reportagens e editoriais publicados na *Gazeta Brusquense*, durante o período da I Guerra Mundial, consultar os exemplares, agora em versão digitalizada, arquivados na Casa de Brusque – SAB. Muitos exemplares desse período, no entanto, não foram preservados.

¹² Penso que a tragédia humana causada pelo nazifascismo, que levou o mundo ao segundo conflito bélico mundial e que custou mais de 40 milhões de vidas, enterrou de vez o forte sentimento pangermanista e, principalmente, a nefasta crença da superioridade da raça alemã, disseminada entre os descendentes de alemães do sul do Brasil e do continente sul-americano.

rio da Zeitung, Carlos Renaux, decidiu editá-la, também, em Língua portuguesa, com o nome de Gazeta Brusquense.

No editorial, o redator reconhece que a comunidade brusquense, formada por indivíduos de descendência lusitana, alemã e italiana, já estava a merecer um órgão noticioso editado na Língua oficial de nosso país. Escreveu que, superadas as “doenças da infância”, a Gazeta estava chegando à língua vernacular para atender aos “seus leitores de origem latina”. Continua o editorial, para reconhecer que “a nossa população de raça latina entende bem a língua vernácula” e que assim a Gazeta vai atender a “todos os desejos aparecendo na allemã e na língua oficial do Paíz que é a portugeza” (sic).

A expressão “doenças da infância”, não ficou devidamente esclarecida. É possível que tenha sido uma referência às dificuldades financeiras do jornal. Mas, naquela época, Carlos Renaux já se consolidara como empreendedor de sucesso e tudo indica que dispunha de boa condição financeira para manter o semanário. Creio que a expressão em referência tem outra explicação. É mais provável que as “doenças da infância” da Gazeta Brusquense tenham sido as manifestações apaixonadas, até certo ponto sectárias, de sua doentia linha editorial em prol do pangermanismo.

Com base na doutrina do “jus sanguinis” e da superioridade do povo alemão, a ideologia do pangermanismo surgiu no final do século 19. Pregava a superioridade do povo alemão e a expansão da grande pátria alemã sobre territórios onde estivessem radicados contingentes expressivos de população germânica e seus descendentes. Esse objetivo expansionista significava ampliar as fronteiras europeias do Estado alemão e alimentava o sonho de se criar colônias ou nações associadas à Grande Alemanha, em outros continentes.

No sul do Brasil, essa doutrina contou com o apoio de grande parte dos imigrantes alemães e de seus descendentes, que defendiam a ideia de se fundar uma colônia ou, até, um Estado independente, “uma república meridional teuto-brasileira”, com o apoio do Império Alemão.¹³

O jornal sempre defendeu e apoiou, com entusiasmo, essas ideias e os interesses imperialistas germânicos.

Voltando ao editorial de sua primeira edição em língua portuguesa,

¹³ ADAMI, Saulo e ROSA, Tina. Brusque Cidade de Schneeberg, ob. cit., p. 138-139.

a Gazeta deixa claro o compromisso de manter o foco de seu noticiário no campo de batalha do primeiro conflito bélico mundial. “A grande Guerra, que enlucta a velha Europa, será, como é natural, o assunto de preferência e só publicaremos notícias de cuja veracidade temos plena convicção” (sic).

Para cumprir esse propósito jornalístico, a Gazeta esclarece que contava com um correspondente no Rio de Janeiro, então capital do país, encarregado de enviar, por telegrama, as notícias e as extensas matérias sobre a Europa em guerra. O jornal afirma, ainda, o compromisso de sua linha editorial com a imparcialidade e que somente a “verdade seria propalada”, a fim de evitar a prática de uma “imprensa nociva à moral pública”.

No entanto, devido ao seu atrelamento ideológico, continuaram as manifestações apaixonadas de sua linha editorial, em prol da doutrina do pangermanismo¹⁴ e, durante os quatro anos de guerra, o jornal muito pouco escreveu sobre os fatos da vida cotidiana brusquense. Assim, deixou de cumprir sua função mais importante de ser o registrador da história de nossa cidade, num período importante em que inexistia outro veículo de imprensa para realizar a tarefa.

Primeira Edição da Gazeta Brusquense e Matéria sobre a “Grande Guerra”

Na sua primeira edição em língua portuguesa, o periódico continuou com o rosário de pregações iniciado nas páginas da *Brusquer Zeitung*, em defesa da grandeza do povo alemão e da doutrina do pangermanismo. Assim é que, ignorando o manifesto de fé em prol da “imparcialidade e, somente, da verdade”, proclamado no primeiro Editorial, a *Gazeta*¹⁵ publica extensa reportagem – A Grande Guerra

¹⁴ A Liga Pangermânica foi fundada em 1890, por Alfred Hugenberg e teve como um de seus mais destacados membros o austríaco Ernst Haase. A Liga Pangermânica tinha com um dos principais objetivos a preservação e a promoção “do caráter nacional alemão em todo o mundo, a conservação da índole e dos costumes alemães na Europa e além-mar, e a união total do *Deutschum*”... SEIFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981, p. 35-36.

¹⁵ Nem todos os exemplares da *Gazeta Brusquense*, editados durante a I Guerra Mundial (período compreendido entre outubro de 1914 e novembro de 1918), podem ser

Européa - com mais da metade da primeira página, para denunciar a propaganda mentirosa das nações aliadas, que teriam divulgado falsas notícias sobre a destruição causada pelo exército alemão, durante o ataque e invasão da cidade belga de Lovaina. Elogiava, com entusiasmo, “a disciplina e a grandeza dos soldados alemães” que, segundo o jornal, teriam evitado a destruição da maioria dos edifícios públicos e dos monumentos históricos.

Procurando minimizar a gravidade da invasão militar e querendo justificar o ataque alemão, a Gazeta afirmava que, apenas, um quinto da cidade belga tinha sido efetivamente destruída. No final, é empenhada “a palavra de honra profissional”, para dizer que tudo o que está noticiado é “a expressão da verdade”. No entanto, a cegueira ideológica dos responsáveis pelo jornal não lhes permitia enxergar que a invasão da Bélgica pelo exército alemão representou uma abominável agressão contra uma nação soberana e um crime contra a paz.

Semanalmente, o jornal continuou publicando suas apaixonadas e tendenciosas matérias e reportagens sobre a guerra, sempre apologéticas e de apoio às ações das forças militares do Império Alemão.

O Grande e Poderoso Imperador Guilherme II, Titã Invencível

Em sua edição de 4 de setembro de 1915, quando o conflito bélico completava um ano de horror e morte, a Gazeta dedicou mais da metade do espaço de suas quatro páginas para publicar uma longa matéria, com o título A Guerra. Um dos textos, de puro sectarismo doutrinário, de explícito proselitismo à doutrina pangermanista, tem a assinatura de A. Pires, pródigo no uso de frases teatrais, de palavras com forte impacto sentimental como “Pátria, Dever, Rei e Pátria, Mãe de toda a Grandeza Nacional”.

encontrados na Casa de Brusque. Faltam muitos exemplares, principalmente, aqueles do ano de 1918. De qualquer forma, quase todas as edições em língua portuguesa publicaram extensas matérias sobre a “Grande Guerra Mundial”, continuando assim o que havia sido feito pela Brusquer Zeitung que, desde o início do conflito mundial, destinou grande espaço para notícias e matérias sobre a “Grosse Kieg”, sempre se referindo às vitórias das forças militares alemãs e manifestando explícito apoio ao império germânico.

O texto é explícito em sua fanática exaltação ao mito da superioridade da raça alemã e suficientemente claro para demonstrar a equivocada defesa do jornal em favor da causa alemã. Pelo sectarismo do autor, vale transcrever parte do odioso texto:

“Sustentáculo pujante, para onde concentram-se as admirações guerrilheiras e pacíficas de um mundo inteiro: Titan, denodado Hércules, quem te poderá igualar oh! poderoso e intrépido Guilherme? Diante dos teus poderosos exércitos tremeram anglos, francos e eslavos. Diante da tua espada nobre, tremerão todas as hostes que enfrentar quiserem o teu Reno (sic) e o teu tricolor pavilhão.

Tremei, oh! humanos, porque o último soldado alemão ainda não vergou a baioneta. Salve, oh! Germânia”.

Verifica-se que o autor não esconde seu sentimento racista e preconceituoso, ao considerar os demais povos das nações aliadas fracos e incapazes, diante da superioridade militar do poderoso exército alemão. Expressando abertamente o seu fanatismo pela doutrina da grande pátria e superioridade da raça alemã, compara o imperador Guilherme II a um invencível Titã, a um inigualável Hércules.

Custa crer que o texto tenha sido publicado, quando já se podia ver que a Alemanha tinha sido, senão a única, a principal responsável pelo início da guerra.

A Batalha de Verdun e a Ilusória Vitória Alemã

Na edição de 21 de maio de 1916, outra extensa matéria de duas páginas, sobre a conhecida e trágica batalha de Verdun, na França.¹⁶ Assinada por TIKOWARA, possivelmente, um pseudônimo para ocultar sua verdadeira identidade, o autor faz uma minuciosa análise das condições e do potencial militar dos exércitos envolvidos. Começa o texto ironizando “os aliados cá da terra”, tachando-os de ignorantes, por acreditarem na derrota da Alemanha.

Citando uma frase de Frederico, o Grande, diz “que a guerra não é offício para ignorantes”. Para o fanático jornalista do pangermanismo,

¹⁶ A batalha de Verdun durou 10 meses e foi uma das mais sangrentas da I Guerra Mundial. Durante a batalha, morreram mais de 700 mil soldados alemães e franceses.

as “sábias palavras” do rei da Prússia, no entanto, serviram de lição para os simpatizantes e apoiadores das nações aliadas. Na sua tendenciosa opinião, só os estudiosos do grande conflito bélico percebiam, claramente, “que os allemães estavam se preparando para novas e victórias, nos pontos estratégicos mais importantes”. (sic)

Ignorava o jornalista ou não queria admitir que a longa batalha terminou sem grande vencedor, porque a guerra continuou mais violenta e devastadora. Mas, representou, sem dúvida, uma enorme perda para o exército alemão, já a caminho da derrota final.

Silêncio da Gazeta sobre o Torpedeamento de Navios Brasileiros e o Rompimento das Relações Diplomáticas entre Brasil e Alemanha

No dia 5 abril de 1917, o navio brasileiro Paraná foi torpedeado por um submarino alemão. No ataque, morreram três tripulantes brasileiros e o governo brasileiro rompeu relações diplomáticas com a Alemanha. A edição do dia 11 da Gazeta ignorou a grave agressão à nação brasileira e publicou longa matéria de duas páginas sobre a situação russa, em face de seu envolvimento na guerra e, principalmente, da tumultuada e explosiva situação política interna, que antecedeu à revolução bolchevique de outubro daquele ano.¹⁷ Sobre o afundamento do navio brasileiro, nenhuma palavra, nenhuma nota sequer.

No entanto, a edição seguinte, do dia 18 de abril, publica editorial com o curioso título Calma e Boa Vontade. Sem fazer referência ao criminoso torpedeamento do navio brasileiro, muito menos sem condenar a agressão alemã, o texto procura insinuar que não havia certeza sobre os responsáveis pelo ataque submarino. Para o jornal, “em tempos agitados, começam a correr boatos infundados”. Lançando mão do provérbio popular “EM TEMPO DE GUERRA, MENTIRA COMO TERRA”, a Gazeta proclama que é “sacro dever de cada cidadão patriótico combater taes mentiras”. Enfim, promete, como sempre,

¹⁷ É um longo artigo, transcrito do New Yorker Staats-Zeitung, intitulado Os Preparativos da Revolução na Rússia – A Guerra entre a Duma e o Governo Russo. A matéria é assinada por Dr. Max Theodor Behrmann.

que “tudo o que acontecer de importante, no país e no exterior” será publicado pelo jornal.

Ainda na primeira página, a Gazeta transcreve o texto da Resolução do presidente da República brasileira com a decisão de romper as relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha.

Continuando sua posição contrária aos aliados, que não lhe permitia admitir a responsabilidade da Alemanha pelo afundamento do navio Paraná, a Gazeta publica mais um editorial sobre “A Audácia Inglesa nos Mares Neutros”.¹⁸ A notícia refere-se a uma ação da marinha inglesa, que teria abordado um navio norueguês para prender dois tripulantes alemães. O objetivo da matéria, no entanto, é claro: confundir o eleitor e insinuar que os ingleses, que dominavam os mares, seriam os responsáveis pelo torpedeamento do vapor brasileiro.

As edições de maio de 1917 continuaram publicando notícias sobre a guerra, já sem o entusiasmo e o fervor das matérias escritas no início do conflito. Mas, a Gazeta persiste em ignorar o grave ataque ao navio e ao Estado brasileiro. A edição de 30 de maio transcreve entrevista com o deputado brasileiro Muniz Sodré, publicada no jornal O Imparcial, do Rio de Janeiro. O parlamentar havia passado três meses na Europa em guerra e fala da penúria e miséria que viu na França e Inglaterra, com a fome assolando Paris e Londres, imaginando que a situação seria mais trágica na Alemanha, sitiada pelas forças aliadas. Mas, o jornal, aferrado à causa germânica, contesta o entrevistado, afirmando que, com a ocupação da Sérvia e da Romênia, apesar da escassez de alimento, as populações da Alemanha, Áustria, Turquia e Bulgária não estavam passando fome.¹⁹

Em 26 de maio, mais um navio brasileiro foi atacado por submarino alemão e o jornal manteve completo silêncio a respeito dessa agressão

¹⁸ Edição de 25 de abril de 1917. Nesta edição, é publicado o texto do manifesto da Liga de Defesa Nacional, de irrestrito apoio à decisão do governo brasileiro. Ao final, o documento conclama todos os brasileiros, “homens válidos, a se exercitarem no manejo das armas para, no momento oportuno, fazerem a defesa da pátria”.

¹⁹ Na edição de 2 de maio, é publicada matéria, assinada pelo general Torres Homem, que questiona a legitimidade e vantagem do bloqueio naval decretado pela Inglaterra e faz críticas às forças armadas aliadas. Na edição de 9 de maio, outra extensa matéria sobre os generais alemães Hindenburg, Ludendorff, Falkenhayn e Mackensen. A edição de 30 de maio publica entrevista com o deputado brasileiro Muniz Sodré, que havia passado três meses na Europa em guerra e fala da penúria e miséria.

à soberania do Estado brasileiro e ao patrimônio nacional.²⁰ No dia primeiro de junho, o Congresso Nacional decretou estado de guerra entre Brasil e Alemanha.

Apesar da enorme gravidade da ação agressiva alemã, que causou a morte de brasileiros e do significativo dano ao patrimônio nacional, as edições da Gazeta desses meses, por nós pesquisadas, guardaram injustificável silêncio sobre um ignominioso crime internacional. Na verdade, entre defender a agressão aos nossos navios e condenar a criminosa agressão bélica praticada pela marinha alemã ao Estado brasileiro, a Gazeta, fiel à sua linha editorial de defesa e exaltação aos interesses do Império Germânico, preferiu o silêncio, que significava apoio e conivência.

Torpedeamento do Navio Macau e Declaração de Guerra contra a Alemanha

Em 23 de outubro de 1917, ocorreu mais um ataque de submarino alemão, que afundou o navio Macau, de bandeira brasileira. O fato gerou uma série de manifestações de condenação ao ato de agressão, em todo o país e o governo brasileiro, após autorização do Congresso Nacional, declarou guerra contra a Tríplice Aliança.²¹

Em sua edição de 31 de outubro, a Gazeta deixou de noticiar diretamente o injustificável ataque a uma embarcação da marinha mercante brasileira. Na verdade, apenas noticiou o fato, sem manifestar sua posição, muito menos, apoio à decisão do governo brasileiro. Na mesma edição, no entanto, o jornal transcreve uma série de mensagens telegráficas, com notícias de vitórias do exército alemão contra forças militares russas.

²⁰ As edições de junho publicaram diversas matérias sobre a guerra, mas nenhuma nota de condenação ao ato bélico contra o nosso povo foi registrada pelo jornal.

²¹ O decreto presidencial foi assinado em 26.10.1917. A Tríplice Aliança, criada em 20 de maio de 1882, era formada pelo Império Alemão, Império Austro-Húngaro e pela Itália, que deixou esta Aliança, para lutar contra a Áustria, em 1915 e contra a Alemanha, em 1916. A Tríplice Entente, que ficou conhecida como Aliados, era formada pela França, Rússia e, depois, Inglaterra.

Último Ano da Guerra e Notícias de Vitórias Alemãs

Na edição de 10 de julho de 1918, quatro meses antes do final do conflito mundial,²² com a Alemanha praticamente derrotada, a Gazeta ainda publicava mensagens telegráficas divulgadas pelo governo alemão. Já não eram mais extensas matérias exaltando o imperador Guilherme II e a força invencível do exército alemão. Mesmo assim, ainda que de uma forma dissimulada, o jornal continuava a defender a causa germânica, fazendo referência a vitórias alemãs que não tinham acontecido e prognosticando outras que não viriam a acontecer, como a história acabou por confirmar.

Uma das matérias dessa edição refere-se à Batalha do Piave, na qual os italianos derrotaram o exército austro-húngaro.²³ O texto transcreve matéria de um jornalista, possivelmente, de nacionalidade austríaca, que atribui a derrota das forças militares austro-húngaras ao mau tempo. Por patriotismo exacerbado, fanatismo ideológico ou simples infantilidade, diz o jornalista que “não foram os italianos, mas as chuvas que obtiveram o triunfo”. No entanto, logo no começo da detalhada descrição do combate bélico, acaba desmentindo sua própria opinião:

“Os austríacos haviam avançado através do Piave e parecia impossível enfrentá-los, quando a chuva principiou a cair em grossas batedeiras. As pontes foram destroçadas pela água, ao mesmo tempo em que as baterias italianas alvejavam-nas constantemente. Além disso, os aviadores britânicos atacavam furiosamente, como ‘bulldogs’ raivosos os nossos aviadores. Os nossos sapadores e a nossa artilharia e infantaria tentaram em vão manter as suas posições, porém, os aviadores e as bombas aliadas eram demasiadamente numerosas” (sic).

As próprias palavras do jornalista indicam que não foram apenas as chuvas. Foram, também e principalmente, a aviação britânica, a artilharia e as numerosas bombas aliadas que causaram a derrota do

²² Do ano de 1918, apenas esse exemplar encontra-se arquivado na Casa de Brusque.

²³ A Batalha do Rio Piave ocorreu em junho de 1918 e a vitória do exército italiano, em face do ataque das forças do império austro-húngaro foi um dos fatores decisivos para derrota final da Alemanha e dos chamados impérios centrais, diante dos exércitos aliados.

exército austro-húngaro.

Considerações Finais

Durante os quatro anos de guerra, os editoriais da Gazeta Brusquense adotaram um discurso distorcido da realidade, transcrevendo, livremente, as “notícias verdadeiras”, divulgadas pela propaganda alemã. Contrariando os fatos e falseando a verdade, extensas reportagens e artigos foram publicados para exaltar uma sonhada vitória da nação alemã e a conduta honrosa do seu exército, na sua marcha inevitável para derrotar as frágeis forças militares dos países aliados.

Boa parte dessas matérias foram traduzidas e transcritas de jornais alemães ou brasileiros, muitas delas artigos assinados por jornalistas e políticos adeptos ou simpatizantes do pangermanismo, como é o caso do articulista que assinava com o pseudônimo de TIKOWARA.

Durante os quatro anos de guerra, o jornal pouco escreveu sobre os fatos da vida cotidiana brusquense. Lamentavelmente, muitos fatos relevantes daquele importante período da história de Brusque deixaram de ser noticiados e ficaram para sempre perdidos, devido a essa equivocada linha editorial do nosso primeiro jornal. Somente após o final da I Guerra é que uma maior atenção foi dispensada para a publicação de notícias da vida brusquense, com a ampliação gradativa de seu espaço reservado para a seção “Notícias Locaes”.

Mesmo assim, o processo foi lento e as quatro páginas da Gazeta continuaram reservando maior espaço para as notícias estaduais, nacionais e internacionais. Em consequência, poucas eram as notícias e reportagens mais extensas e detalhadas acerca da vida brusquense, publicadas nas edições do jornal até o começo dos anos 1920.

Infelizmente, é um período da vida de nossa cidade, cujos fatos terão que ser resgatados por meio de outras fontes históricas.

de Brusque e do Vale do Itajaí. É dirigida por uma diretoria composta por voluntários abnegados em manter o Museu Histórico. Custeada, em parte, pelo Poder Público Municipal e por um pequeno grupo de associados, o que permite apenas manter o Museu aberto ao público, busca parcerias públicas e privadas e Editais Culturais para realizar projetos de conservação, restauração e digitalização de seu precioso acervo.

A busca por recursos é um trabalho difícil, pois o envio de uma proposta não é sinônimo de aprovação. E além do mais, Editais custeiam determinadas propostas e projetos, porém a manutenção da entidade depende de parcerias, convênios e dos associados.

Para desenvolver um projeto, é importante ter uma equipe qualificada e responsável, pois todos os objetivos da proposta de trabalho devem ser cumpridos, e se algum imprevisto acontecer corre-se o risco de sofrer sanções contratuais. Isso sem contar o risco do próprio documento, pois quanto mais ele é exposto (manuseio, digitalização), mais ele é fragilizado. Desta forma, é necessário que, antes de manusear e expor documentos, a proposta de trabalho esteja muito bem planejada, elaborada e desenvolvida.

Por que digitalizar?

De acordo com Vieira (2011), a digitalização de documentos é realizada no mundo desde o final da década de 1980. A partir daí, passou-se a utilizar a tecnologia digital para a preservação da fonte original e ao mesmo tempo difundir sua leitura e pesquisa.

Documentos históricos são a representação materializada da história do homem e sua memória. Devem ser preservados e disseminados de forma segura, sem que haja prejuízos ao suporte em que estejam guardados ou armazenados.

De acordo com Paes (1997) documentos têm função importantíssima na preservação e construção da memória e do patrimônio de um povo. É o “patrimônio histórico e a memória que garantem a uma sociedade construir valores, evoluir, entender e refletir seu passado para entender relações problemáticas futuras” (VIEIRA, 2011). “Pois, se os fatos históricos não foram registrados em documentos, ou gravados ou es-

critos, aqueles fatos perderam-se” (LEFEBRE, 1971 apud LE GOFF, 2003, p. 529-530).

Por isso é necessário criar meios e técnicas para a preservação desta fonte, que permitam aumentar sua durabilidade.

Daí a importância da digitalização dos documentos históricos, pois eles são testemunhos da vida do homem fixado em um suporte perdurável. É uma prova/evidência da ação humana. Para Levy (2014) “(...) Documentos são substitutos de pessoas, são pedaços do mundo material que nós criamos para falar de nós”. É manter viva a memória coletiva e individual, caso ocorra destruição dos documentos originais, que não gere lacunas na história por falta de fonte documental.

A digitalização democratiza o acesso ao conhecimento histórico, ou seja, maior número de pessoas passa a ter acesso a estes documentos raros, além de preservar a fonte original, evitando seu desgaste com o manuseio, exposição à luz, umidade, etc. Com a digitalização, o desaparecimento da fonte histórica torna-se improvável, além do acesso fácil e rápido pela tela do computador (internet). Não apenas o pesquisador, mas toda a comunidade se beneficia com esta tecnologia, pois muitas pessoas buscam nestas fontes acontecimentos pessoais e mesmo sociais.

Objetivo de todo museu e arquivo é proporcionar aos pesquisadores, acesso a estas fontes sem que o mesmo sofra nenhum dano por causa do grande volume de pessoas que venham a manuseá-los.

Existem normas específicas que normatizam a digitalização de documentos, como veremos. Mas antes, é necessário um planejamento prévio, de tamanho, tipo de documento, resolução, configuração do scanner, sistema operacional e quem fará a digitalização. Ainda, a preparação do documento – nomeação do documento digital, inspeção das imagens digitalizadas e, finalmente, cópias de segurança.

Projetos de digitalização executados pela Casa de Brusque

Existe um grande cuidado na hora de planejar e escrever uma proposta de trabalho, pois tudo precisa ser previsto e planejado e, se for aprovado, executado. Por isso, é importante dispor de profissionais

capacitados, que tenham conhecimento na área museológica. Selecionar, higienizar, catalogar, digitalizar e acondicionar documentos, não é uma tarefa muito simples.

A Casa de Brusque possui um grande e rico acervo fotográfico e documental referente à história de nossa cidade e do Vale do Itajaí-Mirim. Vimos, anteriormente, a importância da digitalização para a preservação da nossa memória. E é este o objetivo dos diretores da Casa de Brusque: digitalizar seu acervo para, além de preservar, disponibilizar este precioso acervo para toda a comunidade.

Entre os diversos editais e prêmios culturais em que a Casa de Brusque concorreu no âmbito da cidade de Brusque e no estado de Santa Catarina, alguns deles foram selecionados e contemplados.

O primeiro projeto foi de restauração de documentos da Colônia do ano de 1860 a 1891, com recursos do Funcultural, com o título “Resgate dos Documentos Históricos do Acervo de Brusque”, realizado no ano de 2007, na gestão do Sr. Antonio Cervi, por meio do qual foram restaurados mais de dois mil documentos da época da Colônia que estavam em estado avançado de degradação. Estes documentos foram preparados para, em 2015, serem digitalizados através de outro Edital de Cultura. Importante observar que, antes da digitalização, é necessária a restauração/preparação do documento, pois se este estiver muito danificado, a digitalização vai prejudicá-lo ainda mais. É necessário, pois, um conjunto de ações para preservar o documento histórico.

Neste contexto, deve-se conservá-los em locais que mantenham condições favoráveis à sua preservação. Devem ser levados em conta temperatura, umidade, poluição, armazenamento, iluminação, sinistros. Além de agentes biológicos, fungos, insetos, etc. De acordo com o Conarq (Conselho Nacional de Arquivos) ainda seria necessário colocar os documentos históricos em ambiente com controle de umidade e temperatura, porém isso demanda um grande investimento e manutenção mensal, uma vez que exigiria que o sistema de ar refrigerado da casa teria que ser mantido em funcionamento de modo ininterrupto. A SAB, não possuindo recursos para tal, utiliza sílica-gel e outras técnicas para amenizar estes efeitos da umidade no museu.

No processo de digitalização de jornais, é utilizado scanner planetário devido ao seu tamanho (maior que A3). Como este equipamento

tem um custo mais elevado, no ano de 2014, na gestão do Dr. João José Leal, a Casa de Brusque (cedendo colaboradora e acervo) em parceria com a Fundação Cultural de Brusque (que cedeu colaborador e transporte) e o Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (cedendo espaço e equipamentos), através da Diretora do Arquivo, professora Sueli Maria Vanzuitta Petry, a quem agradecemos muito, foram digitalizados em parceria das três Instituições os jornais Brusquer Zeitung (1912 a 1917), Die Rundschau (1924 a 1937), Gazeta Brusquense (1914 a 1928), O Progresso (1929 a 1937), que atualmente estão disponíveis para consulta em um terminal de computador na Casa de Brusque. Infelizmente, por diversos motivos, este projeto não teve continuidade. Mas é objetivo da atual diretoria dar sequência a este importante projeto de digitalização de jornais, pois além de preservar a fonte primária, facilita a pesquisa para toda a comunidade.

O terceiro projeto, intitulado “Digitalizar para Preservar o Passado de Brusque”, foi financiado pelo Fundo Municipal de Apoio à Cultura, do Município de Brusque, no ano de 2014. Projeto realizado durante a gestão do Dr. João José Leal. Neste projeto, foram contratados dois estagiários sob a supervisão direta dos historiadores do museu para realizar as atividades previstas na proposta. Foram digitalizadas três mil fotografias, que podem ser acessadas através do site do Museu.

Para melhor compreensão, vamos relatar como é o trabalho de digitalização de fotografias que é realizado na SAB. Toda a atividade de manuseio se dá com uso de luvas, sejam descartáveis ou de tecido, pois é importante não tocar diretamente o documento para evitar sua deterioração. É realizada a higienização, pela qual são retirados adesivos e grampos. Se o verso possuir eventuais manchas e sujidades, essas são minimizadas ou eliminadas com uso de pó de borracha. Isso para o caso de uma higienização simples. Acaso o documento esteja a exigir um restauro, o processo é um pouco diferente e precisa ser realizado por um profissional especializado na arte.

Suplantada esta etapa, as fotografias são alocadas em um suporte de papel tríplice branco, para dar sustentação e facilitar sua catalogação. São elaboradas as legendas das mesmas, impressas e coladas na parte inferior da fotografia no suporte papel. Esta etapa exige um cuidado especial, pois se a descrição da fotografia for extraviada, ela pode perder

muito de seu valor informativo. Após realizar esse procedimento com centenas de fotografias, elas são separadas por temas, como por exemplo, arquitetura, arquitetura religiosa, centro da cidade, enchentes, e assim por diante. Realizada essa tarefa, a fotografia é então digitalizada em 600 dpi e formato TIFF (o que lhe confere elevada definição de cores e facilita o intercâmbio de plataformas de tecnologia da informação existente). Essas recomendações são do Conarq, que regulariza a digitalização de acervos.

Realizado o processo de digitalização, a imagem resultante é salva em uma pasta de acordo com sua temática e recebe um número. De acordo com a temática e numeração, é que poderão mais facilmente ser localizadas no arquivo digital e no arquivo físico. Finalmente, ela é colocada em pasta suspensa branca, também obedecendo a um critério de numeração e tema, e preservada em arquivo de aço de gavetas deslizantes.

Há uma grande preocupação com cópias de segurança, pois o HD do computador não é suficiente, sendo necessária uma cópia de segurança em HD externo, por garantia.

No terceiro projeto, a SAB foi contemplada com o Prêmio Elisabete Anderle 2014, com o projeto “Digitalizar para preservar: Digitalização dos Documentos Históricos da Colônia Brusque (1860-1881)”, pelo qual foram digitalizados mais de dois mil documentos, realizado durante a gestão do Dr. João José Leal. Para sua execução, foi contratado um colaborador para realizar as atividades de higienização dos documentos, organização por data, digitalização, indexação das informações no programa Excel e acondicionamento em papéis especiais.

Neste projeto também foi adquirido scanner de mesa tamanho A3, devido ao formato dos documentos. Scanner tamanho maior que A4 tem um valor elevado, e a aquisição deste equipamento só foi possível através deste projeto.

O projeto seguinte foi com o patrocínio da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - Fiesc, realizado durante todo o ano de 2016, com o título “Modernização Museal I: segurança da informação, monitoria e digitalização de fotografias históricas de Brusque (1860-2000)”. Desenvolvido durante a gestão do Sr. Ricardo Vianna Hoffmann, para sua execução foi contratada uma colaboradora e foram

digitalizadas mil e quinhentas fotografias. Ao todo, o Museu já possui digitalizadas mais de quatro mil e quinhentas fotografias de todo o seu acervo, sendo que vasto número de fotografias e documentos ainda aguarda digitalização.

A digitalização de documentos requer muita responsabilidade com os documentos digitais. Isso porque não se trata apenas de digitalizar, pois esses documentos precisam ser catalogados, sistematizados de modo lógico e criterioso, de modo a permitir que possam ser localizados rapidamente quando necessário.

Podemos perceber que digitalizar não é uma tarefa fácil, uma vez que demanda o devido planejamento e conhecimento das normas de digitalização e conservação. Conhecimento este que os colaboradores do Museu continuamente têm buscado, não obstante as dificuldades, sempre trabalhando para informatizar e fornecer melhor ambiente de pesquisa e rapidez para o pesquisador e toda a comunidade.

Desafios e considerações finais

Digitalizar é um grande desafio, pois exige um alto investimento financeiro, equipamentos adequados, profissionais, armazenamento seguro do acervo digital e promoção de seu acesso a toda comunidade. Pesquisa por indexação de conteúdos, ou seja, pesquisa através de palavra-chave, ainda é uma tecnologia que não possuímos, mas utilizamos o programa Excel, para fotografias e alguns documentos, pela qual é possível realizar uma busca simples por temas. Assim, é necessário uma boa gestão da informação, adequada organização deste acervo virtual para que possa ser encontrado com facilidade pelo pesquisador.

O mundo hoje é digital. Arquivos e museus precisam acompanhar o mundo digital para serem atrativos aos pesquisadores e visitantes. A SAB está sempre em busca de Editais e parcerias para a digitalização do acervo, para atender a todos de forma rápida e eficiente.

Apesar dos projetos anteriormente referidos, que são de grande importância para a Entidade e comunidade, ainda há um grande acervo que necessita de conservação, restauração, digitalização e acondicionamento adequados. Muito do acervo ainda precisa ser pesquisado à moda antiga, com exploração dos documentos, página por página. Esta

é a realidade, mas também um desafio para a Sociedade Amigos de Brusque e para muitos museus e arquivos da nossa região e do Brasil.

Por isso, é nosso dever apoiar e visitar os museus e arquivos da nossa cidade, por mais simples que eles sejam. Somos privilegiados por termos tantas informações, documentos e fotografias de nossos antepassados ao nosso dispor. Estamos aqui, hoje, por causa dessas pessoas que deixaram tudo para trás no Velho Mundo em busca de uma vida melhor e muitos de seus briosos descendentes que resolveram empenhar seus esforços em reunir esse maravilhoso acervo de documentos, com destaque para o extraordinário historiador Ayres Gevaerd. Seu trabalho não foi em vão. Pensemos nisso e ajudemos a preservar e cultivar nossa história.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Digitalização de Jornais: uma reflexão sobre desafios e melhores práticas. ACERVO, Rio de Janeiro, V. 29, N. 2. P. 89-102, jul/dez.2016.

Conselho Nacional de Arquivos – Conarq. Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes, abril 2010.

LACOMBRE, Claudia. Gestão e Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais: revisando alguns dos conceitos que as precedem. ACERVO, Rio de Janeiro, V. 29, N. 2, P. 61-73, jul/dez. 2016.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 5 ed. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Unicamp, 2003.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

VIEIRA, Letycya Cristina Barbosa. Digitalização de Documentos Históricos: uma alternativa para a preservação e disseminação da memória e patrimônio cultural. Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2011.

LEVY, David. Where's Waldo? Reflections on copies and authenticity in a digital environment. Council on Library and Information Resources. 2014. Disponível em: www.clir.org/pubs/reports/pub92/levy.html. Acesso em abril 2016.

Empregados	3:080,000
Trabalhadores para medição de prazos e explorações	600.000
Expediente	30.000
Medicamentos	100.000
Aluguel de casas	240.000
Tratamento de animaes	90.000
Para o culto da Igreja Catholica	25.000
Serviço de estrada nos diversos Districtos:	
Limeira 820 braças de estradas nova á 2:000	1:640.000
// 3 boeiros á 30.000	90.000
// diversos concertos	100.000
Estrada geral, ponte em substituição da ponte pensil	160.000
// // 2 boeiros á 30.000	60.000
Caminhos de Pedro, 2 boeiros á 35.000	70.000
// // 2 pontilhões á 25.000	50.000
// // 3 boeiros á 30.000	90.000
// // 200 braças á (incompreensível) á 1.000	200.000
// // 600 ditas a escavar á 2.000	1:200.000
Guabiruba, 80 braças á aterrar á 1.000	80.000
// 4 ditas aterro em ponte a 8.000	32.000
// 20 // á vallar á 1.000	20.000
// 5 boeiros e 1 pontilhão á 30.000	180.00
Picada para Valle de Gaspar	335.000
Cedro, 5 boeiros á 20.000	120.000
// aterro para (incompreensível)	18.000
// 2 pontilhões a 50.000 e aterro 12.000	132.000
// caminho para 15 lotes 430 b. á 1.000	130.000
// derrubada a (incompreensível) 430b a 200	85.000
// 20 braças de estiva a 5.000	100.000
// 4 pontilhões á 60.000	240.000
\$	\$9:599.000

Transporte

Cedro 1 boeiro	20.000
Obras na casa de oração protestante	325.000
Estradas	300.000
Total	\$ 10:245.000

O original foi remmetido ao Ministro d'a Agricultura em officio de

10 de Julho de 1871

Conforme

O Director Int^o.

(incompreensível)

N^o 48 Directoria das Colonias Itajahy e Principe Dom Pedro, em 16 de junho de 1871.

Informe o Snr. Inspector da (incompreensível)

Palacio do Governo da Provcia. De Ilmo. E Exmo. Snr.

Sta. Catarina, 3 de julho de 1871.

Tenho a honra de accusar o recebimento do officio que V^a. Excia. me dirigiu em data de 6 do corrente mez, ordenando-me de informar com urgencia sobre os documentos que o acompanharão, relativos á reclamação de \$ 1:304,180, apresentada ao Governo Imperial pelo súbdito da Confederação de Allemanha de Norte Leopoldo Lehmann e concennente á auxilios por elle prestado á immigrantes estabelecidos em Principe Dom Pedro.

Parece-me de toda equidade que a requerente seja indenizada pela dita quantia dos generos que forneceo aos colonos, os quaes como recém-chegados sem ter recebido auxilio algum se acharão na extrema miseria, visto ter elle provado perante a Presidencia da Provincia que de facto tinha feito o fornecimento em questão, como mostra o despacho de 18 de Dezembro de 1869 exarado no officio Dirigido ao Exmo. Snr. Presidente Dr. Galvão pelo ex Guarda livros da Colonia Principe Dom Pedro, que ajunto á este em original. O então Director tambem persuadido da exatidão da pretensão de Leopoldo Lehmann, podia e desejava em vista deste despacho fazer o pagamento que por falta de verba no orçamento da Colonia não era possivel de effectuar.

Dévolvo todos os documentos, conforme a ordem de V^a. Excia.

Déos Guarde á V^a. Excia.

Ilmo. e Exmo. Snr. Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa

D. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

Max°. von Borowski
Director int°.

N° 49 Directoria das Colonias Itajahy e Principe Dóm Pedro, em 17 de junho de 1871.

Ilmo. e Exmo. Snr.

Accuso o recebimento do officio de V^a Excia datado de 10 do corrente mez, em que V^a Excia. me participa de ter nomeado dois empregados para irem todos os mezes depois de recebidos os mappas das Colonias fazer os devidos pagamentos, devendo a Directoria até o dia 2 de cada mez formular todas as despezas do pessoal até do mez finido e remetter á Thesouraria Geral.

Para poder cumprir esta ordem, compuz um orçamento que junto submetto á consideração de V^a. Excia. das despezas provaveis com estas Colonias no Trimestre futuro de Julho á Setembro, e peço respeitosa-mente á V^a. Excia. Se digne regular os serviços de estrada e mais obras, todos de primeira necessidade, conforme o calculo do orçamento, dividindo a quantia orçado para estes serviços em tres partes uma para cada mez do dito trimestre, afim de se poder dar começo regular aos serviços do 1° de Julho em diante.

Déos Guarde á V^a Excia.

Ilmo. e Exmo. Snr, Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa

D. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

Mas°. von Borowsky

Director int°.

Copia

Ilmo Exmo Snr

Tenho a honra de passar as mais de V^a Excia. A relação nominal de 5 Colonos vindos hontem de Monte Video (incompreensível) Allemães “Adolpho” com destino a uma de nossas Colonias da Provincia, e com

eles (incompreensível) mandei da-lhes (incompreensível) e agasalhos como (incompreensível) com colonos (incompreensível) chegados.

Deos Guarde a V^a Excia.

Ilmo. e Exmo. Snr. Joaquim Bandeira de Gouvêa

Dig. Presidente d'esta Provincia

Desterro, 17 de junho de 1871.

Julio M. Trompowsky

Agente da Colonização

Relação nominal de 5 Colonos Allemães vindos de Monte Video na Brigem Allemães “Adolpho” com destino para uma das Colonias d'esta Provincia

Nº	Nomes	Pronomes	Idade	Naturalidades
1	Lenz	Carlos	31	Allemães
2	//	Christina	26	//
3	//	Frederica	7	//
4	//	Carlos	5	//
5	//	Maria	3	//
6	//	Luiz	7 meses	//

Desterro 17 de junho de 1871

Julio M. Trompowsky

Agente da Colonização

Nº 50 Directoria das Colonias Principe Dom Pedro e Itajahy, em 21 de Junho de 1871.

Ilmo e Exmo. Snr

Levo ao conhecimento de V^a Excia. que nesta data cheguei de volta de Rio de Janeiro, sendo prorrogada a licença que V^a Excia. se dignou conceder-me por mais um mez pelo Exmo. Snr. Ministro de Agricultura

Commercio e Obras Públicas e acho-me nas funções de Director das Colonias á meu cargo.

Déos Guarde á V. Excia.

Ilmo. e Exmo. Snr. Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa

D. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

João Detsi

Director

Nº 51 Directoria das Colonias Principe Dom Pedro e Itajahy, em 27 de junho de 1871

Ilmo. e Exmo. Snr.

Levo ao conhecimento de V^a. Excia. Que no Rio de Janeiro comprei pela verba de medicamentos um sortimento d'elles para accudir aos doentes nas Colonias quando houver, pois aqui não existia nenhuma.

Em quanto não vem o Medico nomeado hirei tratando aos que adoecerem pela experiencia e alguma pratica por mim adquirida; a conta dos medicamentos opportunamente envio com as contas das Colonias do presente trimestre.

Déos Guarde á V^a. Excia.

Ilmo. e Exmo. Snr. Dr. Joaquim Bandeira Gouvêa

D. Presidente da Provincia de Santa Catharina

João Detsi

Director

Nº 52 Directoria das Colonias Principe D. Pedro e Itajahy em 27 de junho 1871

Ilmo. e Exmo. Snr.

Respeitosamente venho rogar á V^a Excia. e ao Governo Imperial

providencias sobre especuladores e intrusos n'estas Colonias, os desmandos d'elles cada dia piora e as autoridades sem o consentimento do Director e tudo contra o regulamento de 19 de janeiro de 1867.

Déos Guarde á V^a. Excia.

Ilmo. e Exmo. Snr. Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa

D. Presidente da Provincia de Santa Catharina

João Detsi

Director

Copia

Nº 54 = Directoria das Colonias Principe D. Pedro e Itajahy, em 30 de junho de 1871. Ilmo e Exmo. Snr. = Tenho a honra de lembrar á V^a. Excia. que em 25 de janeiro do corrente anno, indiquei á V^a. Excia. correção de credito para as colônias a seu cargo, o Dr. Claudio Frederico Gebe, morador na Vila de Tijucas, e como este medico pedio mais que o Governo Imperial paga aos medicos nas colonias e posteriormente soube que era cidade de Lages achava-se o Dr. Hartrigo Frederico Cunilio Cambusch (?) dirigi á elle uma carta consultando se queria acceitar o cargo de medico das colonias; e na minha do Rio de Janeiro, achei aqui duas cartas em resposta da minha em que me diz que acceitava o lugar, inclusas envio á V^a. Excia e rogo que seja nomeado, pois conheço de perto, na campanha do Paraguay prestou bons serviços nos hospitaes; é homem honesto e intelligente e que com a nomeação d'elle será uma excellente aquisição para as Colonias, que tem grande necessidade de um profissional e como o ordenado ficado pelo Ministerio aos médicos fornecidos. Deos Guarde á V^a Excia. Ilmo e Exmo Snr. Dr. Joaquim Bandejas de Gouvêa, D. Presidente da Provincia de Santa Catharina. – João Detsi, Director.

Conforme

Incompreensível

João José de Incompreensível

O original foi remetido ao Exmo. Snr Ministro da Agrucultura em data de 14-1-71.

Incompreensível

Copia e Tradução

Águas claras, 30 de junho de 1871.

Senr. Eu peço icença de dever informar V^a S^a. que os bois e cavallos pertencentes ao proprietario do engenho de serra aqui nas aguas claras, estão destruindo as minhas plantacoes comendo e calcando aos pés todo o que tenho plantado. Minha familia e eu nada mais temos para comer só o que plantamos no nosso lote de modo tal que, caso que se não ponha termo a tal destruição, nos temos morrer de fome (verbatenus! temos soffrer muito por absoluta falta de comida), e é inutil para mim de plantar mais alguma coisa. Mas eu peço á V^a S^a. Queira pôr termo a tal estado de coisas. Muitas vezes fallei ao proprietario do engenho de serra dizendo-lhe, que eu requereria á V^a S^a mas ele me dizia, que eu pudesse fazer, que eu queria, pois elle não se importava do Director. Confiando, Senr, na sua justiça, tenho a honra de ser de V^a S^a.

Servo obediente

Matthias Sharm

Ao Imo. Snr. Director
de Brusque e Principe Dom Pedro
Conforme, João Detsi
Director

Ilmo e Exmo. Snr. Prezidente das Provincias.

Informe o Snr Director da Colonia Itajahy. Palacio di Governo da Provincia de Santa Catharina, julho de 1871.

Bandeira de Gouvêa

(Documento incompreensível).

Nº 55 Directoria das Colonias Principe Dom Pedro e Itajahy, em 1 de Julho de 1871

Ilmo. e Exmo. Snr.

Incluso achará V. Excia. uma carta escripta por um colono inglez,

dirigida á esta Directoria com a copia e traducção d'ella. Não é só este que se queixa dos especuladores, é queixa geral dos colonos.

Chamo a digna attenção de V. Excia n'huma informação d'esta Directoria, dirigida á Presidencia em 28 de outubro do anno proximo passado; hoje a serraria de Antonio Boiting acha-se montada, a vargem alagada, as matas estragadas e as estradas servem de arrastão das madeixas, e se acontece tudo isto não é por culpa do Director, logo que não se dão as providencias que o caso exige, os especuladores (incompreensível) pela impunidade procedem á sua vontade, com prejuizos do Estado e das Colonias.

Deos Guarde á V. Excia.

Ilmo. e Exmo. Snr. Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa

D. Predisente da Provincia de Santa Catharina.

João Detsi

Director

Nº 15 **Telegrama**

Estação do Desterro em 6 de julho de 1871.

De D. Director da Colonia Itajahy ao Ilmo. Exmo Snr. Pres. Da Provincia.

Procedente da Estação de Itajahy

Recebido às 8 horas 30 minutos Expedido às 8 horas 35 minutos.

Ap:

(Incompreensível) que Pedro Jacob Heil sahio da Colonia em direção a essa capital a fim de embarcar no Vapor que segue p^a o Rio da Prata no dia 8 do Corrente. Este (incompreensível) a Fazenda mais (incompreensível) dois contos de reis e tambemé o correspondente dos Colonos e os encaminhou p^a a Republica Argentina e vai la p^a depois escrever a mais Colonos afim de se mandarem p^a aquella Republica (incompreensível).

O Director João Detsi

N^a 56 Directoria das Colonias Principe Dom Pedro e Itajahy, em 10 de julho de 1871

Ilmo e Exmo. Snr.

Accuso o recebimento do officio que V^a Excia. me dirigio em data de 15 do mez proximo passado, acompanhado de um meio sacco com sementes de algodão, para serem distribuidos aos colonos destas Colonias; fazendo porem o dito officio mencção de dois meios saccos, peço á V^a Excia. Se digne mandar averiguar, se hum ficou retido na Capital para o fim de ser remetido tambem.

Deos Guarde á V. Excia.

Ilmo e Exmo. Snr. Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa

D. Presidente da Provincia de Santa Catharina

João Detsi

Director

N^o 57 Director das Colonias Principe Dom Pedro e Itajahy, em 12 de julho de 1871

Ilmo e Exmo. Snr.

Em virtude do respeitável despacho de V. Excia., exarado na petição de Pedro Wust, que já tinha requerido á (?) Excia. o antecessor de V. Excia., em 24 de Novembro do anno proximo passado informei o dito requerimento que me reporto, V. Excia. Se digne examinal-o.

Acrescento mais no dizer do suppte. que o ex-Director tinha concedido ao suppte. o lote n^o 9 e que n'elle fez derrubada, não declara porem o suppte. que não é cultivador, que é um especulador de madeiras, destruir mattas e estradas, não é imigrante vindo em direitura da Europa, é d'aquelles aventureiros que veio casar com a filha de um outro especulador que se chama senhor de 7 á 8 lotes, ao depois tratarão levar a especulação em grande escala, pedirão ao ex-Director um lote para cultivarem na Colonia Principe Dom Pedro, em vez de cultivarem, montarão uma serraria , pedirão outro lote, prontalmente

se lhes deo pelo mesmo ex-Director.

Tomando eu a direção das Colonias e vendo a illegalidade com que se tinham dado perto de 50 lotes á especuladores só que se occupão á estragar as mattas, tendo cada um d'elles 7,8 e 10 lotes, tratei de restringir este systema prejudicial á Fazenda Publica e ao Regulamento de 19 de Janeiro de 1867 e consegui tirar alguns lotes para colonos nossos vindos da Europa. As Colonias do Estado são para lavoura e não para aquelles que querem fazer fortuna contra a disposição do referido Regulamento, ao colono lavrador pode se dar um lote, e no caso seja elle trabalhador de tal natureza que não lhe chegão as terras se lhe dará outro, e não dar á cada um tantas quantas pedir, como se tem dado, desta forma não há terras que chegam para madeireiros.

Si fosse observado o systema colonial não vinha a farinha da Villa que se vende a 2\$000 e aqui na Colonia a 5 e 6\$000 o sacco, e tudo assim em proporção, não se trata de cultura, é madeira e mais madeira.

Tenho reclamado contra abusos, illegalidades, prejuizos e até fraudes, nenhuma providencia se tem dado, e por isso os especuladores accusados pela impunidade, chamão os actos do actual Director reprovados e regressivos – e quem assim taxa o Director, é um homem perdido, ebrio e de máos costumes, é um Portuguez chamado Augusto Vianna, ex-colono de Mucury, e hoje vive n'esta Colonia á custo de intrigas, desordens e bebedeiras que é o author do requerimento de Wust, que á V. Excia. devolvo e espero as ordens de V. Excia. me ordenar conforme entender na sua sabedoria á este respeito.

Déos Guarde á V. Excia.

Ilmo. e Exmo. Snr. Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa

Presidente da Provincia de Santa Catharina.

João Detsi

Director

Copia - Traducção

Ilmo. Exmo Snr. Director da Colonia.

Nos abaixo assignados, colonos do Districto Aguas Claras, pedimos ao Snr. Director de expulsar da Colonia, o colono inglez Carlos

Galleger (?) nosso visinho, e sua familia, porque nemhuma plantação podemos guardar, aproveitando elles qualquer ocasião para pilhar as nossas roças, outrossim somos insultados, logo que um de nos chega á vista d'elles. – Colonia Brusque, em 12 de Julho de 1871.

Miguel Muller, Luiza Krieger, Henrique Appel, Jacob Wilrich.

Conforme

Max^o. von Borovsky

Guarda livro.

N^o 58 Directoa das Colonias Principe Dom Pedro e Itajahy, em 14 de julho de 1871

Ilmo e Exmo. Snr.

Tenho a honra passar ás mãos de V^a. Excia. uma representação de colonos, visinhos de um Inglez, que lhe tira occultamente as plantações e os insulta; já me dirigi ao lote d'aquelle Inglez, que é morador na Colonia Principe Dom Pedro e o admoestei em conformidade do artigo 36 e 37 do Regulamento de 19 de Janeiro de 1867.

Aguardo a decisão de V^a. Excia na forma me ordenar.

Deos Guarde á V. Excia.

Ilmo e Exmo. Snr. Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa

D. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

João Desti

Director.



Maria Luiza (Bia) Renaux e seu legado

Resumo de vida de uma grande historiadora de Brusque

Por Rosemari Glatz

Maria Luiza Renaux, mais conhecida como “Bia Renaux” era reservada e formal. Apaixonada por psicanálise, mantinha seu dia a dia entre os cuidados da Vila Renaux, mansão onde vivia no alto de uma

elevação junto ao complexo empresarial fundado por seu bisavô, em Brusque. Mesmo carregando no sobrenome o peso da tradição, era uma mulher que não costumava participar da chamada “vida social”, e o tempo que lhe sobrava ela dedicava à leitura e ao cinema. Bia desviveu aos 70 anos, deixando como seu maior legado a preservação da “Vila Renaux”.

Quem foi Bia Renaux

Bia era aristocrática, de gestos e modos formais, que se tornavam ainda mais singulares pelo seu forte sotaque alemão, que lhe dava um toque de estrangeira, recém-chegada. Bisneta do Cônsul Carlos Renaux, era a filha mais nova do casal Roland e Carmen Moser Renaux, e irmã de Astrid Renaux. Maria Luiza Renaux nasceu em Brusque, no dia 30 de setembro de 1946. Divorciada, foi casada com Klaus Guenther Hering e foi mãe de Ana Carolina, Vitor e Caterina, e avó de três meninos e duas meninas. Depois de lutar pela vida, desviveu no dia 5 de janeiro de 2017, no Hospital Marieta Konder Bornhausen, em Itajaí. Foi velada em Brusque a partir do dia 7 e, como os seus três filhos estavam todos no exterior quando do óbito de Bia, o sepultamento aconteceu só no dia 8 de janeiro, próximo do meio-dia, no cemitério Luterano de Brusque.

Formação acadêmica

Bia concluiu o Ensino Médio no Colégio São Luiz - Brusque; cursou Bacharelado em História na Universidade de São Paulo – USP; Licenciatura em Estudos Sociais na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, e fez Doutorado em História Social pela USP, tendo defendido a tese de doutorado denominada “Colonização e Indústria no Vale do Itajaí - O Modelo Catarinense de Desenvolvimento”.

Atividades profissionais

Culta e reservada, Bia era dona de uma personalidade cativante, que a fazia respeitada por alunos e colegas de profissão. Atuava principalmente nos seguintes temas: história, desenvolvimento e identidade

regional; industrialização, imigração e colonização ítalo-germânica no Sul do Brasil. Foi professora no Colégio Cônsul Carlos Renaux em Brusque; professora do Departamento de História e pesquisadora do Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade Regional de Blumenau – Furb. Bia dizia que a história lhe fascinava por herança familiar e era considerada, por alguns, como uma filósofa dos tempos modernos.

A Historiadora e suas obras

Descendente direta de uma tradicional família do Vale do Itajaí-Mirim, dedicou grande parte de seu tempo ao estudo e documentação da história. Publicou, dentre outras, as seguintes obras: “Colonização e Indústria no Vale do Itajaí - O Modelo Catarinense de Desenvolvimento” e “O Outro Lado da História - O Papel da Mulher no Vale do Itajaí 1850 - 1950”. Em parceria com Luiz Felipe de Alencastro, Bia assinou o capítulo “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”, publicado no volume 2 do projeto editorial sobre História da Vida Privada no Brasil que, em 1998, recebeu o Prêmio Jabuti - o mais importante prêmio literário do Brasil.

O legado

Para Bia, a história tem alma e ela era uma entusiasta pela preservação da história de Brusque. Tinha verdadeira paixão pelo casarão que pertenceu ao bisavô “Cônsul Carlos Renaux” e mantinha o local – que sonhava abrir para visita pública - altamente conservado. Bia dizia: *“nas entrevistas que faço, eu sempre consigo detectar o interesse (...) da coletividade (...)”*. E a dedicação dela pela mansão - e pela história que ela simboliza - incutiu no povo brusquense um interesse coletivo pela preservação da “Casa do Cônsul”.

A Casa do Cônsul

A mansão e seu entorno é um verdadeiro Patrimônio Cultural constituído de bens de natureza material e imaterial que ajudaram a construir

a identidade do nosso povo. São registros e marcas de um tempo que fez com que Brusque passasse a ser conhecida como “O Berço da Fiação Catarinense”. A “Casa do Cônsul” e seu entorno guarda riquezas que representam a própria história de Brusque que, tal qual uma trama de tecido, se entrelaça com a história das cidades vizinhas, principalmente com Guabiruba, Botuverá, Nova Trento e Itajaí, onde o “poderio” dos Renaux também se fazia presente. Bia foi a verdadeira guardiã desse tesouro, soube preservá-lo e “preparou o terreno” que nos trouxe até aqui. Mas, a partir de agora, é com a “coletividade”. Que prevaleça o interesse coletivo.



Giralda Seyferth – a pesquisadora

Resumo de vida de uma grande historiadora de Brusque

Por Rosemari Glatz

Giralda Seyferth, professora, escritora e pesquisadora, nasceu em Brusque no dia 1º/4/1943 e desviveu no dia 6/4/2017, na cidade do Rio de Janeiro, aos 74 anos. O velório foi realizado às 10h do dia 7 de abril de 2017, no Memorial do Carmo, Rio de Janeiro. Filha mais velha de uma família de 7 filhos, Giralda saiu jovem de Brusque para estudar. Era uma pessoa de hábitos simples, muito recatada e gostava de ser identificada como “pesquisadora”, atividade que de fato marcou a sua vida. Seu foco era Antropologia e soube deixar um legado histórico sobre a questão da imigração alemã.

A Família

Solteira, sem filhos, Giralda era a filha primogênita do casal Erwin Seyferth e Íris Gevaerd Seyferth. O pai auxiliava o cunhado Ayres na Relojoaria Gevaerd. A mãe era conhecida como “bordadeira de mão-cheia”, famosa pelos seus trabalhos primorosos e uma “Super Mutter” que os filhos adoravam. Giralda tinha seis irmãos (1) Rubens, popular “Pingo”, falecido em 2014; (2) Bruno, falecido em 2016; (3) Maria Emília, mais conhecida como “Kluqui”; (4) Maria Luiza; (5) Mirna e (6) Valter.

Formação acadêmica

Giralda Seyferth graduou-se em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1965); fez mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1973). Fez doutorado em Ciência Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1976), quando defendeu a tese denominada “Nacionalismo e Identidade Étnica”.

Atividades profissionais

Giralda galgou o posto de Diretora do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Tinha experiência na área de antropologia, atuando nos temas: colonização, imigração, imigração alemã, nacionalismo e racismo. Era professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ e professora aposentada do Departamento de Antropologia, Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A Historiadora e suas obras

Giralda Seyferth dedicou grande parte de seu tempo ao estudo da história. Publicou, dentre outras, as seguintes obras: (1) A colonização alemã no Vale do Itajaí; (2) Nacionalismo e Identidade Étnica; (3) Imigração e cultura no Brasil; (4) Mundos em Movimento: Ensaio sobre

migrações (coletânea); (5) Estudos sobre a Imigração Alemã no Brasil; (6) Pensamento Social no Brasil; e (7) Racismo no Brasil (organizada). Também publicou inúmeros artigos excepcionais sobre imigração.

O despertar para a pesquisa histórica

A mãe de Giralda, D^a Iris, era irmã do saudoso historiador Ayres Gevaerd, idealizador da Casa de Brusque. Giralda auxiliou seu tio Ayres nas pesquisas e colaborou nas edições iniciais da Revista Notícias de Vicente Só. Deixou importante contribuição histórica sobre a colonização alemã, principalmente no livro “A colonização alemã no Vale do Itajaí: um estudo de desenvolvimento econômico”, publicado em 1974, sob os auspícios da Sociedade Amigos de Brusque (SAB) em homenagem ao Sesquicentenário da Imigração Alemã no Brasil.

Homenagem final

Algumas palavras de integrantes da Sociedade Amigos de Brusque e de Apoio ao Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim (SAB/Casa de Brusque), em homenagem a Giralda Seyferth, por ocasião de seu passamento:

“Deixa um legado histórico fidedigno sobre a nossa cultura. Perda irreparável na história de Brusque” (Roque Luis Dirschnabel).

“Com certeza, a Professora Giralda soube enaltecer nossa região e principalmente a profissão de ensinar e de escrever para a história” (Gilson Ávila Hulbert).

“Perda irreparável para nossa História. Brusque deve muito a ela. Que descanse na Paz de Deus” (Ricardo José Engel).

Gratidão, Giralda Seyferth!



Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim - SAB/Casa de Brusque

A Sociedade Amigos de Brusque e de apoio ao Museu Histórico do Vale do Itajaí – SAB/Casa de Brusque, fundada em 4 de agosto de 1953, é uma instituição privada, mantida pelos associados e subvencionada, em parte, pelo Município de Brusque. Reconhecida de utilidade pública pelas Leis Municipal nº 73, de 9 de março de 1954 e Estadual nº 1162, de 12 de novembro de 1954.

A entidade é a mantenedora do Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim, aberto ao público em 1971 e que conserva extenso e valioso acervo documental da história de Brusque.

A Casa de Brusque conserva, também, importante acervo fotográfico da arquitetura, da paisagem urbana e rural, da vida comunitária e do povo brusquense, além de peças de valor histórico e artístico-cultural.

Além do seu importante acervo histórico, a Casa de Brusque edita semestralmente a Revista Notícias de Vicente Só, que tem se constituído num espaço de discussão, de análise crítica e de publicação de dezenas de artigos científicos, produzidos por historiadores e pesquisadores

sobre a História de Brusque e do Vale do Itajaí-Mirim.

O historiador Ayres Gevaerd e um grupo de Amigos amantes da cultura, das tradições e da história de Brusque, foram os grandes idealizadores e fundadores da SAB e do seu Museu Histórico. Graças ao persistente trabalho desse grupo pioneiro, foi possível reunir o valioso acervo, hoje à disposição da comunidade brusquense para visitas e pesquisas.

Ao longo dos seus 60 anos de existência e cumprindo uma de suas finalidades estatutárias, a Casa de Brusque tem mantido parcerias com segmentos da comunidade e disponibilizado seu espaço museal para a realização de diversas ações relacionadas à história e à cultura de Brusque. Tem participado, também, de forma ativa, dos principais eventos e movimentos de caráter histórico e cultural realizados em Brusque.

Endereço: Avenida Otto Renaux, 285. Bairro São Luiz - Brusque/SC - Cep: 88.351-301. Fone: (47) 3351-2132. Horário de funcionamento: terça a sexta-feira das 8 às 12 horas e das 13 as 17 horas. Segundas-feiras, das 13 às 17 horas.

Acompanhe: www.casadebrusque.com

Facebook: Casa de Brusque



Instituto Aldo Krieger (IAK)

Criado em 5 de julho de 2002, um ano antes das comemorações do Centenário de Nascimento de Aldo Krieger, o Instituto Aldo Krieger (IAK) está estabelecido em sua sede própria, na casa do maestro brusquense. Trata-se de uma sociedade de direito privado, sem fins econômicos, que tem como objetivos: executar, promover, fomentar e apoiar atividades de manutenção, conservação e divulgação da obra e acervo do compositor, bem como promover, fomentar e apoiar atividades culturais. O IAK foi declarado de Utilidade Pública (lei 3.029, de 2007), e tem realizado atividades culturais regularmente, estando aberto à visitação com agendamento prévio desde a sua fundação.

O Museu Casa de Aldo Krieger localiza-se na rua Paes Leme, 63,

Centro, Brusque/SC, e fica aberto de segunda a sexta das 14h às 18h. Para mais informações, consulte o site: www.iak.org.br . (47) 99972-1735 Fonte: Divulgação IAK.

Quem foi Aldo Krieger

Nasceu em Brusque – SC em 5 de julho de 1903. Muito cedo se apaixonou pela música, que o acompanharia por toda a vida, como músico, compositor e regente. Aos oito anos tocando bandoneon, já acompanhava e substituía seu professor nas músicas, que animavam o cinema mudo. Na adolescência, dominava a execução além do bandoneon, o violino, o violão, a clarineta entre outros instrumentos. Em 1929 organizou o Jazz Band América, formado por mais quatro irmãos, dois tios e três primos. Dirigiu a Banda Musical Concórdia e organizou e dirigiu vários corais religiosos e de jovens da comunidade. No Rio de Janeiro, em 1953, fez no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico um curso intensivo, onde foi aluno de Villa-Lobos. Foi professor de música e de canto orfeônico em várias instituições. Em 1956 fundou o Conservatório de Música de Brusque, onde foi diretor e professor. Em 1961 foi convidado a assumir a direção da Associação Coral de Florianópolis permanecendo na Capital do Estado até 1972, onde veio a falecer.



Museu Arquidiocesano Dom Joaquim

O Museu Arquidiocesano Dom Joaquim, também conhecido como Museu de Azambuja, teve sua origem de fato em 1933, com o recebimento de uma pequena coleção particular de propriedade do Sr. Joca Brandão em troca da gratuidade dos estudos de um de seus filhos no Seminário Menor Metropolitano Nossa Senhora de Lourdes.

A instituição foi aberta ao público em 3 de agosto de 1960, com a apresentação de um dos mais ricos acervos em exposição no Estado de Santa Catarina. Atualmente, é o maior museu de arte sacra do sul do Brasil.

O acervo também possui objetos voltados para a história natural e história da imigração de Brusque e de Santa Catarina.

Localizado no bairro Azambuja, município de Brusque, o Museu foi o primeiro em seu gênero e especificidade instalado no extremo sul do país, sendo ainda único entre as demais instituições museais.

A magnitude de sua coleção atual, estimada em quatro mil peças, associada à monumentalidade da edificação que o abriga, faz do Museu

Arquidiocesano Dom Joaquim hoje uma presença ímpar na história da preservação cultural em Brusque e Santa Catarina.

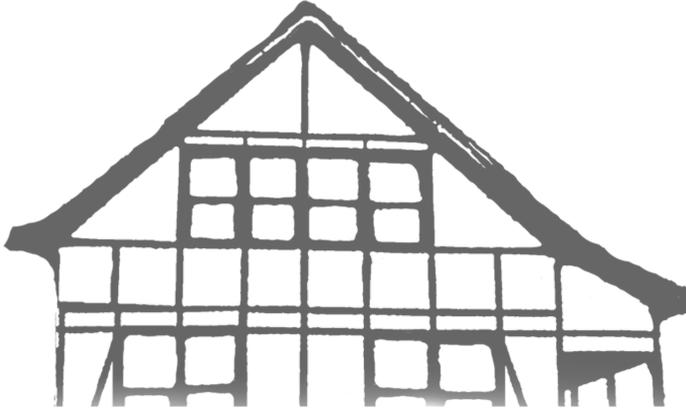
O grande elo cultural entre o museu e a sociedade está no movimento de frequentadores e estudantes, que advém ao museu para buscar o saber sobre nosso passado.

O Museu está aberto para visitação diariamente, das 13h às 17h.

Endereço: R. Azambuja, 960 - Azambuja, Brusque - SC, 88353-460

Contato: (47) 3396-0296

Visite: <https://azambuja.org.br/museu/>



Casa de Brusque

Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim

Relatório de Atividades durante o ano de 2016

Relatório de atividades desenvolvidas na Casa de Brusque durante o ano de 2016.

Visitas de escolas: 59 grupos da rede municipal, estadual e particular de Brusque e região.

Pesquisas: 33

Visitantes: 1.543 pessoas (assinaturas no livro de visitas)

Exposições

Março:

Exposição em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, no Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE, no Átrio Central.

Maio:

Exposição fotográfica (Re)memórias Brusquenses, na Semana Nacional de Museus.

Junho:

Exposição de fotos antigas da cidade de Brusque, em parceria com a Associação Cultural e Ambiental von Sternthal, na Câmara Municipal de Guabiruba;

Novembro:

Lançamento do I Bikenic Retrô e Lançamento da Exposição de roupas de época da Sra. Lya Vianna Hoffmann – “Modateca” – Unifebe.

Atividades Diversas

Fevereiro:

Lançamento do livro “Guerreiro das Sombras”, de Sérgio Weinfuter, na Casa de Brusque.

Maiο:

Seminário de apresentação do Projeto “Digitalizar para Preservar: Digitalização dos Documentos da Colônia Brusque (1860-1881)”, contemplado pelo Prêmio Elisabete Anderle 2014 – Prêmio Catarinense de Museus, no auditório da Unifebe.

Novembro:

Visita de Sua Alteza Dom Bertrand de Orléans e Bragança à Casa de Brusque, durante o Ciclo Brusquense de Conferências Magnas Temáticas (2016 a 2022).

Lançamento da Revista Notícias de Vicente Só nº 64.

Lançamento do I Bikenic Retrô.

Lançamento MODATECA e Exposição das Roupas de época da Sra. Lya Hoffmann.

Projetos Contemplados durante o ano de 2016

Projeto enviado ao Fórum da Comarca de Brusque “Segurança do Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim – Casa de Brusque”, onde foram adquiridas 10 câmeras que foram colocadas em todo o prédio e também foi atualizado o sistema de alarme da instituição.

Projeto enviado ao Fórum da Comarca de Brusque “Climatizar para Preservar: Climatização de parte do prédio da Casa de Brusque”, onde foram instalado dois ares condicionados, um na secretaria e outro na sala de reuniões/pesquisa.

Projeto enviado ao Fórum da Comarca de Brusque “Aquisição de expositores para o acervo documental e bibliográfico do Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim”, onde foram adquiridas 8 estantes reforçadas para jornais e 4 estantes para biblioteca.

Fiesc – Modernização Museal I: Segurança da informação, monitoria e digitalização de fotografias históricas de Brusque (1860-2000), onde foram digitalizadas de 1.500 (mil e quinhentas) fotografias do acervo histórico.

Editais de Convocação de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias

Reunião Geral Ordinária do dia 15 de fevereiro teve a seguinte pauta:

1. Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;
2. Relatório de atividades ano de 2015 e prestação de contas;
3. Orçamento para o ano de 2016;
4. Atualização de valores (anuidades e serviços diversos).
5. Digitalização do acervo da SAB;
6. Assuntos gerais.

Reunião Geral Ordinária do dia 21 de março teve a seguinte pauta:

1. Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;
2. Prestação de contas;
3. Atualização de valores e serviços;
4. Projeto sanitário;
5. Assuntos gerais.

Reunião Geral Ordinária do dia 18 de abril teve a seguinte pauta:

1. Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;
2. Prestação de contas;

3. Convites diversos;
4. Assuntos gerais.

Reunião Geral Ordinária do dia 23 de maio teve a seguinte pauta:

1. Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;
2. Editais e projetos;
3. Reforma da SAB;
4. Relatório de Patrimônio;
5. Assuntos gerais.

Assembleia Geral Ordinária do dia 18 de abril teve a seguinte pauta:

1. Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;
2. Prestação de contas do ano de 2015;
3. Relatório de atividades do ano de 2015;
4. Preenchimentos de cargos vagos da Diretoria Executiva: 1º Secretário e Diretor Técnico e Gerente Geral;
5. Assuntos gerais.

Reunião Geral Ordinária do dia 27 de junho teve a seguinte pauta:

1. Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;
2. Prestação de contas;
3. Reformas diversas e projeto sanitário;
4. Biblioteca da SAB: catalogação e descarte;
5. Assuntos gerais.

Reunião Geral Ordinária do dia 25 de julho teve a seguinte pauta:

1. Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;
2. Prestação de contas e avaliação de imóveis: casas e terreno;
3. Reformas diversas e projeto sanitário;
4. Assuntos gerais.

Reunião Geral Ordinária do dia 22 de agosto teve a seguinte pauta:

1. Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;
2. Prestação de contas e avaliação imóveis: casas e terreno;
3. Projeto Fiesc;
4. Unicred;

5. Convênio CREAS;
6. Reformas diversas;
7. Assuntos gerais.

Reunião Geral Ordinária do dia 19 de setembro teve a seguinte pauta:

1. Convênio CREAS;
2. Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;
3. Prestação de contas, avaliação imóveis: casas e terreno e baixas de patrimônio;
4. Regimento Interno;
5. Assuntos gerais.

Reunião Geral Ordinária do dia 7 de novembro teve a seguinte pauta:

1. Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;
2. Prestação de contas, avaliação imóveis: casas e terreno e numeração patrimonial;
3. Próximos eventos (Visita de Sua Alteza Dom Bertrand de Orléans e Bragança; Bikenic e Semana Consciência Negra);
4. Participação em novos projetos (Fiesc, Fórum, Pontos de Cultura – SC e Portal Transferências Voluntárias);
5. Regimento Interno;
6. Assuntos gerais.

Reunião Geral Ordinária do dia 05 de dezembro teve a seguinte pauta:

1. Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;
2. Prestação de contas e avaliação de imóveis: casas e terreno;
3. Projetos 2017;
4. Assuntos gerais.

Brusque, janeiro de 2017

